



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
UNIDADE CATALÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

A photograph of a woman with glasses reading a book. In the background, there is a table with various items including a basket of flowers, lemons, and a plate with a logo. The image is semi-transparent.

**SANDRA APARECIDA ALVES**

**GEOGRAFIA E GÊNERO: A AÇÃO DAS MULHERES NA LUTA PELA MORADIA  
CAMONESA NA REGIÃO ESTRADA DE FERRO EM GOIÁS**

**CATALÃO (GO)  
2015**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**      **Dissertação**      **Tese**

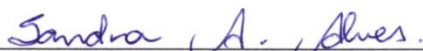
**2. Identificação da Tese ou Dissertação**

Nome completo do autor: Sandra Aparecida Alves  
Título do trabalho: GEOGRAFIA E GÊNERO: a ação das mulheres na luta pela Moradia Camponeza na região Estrada de Ferro em Goiás.

**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  SIM      NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Assinatura do (a) autor (a)

Data: 27 / 02 / 2016

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

**SANDRA APARECIDA ALVES**

**GEOGRAFIA E GÊNERO: A AÇÃO DAS MULHERES NA LUTA PELA MORADIA  
CAMPONESA NA REGIÃO ESTRADA DE FERRO EM GOIÁS**

Dissertação de Mestrado submetido à Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para a Obtenção do Título de Mestre em Geografia Agrária.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do Território.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça

**CATALÃO (GO)  
2015**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Alves, Sandra Aparecida

GEOGRAFIA E GÊNERO [manuscrito] : A Ação das Mulheres na Luta pela Moradia Camponesa na Região Estrada de Ferro em Goiás. /Sandra Aparecida Alves. – 2015 CXXIV, 126 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Catalão, 2015.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, fotografias, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Moradia Camponesa. 2. Geografia e Gênero. 3. Mulheres Camponesa. 4. Espaço Privado e Espaço Público. 5. Movimentos Sociais. I.

Rodrigues Mendonça, Marcelo , orient. II. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
REGIONAL CATALÃO  
UAE - INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
Av. Lamartine P. Avelar, 1.120. Setor Universitário - Catalão (GO) CEP - 75704 020  
Fone/fax: (64) 3441-5331. E-mail: mestradogeografia@gmail.com



ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE  
**Sandra Aparecida Alves**

Aos doze do mês de junho do ano de dois mil e quinze (12/06/2015), às 9h (nove horas), no Laboratório de Cartografia – Bloco B, Sala 1, Regional Catalão/UFG, teve lugar a 90ª Sessão Pública de Julgamento da Dissertação de Mestrado de **Sandra Aparecida Alves**, CPF 958.653.811-72, intitulada “**GEOGRAFIA E GÊNERO: a ação das mulheres na luta pela moradia camponesa na região Estrada de Ferro em Goiás**”. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº. 019/2015 do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG, pelos Professores: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça (Orientador UFG/RC e Presidente), Profª. Dra. Maria Franco Garcia (UFPB/Geografia – Membro Externo), Profª. Dra. Carmem Lúcia Costa (UFG/IGEO/RC – Membro Interno). As examinadoras arguíram na ordem citada, tendo a mestranda respondido satisfatoriamente. Às 17 horas e 10 minutos a Banca Examinadora passou ao julgamento, em Sessão Secreta, tendo a mestranda obtido os seguintes resultados:

**Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça – Ass.** Mendonça  
Aprovada ( X )    Reprovada ( )

**Profª. Dra. Maria Franco Garcia – Ass.** Maria Franco Garcia  
Aprovada ( X )    Reprovada ( )

**Profª. Dra. Carmem Lúcia Costa - Ass.** Costa  
Aprovada ( X )    Reprovada ( )

Obs.:

**Presidente da Banca – Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça - Ass.** Mendonça

**Resultado final:** APROVADA ( X )    REPROVADA ( )

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora, Mestranda examinada e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG.

Assinatura da Mestranda:

Secretária

Priscila Querino de Lima  
Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia Regional Catalão / UFG

Obs: O(a) aluno(a) deverá encaminhar o prazo de até 45 dias, a contar da data da Defesa Pública, os exemplares definitivos da Dissertação, para arquivamento e devidos encaminhamentos, conforme as normas definidas pelo PPGGC-RC/UFG.

## DEDICATÓRIA

À memória das mulheres  
para quem  
o medo foi mais forte  
que a própria vida...

Às que não gritam  
e se tornam loucas

Às mulheres  
que estão na luta,  
porque venceram o medo

Todo medo do mundo  
É infinitamente menor  
que a nossa força.

(Consuelo Lins)

## AGRADECIMENTOS

“Apenas quando somos instruídos pela realidade é que podemos mudá-la.” São palavras de um poema de Bertold Brech. Agradeço a todas e a todos que me ajudaram a desvendar os fatos e, assim, a enxergar a realidade. De forma poética cada uma e cada um habitam os espaços do meu coração.

Marcelo Mendonça, amigo, mestre. Um agradecer infinito, pela forma com que conduziu e me orientou, nessa construção entre o gênero, a geografia e a ação das mulheres camponesas.

Às professoras Carmem Costa e Maria Garcia, que me ajudaram a perceber tantas coisas importantes que passavam despercebidas nessa caminhada, contribuíram muito para a pesquisa. Obrigada pelo carinho e pela gentileza com que aceitaram participar da Banca de Qualificação.

Ao professor e querido amigo Gilmar Avelar, que se fez tão presente e iluminou muitos momentos. Aos demais professores do Curso e a tantos outros que de alguma forma contribuíram para essa pesquisa. Agradeço o carinho e a atenção.

Em especial agradeço às Mulheres Camponesas do MCP que responderam as entrevistas, abriram suas casas, suas vidas e compartilharam comigo suas experiências e sonhos. Obrigada pela disposição e pelo carinho com que contribuíram.

Às companheiras e aos companheiros do MCP que me permitiram dedicar tempo para avançar nos estudos e que muito contribuíram em meu crescimento e na minha construção, Wender, Jéssica, Tábata, Zé Melchior, Mariene, Jossier, Aguinaldo, Ezequiel, Marivalda, Lidiane, Marciana, Leonice, Simone, Vanilda, Maria Eduarda e tantas outras pessoas, lutadoras e lutadores do povo, que acreditam na luta como forma de construir a vida.

À minha filha Emanuelle, ao meu companheiro Evandro, a minha mãe Lázara, ao meu pai Sebastião, a minha irmã Erica e ao meu irmão Adalcino e meus sobrinhos. Vocês fazem parte de tudo isso, são parte de mim. Obrigada pela ajuda, por compreender a ausência, meu carinho a cada um.

Aos amigos e amigas da turma, compartilhamos muitos bons momentos e alegrias, Priscila, Alessandra, Polyana, Marly, Crispim... Todas e todos. Vou me lembrar sempre de cada um e de cada uma, pois partilhamos juntos muitas geografias.

A CAPES, pela concessão da bolsa de estudos, pois sem ela teria sido praticamente impossível realizar esta pesquisa. Aos companheiros e às companheiras do GETEM e do LEGEO pelo carinho e ajuda quando necessário.

Mulher camponesa  
Desata a alegria  
Do teu ventre  
Que o teu silêncio grite  
E espalhe sua semente!

*(Carlos Prinzato)*

## RESUMO

No decorrer das últimas décadas no campo brasileiro, o agronegócio se impôs, fortalecendo o latifúndio, as empresas transnacionais e intensificando o uso de agrotóxicos e a produção de monoculturas para a exportação, em detrimento da produção de alimentos e da agricultura camponesa. Este modelo ameaça os camponeses, sobrecarregando principalmente as mulheres, que têm atribuições, *dentro e fora* de casa, pois necessitam suprir a família de cuidados e alimentação, enquanto grande parte dos homens busca renda da “porteira pra fora”. A descapitalização sofrida pela agricultura camponesa nas últimas décadas impossibilita que as famílias façam investimentos na melhoria de suas condições de vida, como na moradia, maquinários, etc. O governo federal lançou, em 2009, o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) com o objetivo de reduzir o déficit habitacional rural no Brasil, mas antes, ainda no ano de 2008, o MCP já tinha conseguido efetuar um importante projeto de habitação rural no estado de Goiás, ainda que mesmo através de um Programa destinado para a realidade urbana. Este estudo propõe compreender as transformações ocorridas na vida das mulheres camponesas, sua saída do espaço privado para o público e a tomada de consciência de classe a partir de sua participação, organização e luta no Movimento Camponês Popular – MCP pela moradia camponesa. O engajamento das mulheres no movimento social trouxe, além da conquista da moradia, uma mudança necessária no comportamento social delas, a quem, historicamente, foi negada o papel ativo nas transformações, relegando-se as à *invisibilidade social e política*. A participação das mulheres no Movimento lhes permite dar visibilidade às suas demandas, tira-as do isolamento da vida privada e insere-as no espaço público mediante sua participação nos encontros, lutas e espaços de decisão política do Movimento.

Palavras-Chave: Moradia Camponesa, Geografia e Gênero, Mulheres camponesas, Espaço privado e Espaço público, Movimentos Sociais.

## ABSTRACT

In the last decades in the Brazilian rural areas, the agrobusiness imposed itself making stronger the large properties (estates), the transnational companies and intensifying the use of agrotoxics and the production of monoculture for exportation, instead of producing health food via the peasant agriculture. This model threatens the peasants, especially the women that need to work inside and outside their houses because their families need care and food - while the men are used to search for income just outside. The low incomes that the peasant agriculture is getting during the last decades make impossible to the families to invest in technologies and habitation towards better life conditions. The federal government published, in 2009, the Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) - Rural Habitation National Program – intending to reduce the social deficit in rural habitations, but before this, in 2008, the Movimento Camponês Popular (MCP) – Popular Peasant Movement – had already accomplished a important project of rural habitation in the state of Goiás – Brazil, using other program that was, at first, oriented to urban areas. This research intends to comprehend the transformations that had occurred in the lives of the peasant women during the processes of overcoming the frontiers of the private spaces of their houses and gaining class consciousness since the moment the women started to engage in political participation and political organization in the Movimento Camponês Popular – Popular Peasant Movement – to struggle for a peasant habitation. The engagement of the women in the social movement achieved - more than the conquest of the habitation - a change in their social behavior, because the recognition of the active role of women as actors of social transformation is historically denied and this denial tends to exclude them towards a social and political invisibility. The political participation of the women in the social movement enable the visibility of their demands, defeating their isolation by going beyond the private spaces of their lives when they occupy the public spaces of the meetings, the struggles and the political decisions reunions of a social movement.

Key-words: Peasant habitation, Geography and gender, Peasant women, Private space and Public space, Social Movements.

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Grafico 1: Número de estabelecimentos agropecuários Brasil 1950-2006 .....	25
Grafico 2: Área dos estabelecimentos agropecuários Brasil 1950-2006.....	26
Grafico 3: Número de imóveis rurais Brasil 2003.....	27
Grafico 4: Área dos imóveis rurais Brasil 2003.....	27
Grafico 5: Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários Brasil 1950-2006 .	28
Grafico 6: Pessoal ocupado no campo no Brasil 2006 em percentual .....	28
Grafico 7: Beneficiarios chefes de família, segundo o gênero (Regional Estrada de Ferro GO). .....	49
Grafico 8: Contratações do PNHR (MCMV) de 209 a 2014.....	61
Grafico 9: Contratações do PNHR Macroregião (2009 -2012).....	63

## ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1: Encontro “Um Ano do MCP” Goiânia GO -2009.....	43
Foto 2: Mística no encontro de 5 anos do MCP – Goiânia GO – Dezembro de 2013 .....	44
Foto 3: Encontro de 5 anos do MCP – Goiânia GO – Dezembro de 2013.....	44
Foto 4: Seminário de Biodiversidade e Sementes Crioulas – Catalão GO – 2011.....	45
Foto 5: Ocupação do MCP e outros Movimentos do Campo na SEFAZ (Goiânia – Março de 2015) .....	68
Foto 6: Audiência com o Presidente da AGEHAB para repasse dos Cheques Moradias (Goiânia – Março de 2015).....	68
Foto 7: Encontro com as famílias que fazem parte do Moradia Camponesa – Silvânia (GO).....	69
Foto 8: Encontro de Mulheres – Vianópolis (GO).....	70
Foto 9: Moradia Camponesa em Vianópolis/GO (2012).....	70
Foto 10: Mobilização do MCP em Goiânia pela Moradia Camponesa (2012).....	76
Foto 11: Mobilização do MCP em Goiânia pela Construção da Lei da Agricultura Familiar e Camponesa em Goiânia (2014). .....	77
Foto 12: Moradia antiga da família – Itapuranga (GO).....	83
Foto 13: Nova Moradia da família – Itapuranga (GO).....	83
Foto 14: Família com a Presidente Dilma na atividade do governo sobre o Minha Casa Minha Vida 2 - Brasília (2013).....	84

## ÍNDICE DE DESENHO

Dezenho 1: Croqui da Moradia Camponesa do MCP.....	71
--	----

## ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Localização da área de abrangência da pesquisa.....	47
Mapa 2: Contratações do PNHR por estado (2009-2012).....	64
Mapa 3: Contratações do PNHR por estado (2013).....	65

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Divisão dos estabelecimentos rurais baseado na renda – salários mínimos – 2006.....	29
Tabela 2: Área Ocupada e divisão dos estabelecimentos (2006) .....	48
Tabela 3: População dos municípios de abrangência da pesquisa.....	48
Tabela 4: Valores do PNHR no GI no Programa Minha Casa Minha Vida 2 .....	59

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: População beneficiários do PNHR.....	59
Quadro 2: Déficit habitacional rural por macrorregiões.....	66
Quadro 3: Déficit habitacional da Região Centro – Oeste.....	66

## ÍNDICE DE SIGLAS

AGEHAB – Agencia Goiânia de Habitação

BNH – Banco Nacional de Habitação

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CEF – Caixa Econômica Federal

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FJP – Fundação João Pinheiro

GT do Campo – Grupo de Trabalho do Campo (Ministério das Cidades)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MCP – Movimento Camponês Popular

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

OGU – Orçamento Geral da União

ONU – Organização das Nações Unidas

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável

SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SGPA – Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura

SEFAZ – Secretaria da Fazenda

SEPLAN – Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT - Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	16
1.1	Os Caminhos Metodológicos que Seguimos nessa Construção .....	21
2.	A QUESTÃO AGRÁRIA E OS MOVIMENTOS CAMPONESES.....	24
2.1	A Formação da Propriedade Privada no Brasil.....	31
2.2	A Revolução Verde e a Apropriação Desigual .....	33
2.3	A Luta Camponesa no Brasil .....	37
2.4	O Estado de Goiás no Contexto das Lutas Camponesas .....	40
2.5	A Luta Camponesa na Regional Estrada de Ferro.....	46
3.	OS MOVIMENTOS CAMPONESES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	52
3.1	As Políticas Públicas como Conquistas de Luta.....	53
3.2	A Questão da Habitação no Campo e o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR.....	56
3.3	O Movimento Camponês Popular – MCP e a Luta pela Moradia Camponesa .....	67
4.	AS CAMPONESAS EM MOVIMENTO E A LUTA PELO ESPAÇO DA VIDA ...	74
5.	GEOGRAFIA E GÊNERO.....	86
5.1	Espaço, Gênero e Poder .....	86
5.2	As Mulheres entre o Espaço Privado e o Espaço Público .....	96
5.3	A Invisibilidade da Mulher Camponesa .....	106
5.4	A Casa, Espaço Privado, Forma de Chegar ao Espaço Público.....	112
6.	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....	117
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	122

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca relacionar a produção social do espaço e a reflexão sobre gênero na Geografia para compreender as transformações ocorridas na vida das mulheres camponesas na Região da Estrada de Ferro em Goiás, a partir da sua participação, organização e luta no Movimento Camponês Popular – MCP, particularmente na luta pela moradia camponesa, o que coloca a atuação das mulheres fora dos limites domésticos e dentro do espaço público, evidenciando a construção da consciência de classe.

Para Scott (1992), a invisibilidade das mulheres é resultado de sua ligação direta com o espaço privado. Afastadas dos espaços públicos, quando conseguem neles adentrar, se de forma isolada, o resultado é uma desvalorização e um descrédito de sua visão e atuação, mas, se alcançam os espaços públicos através da sua ação em movimentos sociais, modifica-se a sua participação na rede de poderes da comunidade onde vivem e elas podem assim, transformar sua realidade individual e social.

A conscientização das mulheres camponesas não decorre apenas de sua inserção no Movimento Camponês Popular - MCP, essa é uma questão que possui diversas origens, mas que nessa pesquisa pretende-se investigar a partir do MCP, suas ações políticas construídas. Em muitos casos, essas ações podem causar estranhamentos e divergências, questionamentos sobre as relações de poder e mando na organização familiar, na qual tradicionalmente a mulher sempre foi subordinada. Mas, a consciência não pode significar, ou significa, o fim da família, o que para as mulheres camponesas é uma possibilidade muito remota, mesmo nos dias atuais. O que se percebe é que, com a experiência da ação política no Movimento, ocorre uma redefinição das relações de poder no espaço público e também no nível privado.

Motivada e desafiada pelo caráter libertador da proposta de organização e luta das famílias camponesas, com os objetivos centrais de alcançar a autonomia camponesa, a soberania alimentar e o poder popular, a partir de julho de 2008, passei a fazer parte da construção *do e no* Movimento Camponês Popular (MCP).

No decorrer desse período, constatei que vêm ocorrendo um envolvimento e um fortalecimento crescente da participação e da ação das mulheres camponesas na luta pela libertação da opressão que se devem à formação política e às perspectivas de melhoria da renda e da qualidade de vida que elas obtêm no Movimento. A luta pela Moradia Camponesa especificamente, despertou em muitas dessas mulheres a consciência de luta por direitos fundamentais para sua reprodução e existência.

A luta por direitos é estimulada e organizada num permanente processo de formação e mobilização, no qual as famílias camponesas vão compreendendo a realidade, *tomando* consciência da sua situação, participando e decidindo os rumos da vida coletivamente.

Assim, essa pesquisa tem vínculos com minha motivação pessoal de refletir sobre e compreender a saída das mulheres do espaço privado, através da participação no Movimento Camponês Popular – MCP para se tornarem protagonistas do espaço público, o que, ao longo da caminhada, pode transformá-las, dar-lhes novos horizontes, novos olhares e novas perspectivas de vida como mulheres e como camponesas.

Sendo militante do MCP tenho presenciado a participação dessas mulheres no Movimento, em busca de melhorias nas condições de vida da família, portanto, não fui uma estranha no cenário da pesquisa, nem um ser neutro e alheio, mas sim, um ser histórico, participativo, envolvida com a investigação e comprometida com o processo da pesquisa (Freire, 1998; e Rey, 2005, 2011).

Nesse sentido, desafiada pelas professoras Maria Franco Garcia e Carmem Lúcia Costa a fazer desta pesquisa também uma auto-historiografia, comecei a refletir sobre a questão e cheguei à conclusão de que o meu próprio viver enquanto mulher e militante de um Movimento camponês, já era uma forma de fazer geografia. E foi assim, por uma geografia da vida, a partir do olhar de mulher que comecei a pesquisar as mulheres camponesas que fazem parte do MCP na Regional Estrada de Ferro.

Fazendo uma geografia da vida, eu achava a mim mesma, me redescobrimo a cada passo enquanto militante, pesquisadora e mulher. Percebi que esse viver, que essa geografia da vida, estava presente em todos os lugares do meu espaço vivido, nas ações e atividades do Movimento, nos encontros, nas rodas de conversas com as mulheres, nas aulas na universidade, nas reflexões sobre os autores lidos, enfim, no meu cotidiano. Juntando tudo isso, comecei a construir um desenho do meu viver geográfico e do viver das mulheres camponesas que fazem parte do MCP. Não foi um desafio fácil, mas tentei ao máximo cumpri-lo, pois falando da história e da vida das mulheres camponesas que lutam, também falo da minha história e da geografia da vida em que tanto acredito.

Nesse encantamento, muitas vezes, sozinha, ficava a pensar sobre a minha vida, a refletir sobre a vida das mulheres que pesquisava. Não sabia ao certo como escrever sobre elas, mas fui conversando, entrevistando as mulheres para encontrar esse caminho, queria colocar seu olhar, a história delas nessa pesquisa. E esse é um dos objetivos dessa pesquisa, ter as mulheres camponesas como sujeito, perceber suas ações.

A casa pode ser onde nosso corpo está, e esse estar, vai construindo nosso “lugar” no mundo. A participação nos espaços coletivos vai reconfigurando nossa visão e nosso lugar no mundo. Nessa construção, mulheres e homens vão redesenhando suas histórias de vidas.

Assim, a minha história de vida estabelece uma relação com a pesquisa e com as mulheres camponesas. Uma relação de identidade foi construída entre nós.

Ser parte do Movimento talvez tenha sido um perigo, pois o envolvimento direto com suas questões trouxe o fato de poder não perceber algumas contradições importantes, no entanto, tendo ciência desses perigos, busquei rejeitar o pré-construído ou o senso comum e buscar sempre a prática científica e a história social das mulheres pesquisadas. Para Bourdier (2007, p. 23), “[...] teoria, método e objeto não estão isolados de um conjunto de relações e é dessas relações que se deve retirar o essencial das propriedades do objeto, isso porque o real é relacional”.

Para as pesquisadoras e os pesquisadores militantes o método é um grande desafio já que se propõem como pesquisadores a produzir ciência e não somente ideologia. Mesmo sabendo que toda ciência está diretamente vinculada a alguma ideologia, é necessário ir além da aparência e construir ou comungar com conceitos da classe trabalhadora que contribuirão para a luta de classes. Isso pode ser revolucionário, pois, como disse Karl Marx, toda luta revolucionária precisa de uma teoria revolucionária.

Método é uma palavra originária do grego e pode ser traduzida como caminho. Assim, quando se fala de método, fala-se das bases teóricas que vão guiar, dos procedimentos e atividades da pesquisa que cada um e cada uma enquanto pesquisador ou pesquisadora fará, a partir de sua visão de mundo, buscando realizar uma pesquisa rigorosa e engajada, se por isso optar.

Diante do debate estabelecido acerca do método, não há uma definição sobre as dificuldades em se desenvolver o método na pesquisa científica. Há sim, a busca da aplicação desse método tendo clara a ideologia de classe a que esse método serve ou, ainda como coloca Lowy (1.994, p. 105), “[...] A história da ciência não pode ser separada da história em geral, da história da luta de classes em particular”. Assim como na ciência podemos afirmar que o pesquisador também *não se move no espaço e no tempo de forma independente do movimento histórico concreto*. (LOWY, 1.994, p. 105).

A ideologia dos pesquisadores e pesquisadoras é fundamental na escolha do método da pesquisa, já que a negação de certos métodos está diretamente ligada à opção política e ideológica com a qual a pesquisadora ou pesquisador comunga.

Nesse sentido, é necessário desenvolver uma pesquisa que saia da aparência do

espaço, que não cumpra apenas a parte descritiva, perceptiva ou ainda estatística, mas que consiga captar a essência das contradições, no caso em questão, entender a luta das mulheres camponesas no MCP. Para tanto, foi necessário priorizar a análise qualitativa, a realização de entrevistas com as famílias e mulheres camponesas para, assim, compreender a mulher enquanto sujeito de forma crítica.

Tomar a realidade em sua totalidade, considerando as lutas camponesas e o papel das mulheres nessas lutas, a partir das contradições e disparidades próprias de uma pesquisa, foi fundamental para compreensão do espaço já construído e em construção.

A criticidade própria do método dialético foi aplicada à pesquisa, na medida em que, a análise do processo de produção do espaço não hegemônico avança e alcança a perspectiva da construção de uma nova realidade. Refletir sobre a realidade mediada pela exploração e pela opressão de classe e gênero e, a partir dela, vislumbrar uma nova realidade é necessário e possível. Espera-se que essa pesquisa contribua para ampliar os debates e as reflexões sobre a participação das mulheres nos movimentos sociais, enquanto sujeitos sociais capazes de construir sua própria história, a história da luta camponesa e da luta por uma nova sociedade. Assim, a interpretação e as ações políticas das mulheres camponesas deixarão de ser secundarizadas, principalmente, em muitos Movimentos Sociais.

Investigar a participação das mulheres no Movimento Camponês Popular – MCP na luta pela moradia certamente leva à valorização de sua ação e princípios e à produção de novos conhecimentos, além da construção de uma identidade própria, pública e privada, que pode modificar as relações sociais e de poder. Para tanto, o foco do estudo são as mulheres camponesas que fazem parte do MCP nos municípios de Orizona, Vianópolis e Silvânia, da Região Estrada de Ferro no estado de Goiás.

O MCP está organizado em mais de oitenta municípios do estado de Goiás; a escolha desses três municípios foi feita pelo fato de os mesmos possuírem uma parte significativa da população no campo e também devido à participação expressiva das mulheres dessas localidades no Movimento.

Considerar as mulheres camponesas nos espaços públicos como protagonistas da história e da sua própria história perpassa pela superação das incertezas, controvérsias e ambiguidades da sociedade sobre elas, levantadas por Michelle Perrot. A autora pergunta:

Escrever a história das mulheres? Durante muito tempo foi uma questão incongruente ou ausente. Voltadas ao silêncio da reprodução materna e doméstica, na sombra da domesticidade que não merece ser quantificada nem narrada, terão mesmo as mulheres uma história? (PERROT, 1990, p. 7).

Muito foi, e ainda é negado às mulheres, até mesmo sua história, ou mesmo as possibilidades de elas poderem escolher os rumos de suas vidas. A história das mulheres, ou a história de luta das mulheres, oscilou muitas vezes entre a exclusão e a banalização. Mas, hoje, muitas mulheres e homens se dispõem a compreender esse longo processo de negação e esquecimento, e, assim, incorporar a história das mulheres na história geral, pois as mulheres também construíram e foram construídas por essa história comum.

Para um melhor resultado, esta pesquisa é qualitativa, utilizando-se também de dados quantitativos. Técnicas como histórias ou relatos de vida, entrevistas estruturadas e questionários são usadas como complemento para a falta de dados referentes aos diferentes espaços que o MCP oportuniza nas Comunidades Camponesas. Em relação às entrevistas, a melhor forma é o diálogo, principalmente com as mulheres camponesas do MCP que fazem parte do projeto de Moradia Camponesa. As histórias contadas por elas e aqui reproduzidas são estratégias utilizadas para a compreensão da realidade e/ou mudança da realidade a partir das experiências vivenciadas na luta pela Moradia Camponesa.

Por entender como indispensável para a compreensão do processo vivenciado pelas mulheres que acessaram a moradia camponesa através da luta no MCP, no decorrer da pesquisa, participei de atividades promovidas pelo MCP, entre as quais destaco: reuniões, encontros de formação, assembleias e lutas, dentre outras.

Foi realizada uma revisão da bibliografia existente sobre o tema, como livros, dissertações, teses, artigos, revistas, jornais e textos divulgados na internet, entre outros, que destacam as categorias de classe e gênero, buscando identificar as relações e os impactos socioculturais do projeto de Moradia Camponesa do MCP na construção da emancipação das mulheres camponesas.

O projeto de Moradia Camponesa desenvolvido pelo MCP através do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR teve um impacto positivo no campo, tanto econômico quanto social, dando uma nova possibilidade para as famílias ali permanecerem. Apesar de ser importante, o Programa não é suficiente para manter as famílias camponesas no campo. São necessárias outras políticas, como o acesso a assistência técnica e a renda, o melhoramento das estruturas das propriedades e fornecimento de água de qualidade e energia, dentre outros.

Ao longo dos três anos que foi implantado, o PNHR foi sendo melhorado, adaptando-se mais à realidade camponesa. E esse avanço do Programa é resultado das lutas dos movimentos sociais do campo, que exigiram a mudança do Programa, pois apesar de ser um Programa destinado aos camponeses pobres, por excesso de burocracia, excluía justamente as famílias camponesas mais necessitadas.

A desvalorização e a subalternidade das mulheres historicamente conferidas a elas se refletem nas suas ocupações e podem ser percebidas no seu dia-a-dia. A maioria das mulheres camponesas está na invisibilidade em que põe o seu trabalho, na casa e ao seu redor, com hortaliças e criação de pequenos animais, dentre outros.

A mudança dessa realidade, de opressão e exploração das mulheres e do trabalho por elas exercido, pode ocorrer com a sua saída do espaço privado para o espaço público, pois a partir do momento em que as mulheres se constituem como sujeitos sociais e coletivos e iniciam a luta contra o sistema capitalista está também lutando contra o sistema patriarcal, machista, parte intrínseca do capitalismo.

A luta pela Moradia Camponesa desperta as mulheres e lhes mostra que há outras lutas a serem lutadas: a luta pela igualdade e contra a subordinação e a exploração.

Esta pesquisa, busca compreender a ação das mulheres na luta pela moradia camponesa a partir da relação entre a geografia e o gênero. Sua organização divide-se em quatro seções de análise e discussão sobre a Geografia, o gênero e a ação das mulheres camponesas no Movimento Camponês Popular – MCP pela Moradia Camponesa, além da introdução e das considerações finais.

A primeira seção debate a questão agrária no Brasil e a luta do campesinato contra a expropriação e pelo acesso a terra ao longo da história, sem o que, não se pode compreender a luta das mulheres camponesas pela moradia.

Na segunda seção apresenta-se ainda a relação do campesinato com as políticas públicas existentes, principalmente o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, destacando a luta do Movimento Camponês Popular – MCP pela Moradia Camponesa e a ação das mulheres neste contexto, pois em nossa visão, há duas questões relevantes sobre a relação do campesinato com as políticas públicas, uma é a visão do Governo de se construir políticas compensatórias que reforçam a subalternidade do campesinato ao capital e a segunda é a necessidade de se construir políticas públicas que fortalecem a autonomia camponesa.

A terceira seção tem como objetivo mostrar as estratégias de ação das mulheres camponesas na construção de sua ação e afirmação no Movimento Camponês Popular – MCP na luta pela moradia camponesa.

A quarta e última seção estabelece o debate teórico e metodológico, cujo objetivo é apresentar as reflexões sobre Geografia e Gênero no espaço de ação das mulheres camponesas, refletindo a partir de questões que permeiam a vida das mulheres, como o espaço privado e o espaço público, sua invisibilidade e a casa enquanto uma forma de luta.

## 1.1 Os Caminhos Metodológicos para a Construção da Pesquisa

Esta pesquisa é qualitativa, porém utiliza dados quantitativos. A opção pelo método qualitativo se dá pelo fato de ele [...] não desconsiderar as causas e inter-relações sutis que possam permear-se entre a análise e as conclusões, desconsiderações essas que podem distorcer verdades entre o meio e o fim. (LEITE, 2008, p.100).

Conforme Minayo (1994), a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível da realidade que não pode ser quantificado e tampouco reduzido a variáveis ou captável em equações e estatísticas, uma vez que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes [...] aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas. (1994, p. 22).

A observação participante foi utilizada devido a suas vantagens e por ser, por excelência, uma das técnicas mais utilizadas pelos pesquisadores qualitativos, segundo Alves Mazzoti & Gewandsznajder (2002, p. 66):

Na observação participante, o pesquisador se torna parte da situação observada, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação. A importância atribuída à observação participante está relacionada à valorização do instrumental humano, característica da tradição etnográfica. Por isto se afirma que o observador participante “deve aprender a usar sua própria pessoa como principal e mais confiável instrumento de observação, seleção, coordenação e interpretação [...] Em outras etapas, porém, o observador participante, tipicamente, combina a observação com entrevistas e análises de documentos”.

Algumas técnicas, como fontes orais e relatos de vida, entrevistas estruturadas e questionários, foram utilizados como complemento para o que faltou de dados referentes aos resultados da ação do MCP nas Comunidades Camponesas dos municípios de Silvânia, Vianópolis e Orizona, que são parte da Regional Estrada de Ferro<sup>1</sup>. Em relação às entrevistas, a melhor forma encontrada foi o diálogo, principalmente com as mulheres camponesas do MCP que fazem parte do projeto Moradia Camponesa. Esses diálogos permitiram compreender a realidade e/ou mudança da realidade a partir das experiências vivenciadas pelas mulheres camponesas na luta pela Moradia Camponesa.

Por se entender ser indispensável para compreender o processo vivenciado pelas mulheres que acessaram a moradia camponesa através da luta no MCP na Regional Estrada de Ferro, e em especial nos municípios de abrangência de pesquisa, que são os municípios de

---

<sup>1</sup> A Regional Estrada de Ferro é parte do Território Estrada de Ferro (definição do MDA), que está localizado na Região Centro Leste do Estado de Goiás e ocupa uma área de 11.623,7 km<sup>2</sup>, o que equivale a 3% da área total do Estado. Seus municípios, num total de 14, estão distribuídos em duas microrregiões: Goiânia e Pires do Rio.

Silvânia, Vianópolis e Orizona, no decorrer da pesquisa participamos de atividades promovidas pelo MCP, entre as quais reuniões, encontros de formação, assembleias e lutas, dentre outras.

O trabalho de campo foi essencial para a conclusão da pesquisa, pois a conversa face a face nos permitiu compreender melhor as informações repassadas pelas mulheres, a partir da interpretação dos gestos e reações, e estabelecer uma maior confiança e reciprocidade.

Na realização da pesquisa de campo, a definição do tipo de amostra foi muito importante, pois as mulheres pesquisadas, de certa forma, foram confirmando os outros passos. A amostra por saturação foi a mais adequada à pesquisa, a qual se torna representativa quando os resultados apresentam as mesmas características. Dessa forma, o número de mulheres entrevistadas não foi muito grande, mas suficiente para permitir conhecer a realidade, de forma que, na medida em que se realiza a pesquisa de campo e as informações se confirmavam e não acrescentavam mais dados novos, encerrou-se a pesquisa de campo.

Outra questão importante foi definir as pessoas a serem entrevistadas, buscando-se perceber através delas as diversas óticas possíveis para a pesquisa. Como a área de abrangência da pesquisa é composta pelos municípios de Silvânia, Vianópolis e Orizona, foi importante entrevistar mulheres dos três municípios, sendo elas coordenadoras do Movimento ou não. Foram entrevistadas 10 mulheres camponesas a partir de um questionário semiestruturado nos municípios e Silvânia, Vianópolis e Orizona em dezembro de 2014.

Luna (2000) salienta que a coleta de informações apresenta uma série de vantagens, mas o pesquisador precisa saber também das desvantagens e saber contorná-las. A escolha das entrevistadas, para a coleta de dados no trabalho de campo se deu porque as entrevistas proporcionaram um contato direto com diferentes fontes e a realidade investigada.

Outras técnicas que ajudaram a conhecer melhor o problema no trabalho de campo, foram a observação das mulheres nas atividades do MCP e as conversas informais, que apesar de informais tinham o objetivo de recolher informações necessárias para a realização da pesquisa. Com essas informações em mãos definiu-se a pesquisa, além de estabelecer a relação entre as mulheres da pesquisa e a pesquisadora.

**Ana Maria das Graças Lopes**, mora na fazenda Anjo da Guarda, município de Vianópolis. Casada, 67 anos, tem 9 filhos e dos quais oito moram no campo e um na cidade de Orizona: “Até o quinto filho, mal assina o nome, igual eu mesmo, mais do sexto mais adiante já teve uma escola mais graduada e o mais novo tem curso de veterinária. Eu estudei até o segundo ano primário.”



*“Sabe, só d’eu tá aqui, no meio da minha roça, porque eu morava lá, a uns cinco quilômetros, mas tocava essa roça aqui, né. Então, eu saía de lá, todo dia cedo; cozinhava o almoço cedo, vinha pra cá e voltava de tarde. Eu vinha de lá só mais os cachorro e garrava cedinho e voltava. Agora nós dois levanta cedo, toma o café e trabaiá um pouquinho, e vem aqui e lancha, agora é uma benção. Se fosse para começá tudo de novo, eu acho que eu começava.”*

(Orizona, Dezembro de 2014)

## 2 A QUESTÃO AGRÁRIA E OS MOVIMENTOS CAMPONESES

Confissão do Latifúndio  
 Por onde passei,  
 plantei a cerca farpada,  
 plantei a queimada.  
 Por onde passei,  
 plantei a morte matada.  
 Por onde passei, matei  
 a tribo calada,  
 a roça suada,  
 a terra esperada...  
 Por onde passei,  
 tendo tudo em lei,  
 eu plantei o nada.

(Dom Pedro Casaldáliga)

Este capítulo objetiva realizar uma reflexão acerca da estrutura fundiária brasileira e da luta do campesinato contra a expropriação da sua terra de trabalho ao longo da história, pois a compreensão da luta das mulheres camponesas pela moradia passa também pela questão fundiária, já que a propriedade ou a posse da terra deve ser comprovada para se ter acesso ao PNHR.

No Brasil, tradicionalmente, há duas fontes que alimentam os estudos referentes à estrutura fundiária. A primeira são os dados cadastrais, levantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que permitem determinar a distribuição do espaço fundiário entre os *detentores* (proprietários e posseiros); e a segunda, são os dados extraídos dos Censos Agropecuários do IBGE, que mostram a forma pela qual os proprietários, posseiros, arrendatários e parceiros ocupam esse espaço. Assim, é importante destacar alguns conceitos e definições, como o conceito de módulo rural e o conceito de módulo fiscal, antes de se adentrar à questão propriamente dita.

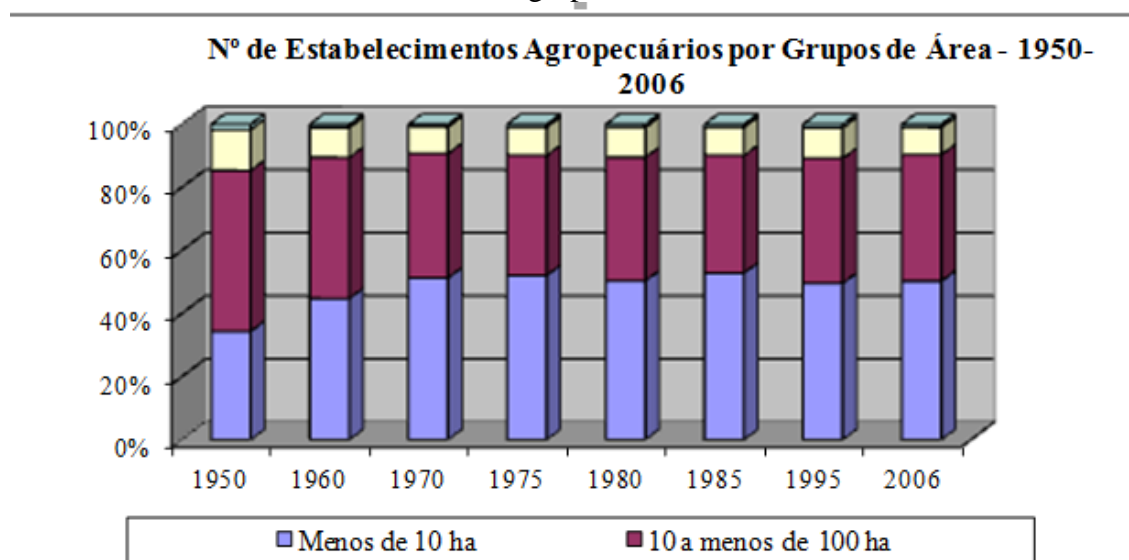
Segundo o INCRA, o conceito de módulo rural é derivado do conceito de propriedade familiar e, sendo assim, é uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e as condições do seu aproveitamento econômico. O módulo fiscal também é uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município e que considera os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; conceito de propriedade familiar. De forma resumida, a diferença entre os dois conceitos é que o módulo rural mede a área de cada imóvel, separadamente, e reflete o tipo de exploração predominante

no imóvel rural, segundo sua região de localização e o módulo fiscal, por sua vez, é estabelecido para cada município e procura refletir a área média em módulos rurais dos imóveis rurais do município.

A avaliação da estrutura agrária brasileira, tanto sob a ótica do INCRA, como sob a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico - IBGE, evidencia o elevado grau de concentração da terra em ambas as situações, ainda que pesem as diferenças conceituais.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a estrutura fundiária do Brasil ainda é extremamente concentrada. As propriedades no extrato de mais de 1000 ha representam 0,9% do total, mas ocupam 43% da área rural, enquanto os estabelecimentos com menos de 10 ha representam 47% do total, mas ocupam uma área de apenas 2,7% do total<sup>2</sup>. Isso se reafirma na análise do índice de Gini dos últimos 20 anos, que, segundo os dados do último Censo Agropecuário, permaneceu praticamente o mesmo, pois era de 0,857 no ano de 1985, permaneceu praticamente inalterado, 0,856, em 1995/1996 e ficou em 0,854 em 2006.

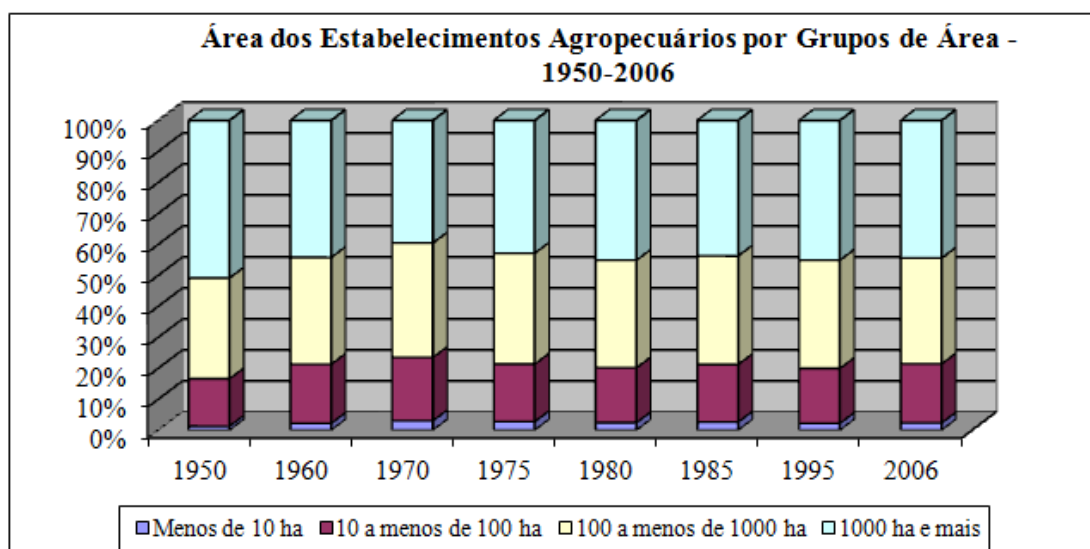
Gráfico 1: Percentual de estabelecimentos agropecuários, Brasil 1950 – 2006.



Fonte: IBGE (2006).

<sup>2</sup> - Dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006.

Gráfico 2: Percentual da área dos estabelecimentos agropecuários, Brasil 1950 – 2006.

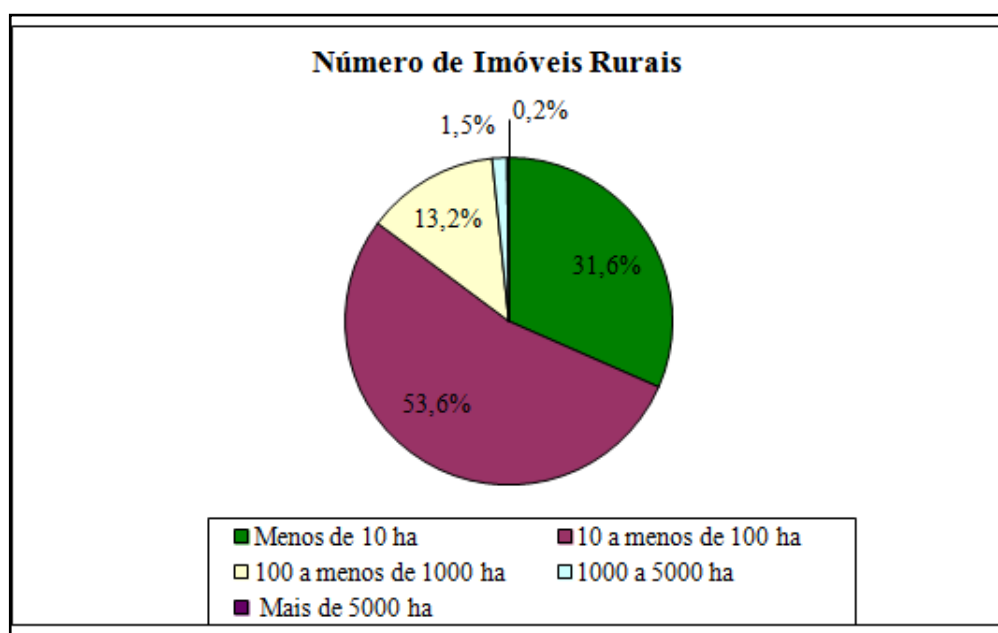


Fonte: IBGE (2006).

A desigualdade na estrutura fundiária brasileira fica clara nos gráficos (1 e 2). De um lado, há os estabelecimentos que possuem menos de 100 ha, que são aproximadamente 90% do total, mas que ocupam apenas 20% da área; do outro, os que possuem mais 100 ha não chegam a 10% do total, mas ocupam quase 80% da área. Nessa realidade, de concentração e desigualdade não se provocam transformações, já que segundo corrobora Alentejano (2011, p. 71), este quadro permanece praticamente inalterado nos últimos 50 anos.

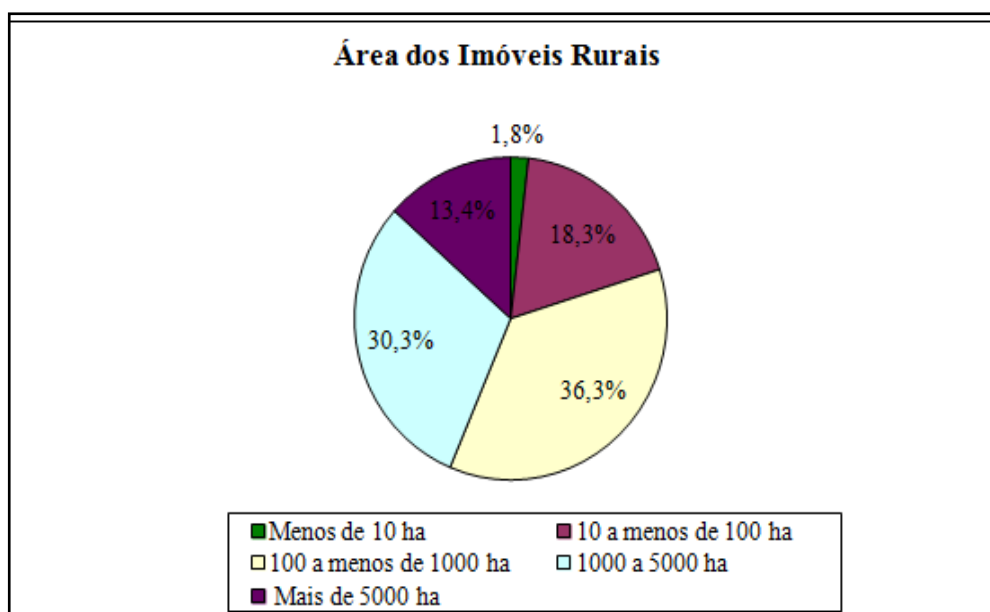
Utilizando os dados do INCRA, que considera não a quantidade e a área dos imóveis rurais, mas a sua distribuição e utilização tem-se os seguintes números: menos de 2% da área total (1,8%) são ocupadas por imóveis com menos de 10 ha que representam 31,6% do total. Já os imóveis com mais de 100 ha representam menos de 15% do total, ocupando, porém, 80% da área rural. Somando-se os imóveis com menos de 10 ha aos que possuem menos de 100 ha, obtêm-se um total de 85,2% dos imóveis que, porém, ocupam menos de 20% da área rural. Assim, o resultado é o mesmo, independentemente do método ou das diferenças conceituais de um órgão ou outro: a estrutura fundiária no Brasil é permanentemente concentrada e desigual. Nos gráficos 3 e 4 pode-se visualizar essas informações:

Gráfico 3: Percentual de imóveis rurais, Brasil, 2003



Fonte: INCRA (2003)

Gráfico 4: Área (%) dos imóveis rurais, Brasil, 2003.

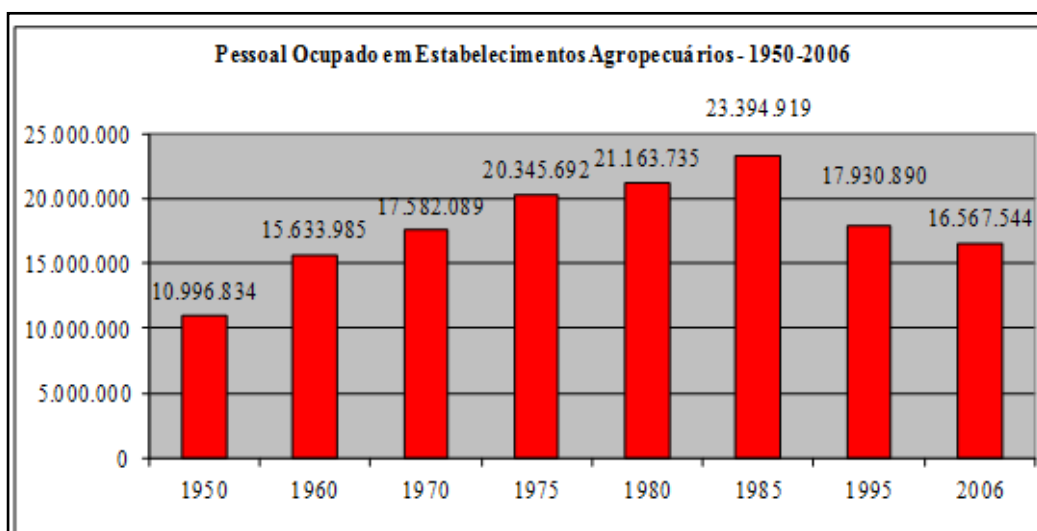


Fonte: INCRA (2003)

A análise do uso da mão de obra no campo mostra que os estabelecimentos com menos de 100 ha empregam 74,4% das pessoas, embora ocupem a menor parte área rural, empregam 45 vezes mais que os estabelecimentos com mais de 1000 ha que ocupam a maior parte da área rural no Brasil. Ou ainda, se comparada à construção civil no ano de 2006, a

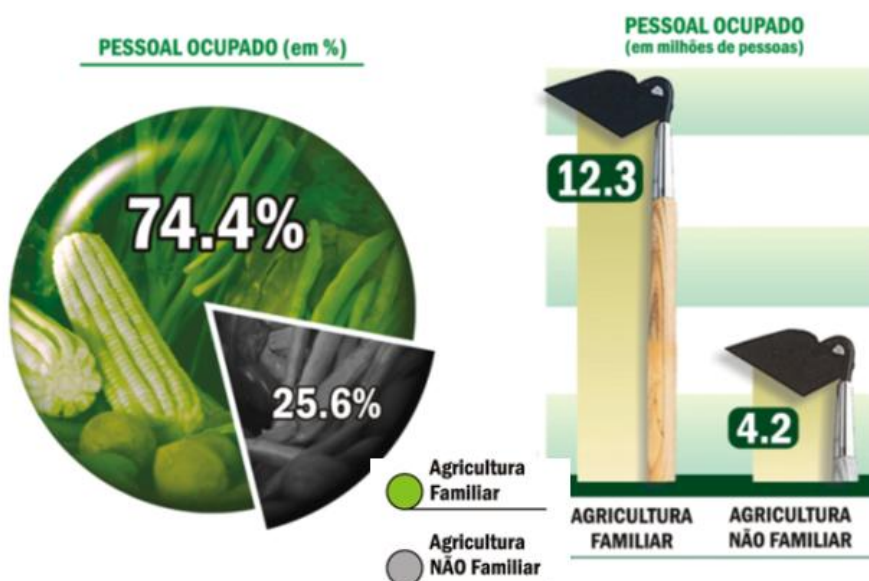
agricultura camponesa empregou duas vezes mais<sup>3</sup>. Para Alentejano (2001, p. 67), “[...] em decorrência disto, nas últimas décadas a população rural sofreu redução absoluta e não apenas relativa como vinha acontecendo até 1970”. Apesar de tudo isso, a agricultura camponesa continua sendo o setor da economia que mais emprega no Brasil. Nos gráficos 5 e 6 podemos constatar os dados citados.

Gráfico 5: Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, Brasil, 1950-2006



Fonte: Cartilha da agricultura familiar (MDA) - Dados do Censo 2006

Gráfico 6: Percentual do pessoal ocupado no campo no Brasil – 2006



Fonte: Cartilha da agricultura Familiar (MDA) - Dados do Censo 2006

<sup>3</sup>- Dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006.

Em um exercício de aplicação generalizada desses dados dos dois modelos de agricultura em todo o país, considerando que a agricultura familiar emprega 15,3 pessoas a cada 100 ha e o agronegócio emprega 1,7 pessoas a cada 100 ha, se o atual modelo concentrador prevalecesse totalmente, doze milhões de postos de trabalho desapareceriam, mas, se, ao contrário, se generalizasse a agricultura camponesa, 26 milhões de postos de trabalho seriam criados<sup>4</sup>.

Na comparação entre esses dois modelos de agricultura verifica-se também que quanto ao Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006, a agricultura familiar gera um VBP de R\$ 677/ha, 89% maior do que o gerado pela agricultura capitalista, ou pelo agronegócio, que é de R\$ 358/ha.

Apesar de tudo isso, a pobreza no campo ainda é um dado real. A tabela 1 é baseada no Censo Agropecuária de 2006 e mostra que, somados, os estabelecimentos rurais que obtêm renda mensal de mais de 10 salários mínimos se apropriam de 86% da renda bruta no campo, mas são apenas 500 mil estabelecimentos ou 11% do total. A mesma tabela mostra também que cerca de 3 milhões de estabelecimentos camponeses se encontram na pobreza, com renda mensal bruta de meio salário mínimo por estabelecimento, ou apenas 3,2% da renda total. Supondo-se uma média de 4 pessoas por família, chega-se a 12 milhões de pobres no campo brasileiro.

Tabela 1: Divisão dos estabelecimentos rurais baseado na renda – salários mínimos – 2006

Número de estabelecimentos	% da quantidade total de estabelecimentos	Renda mensal de salários mínimos (sm)	Renda bruta do total de estabelecimentos (em %)	Renda mensal bruta/ estabelecimento, em salários mínimos (sm)
<b>2.904.769</b>	66.0	0 a 2 sm	3.2	0.5 sm
<b>995.750</b>	22.6	2 a 10 sm	10.0	4.6 sm
<b>472.702</b>	10.7	10 a 200 sm	35.4	34.4 sm
<b>27.302</b>	0.6	mais de 200 sm	51.1	861.9 sm
<b>4.400.527</b>	100.0	TOTAL	100.0	10.4 sm

Fonte: Dados do IBGE (2006)

A maioria dessas famílias camponesas pobres tem nos programas sociais, como o Bolsa-Família, sua principal forma de renda. As demais políticas públicas, como o crédito e o

<sup>4</sup> - INCRA, 2003.

acesso à comercialização, que permitem a produção, sendo fundamentais para que essas famílias tenham renda e uma vida melhor no campo, são inacessíveis a esta parte do campesinato.

As mulheres sofrem mais diretamente todos esses impactos da pobreza no campo e são ainda mais penalizadas pela dupla jornada de trabalho. Essa realidade resulta na desterritorialização do campesinato da terra desde o século XIX e que ainda não foi resolvido no Brasil, ou seja, a terra continua não cumprindo sua função social, o que acentua ainda mais, a concentração da renda e a extrema desigualdade social.

Segundo Carvalho (2003), essa realidade é condicionada a partir do desmantelamento das instituições governamentais, da precarização das políticas públicas e da abertura indiscriminada da agropecuária e da terra ao capital multinacional da agroindústria, acrescentando-se ainda a concepção política e ideológica que preconiza para os pequenos produtores rurais a mesma lógica de gestão de negócios da grande empresa capitalista no campo (p.16).

E como a maioria do campesinato não consegue fazer parte dessa lógica, por diversos motivos, tais como, a pouca quantidade de terra, sua inadequada localização geográfica perante os mercados, solos de baixa qualidade e com topografia adversa, falta de acesso a maquinários adequados, falta de assistência técnica adequada, não acesso a educação formal e a falta de políticas públicas que considerem essa realidade e resolvam um problema centenário, como a regularização fundiária, essa parte do campesinato permanece num processo de exclusão social e dependente das políticas públicas compensatórias. (Carvalho, 2003, p.18).

Essa lógica, que “enquadra” uma pequena parte do campesinato e exclui sua grande maioria é perversa e na maioria das vezes é fomentada pelas políticas públicas, que possuem como base essa concepção política ideológica da grande empresa capitalista e seus pacotes tecnológicos que desconsidera a diversidade e a realidade camponesa, considerando como atrasada e excluída essa massa camponesa que não adota o pacote de produção dominante do tipo capital intensivo para exportação. Para essa parte do campesinato existem as políticas compensatórias que não fomentam sua emancipação econômica. (Carvalho, 2003, p.19).

Para superação dessa realidade o primeiro passo é superar as causas da pobreza e da dependência econômica das políticas compensatórias de governo. Para tanto, será necessário à mudança do modelo de produção a partir de uma nova matriz tecnológica que revivifique saberes e habilidades camponesas enterradas como arcaicas. Isso significará o

resgate e utilização das sementes e mudas nativas ou crioulas, a produção interna da maior parte dos insumos para as atividades de produção comercial e a produção dos itens básicos para o autoconsumo familiar. A tese governamental vigente que enfatiza o crescimento econômico quantitativo e socialmente seletivo a partir da inserção plena e competitiva das unidades de produção no mercado é limitada e equivocada, pois não abarca as diferenças e a diversidade no campo, também precisa ser superada e transformada, para então, se construir políticas públicas que atendam as demandas particulares do campesinato e assim, melhorem suas condições objetivas de produção e de vida. (Carvalho, 2003, p.23-24).

## **2.1 A Formação da Propriedade Privada no Brasil**

Muitos dos problemas políticos, econômicos e principalmente sociais do nosso país, que afetam profundamente a situação do campesinato brasileiro, têm em sua essência aspectos relacionados à maneira de apropriação da terra e concentração fundiária, desde os tempos da colonização portuguesa. A instalação do latifúndio no Brasil começou a partir da instituição do regime de Sesmarias<sup>5</sup> pela Coroa Portuguesa. Esse regime consistia na concessão da posse de grandes áreas de terras, por parte do rei ou de seu representante no Brasil a homens brancos, puros de sangue e católicos, os sesmeiros, cuja obrigação era cultivar a terra com o objetivo de produzir para o mercado europeu.

O fato que as Sesmarias eram concedidas de graça e sem maiores restrições de propriedade e uso era uma consequência direta do baixo valor da terra. Nas áreas dos engenhos naturalmente a terra tendia a adquirir mais valor, porém tais áreas não eram extensas. Onde o preço da terra se tornava mais alto a Coroa tentava se apropriar de parte da renda através da cobrança de foros, porém, para fazer esta cobrança apresentavam-se grandes dificuldades e a principal fonte de renda para a Coroa, derivada do Brasil, provinha da taxação sobre o açúcar que entrava em Lisboa. Como as atividades econômicas praticadas no Brasil durante a colonização não tiveram o efeito de aumentar o preço da terra, não houve nenhuma mudança na forma de distribuição ou de regulamentação do seu uso.

Em 1822, foi suspensa a concessão de Sesmarias e o direito dos posseiros foi reconhecido, caso as terras estivessem efetivamente cultivadas. Por um curto período, entre

---

<sup>5</sup> Sesmaria de sesma, derivada do latim *sexīma*, ou seja, "sexta parte". Foi um instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção. O Estado, recém-formado e sem capacidade para organizar a produção de alimentos, decide legar a particulares essa função. Este sistema surgiu em Portugal durante o século XIV, com a Lei das Sesmarias do ao de 1375, criada para combater a crise agrícola e econômica que atingia o país e a Europa, e que a peste negra agravava.

1822 e 1850, a posse foi a única via de acesso à apropriação legítima das terras públicas. Era uma via que estava aberta tanto para os pequenos quanto para os grandes proprietários.

Essa situação foi drasticamente modificada com a Lei de Terras de 1850, que tornou a via da posse ilegal. Daí em diante as aquisições de terras públicas só poderiam ocorrer através da compra, ou seja, só poderiam ser adquiridas por aqueles que tivessem condições de pagar por elas. Essa lei ajuda a entender por que o Brasil possui uma extrema concentração de terras e latifúndios.

Um dos objetivos da Lei de Terras foi exatamente impedir que imigrantes, trabalhadores brancos pobres, negros libertos e mestiços tivessem acesso à terra. Resumindo, a Lei de Terras de 1850, transferia as terras devolutas para o controle do Estado, impedia a abertura de novas posses e estabelecia que novas propriedades da terra só se formariam mediante compra. Segundo Martins (2004), a Lei de Terras transformava as terras devolutas em monopólio do Estado que, por sua vez, era controlado por uma forte classe de proprietários rurais latifundiários. Dessa forma, para ter acesso à terra, era necessário que os homens pobres livres disponibilizassem sua força de trabalho para os grandes fazendeiros. *Ao mesmo tempo em que se abolia o cativoiro dos homens, iniciava-se o cativoiro da terra*<sup>6</sup>.

Também foi implantada a política oficial de atração de camponeses pobres da Europa, com os programas oficiais de colonização. A partir de 1850 intensificou-se a propaganda da Europa oferecendo terras, que atraiu até o início do século quase um milhão de famílias de camponeses pobres da Itália, da Alemanha, da Polônia, de Portugal, da Suíça e da Áustria. Esses camponeses foram assentados em projetos de colonização oficial nas regiões de pior topografia para prática da agricultura: nas montanhas do Espírito Santo, do Rio de Janeiro (região de Petrópolis), de Santa Catarina e do Paraná. E a todos eles foi entregue uma parcela de 25 hectares de terra, mediante a obrigatoriedade do pagamento dessas terras, em diversas prestações ao longo dos anos.

Na maioria dos casos, os migrantes tiveram que trabalhar durante muitos anos para poderem saldar suas dívidas com os projetos de colonização. E há registros históricos de revoltas de migrantes e denúncias aos consulados sobre as mentiras e manipulações que a Coroa e as autoridades locais faziam com eles. No caso de São Paulo, os camponeses pobres migrantes não receberam terra e foram enviados para as fazendas de café para trabalharem num novo regime social de trabalho, que ficou conhecido como colonato<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> - MARTINS, J. de Sousa. **O cativoiro da terra**. São Paulo: Hucitec, 2004.

<sup>7</sup> - Nesse regime o migrante recebia moradia e algumas linhas de café para cuidar para o latifundiário; em troca, poderia cultivar em torno de 2 hectares para seu sustento.

O Estado e a lei sustentaram os poderes e privilégios das oligarquias, perpetuando a injusta estrutura fundiária. A posse absoluta da terra não leva em conta sua função social. A ocupação da terra deve ter como finalidade o trabalho e a produção de alimentos saudáveis e diversificados para a reprodução da vida<sup>8</sup>.

No entanto, não foi essa a opção feita pelo Estado brasileiro. Mendonça (2004), coloca que:

Os camponeses e *trabalhadores da terra* desterritorializados e sem acesso aos avanços trazidos pela modernização se abrigam nas áreas urbanas, passando a viver em condições muito precárias. Esses trabalhadores atendem a necessidade do capital (empresas rurais), ora como mão de obra barata no campo (trabalhadores temporários), como trabalhadores instáveis, informais, e à base de atividades domiciliares nas cidades, tornando-se o *exército industrial de reserva*, facilitando e estimulando a acumulação de capitais, a depender das habilidades apresentadas (p. 168-169).

O caminho percorrido no Brasil, não permite que a terra cumpra sua função social, pelo contrário, ela se tornou extremamente concentrada nas mãos de poucos, ao mesmo tempo em que expulsou milhares do campo. A opção pela modernização conservadora da agricultura, fez com que, essa situação se agravasse ainda mais a partir da década de 1960.

## 2.2 A Revolução Verde e a Apropriação Desigual

O quadro de desigualdade e concentração fundiária no Brasil se aprofunda com a chamada Revolução Verde, através da qual, a partir dos anos de 1960, a agricultura brasileira inicia o processo de modernização conservadora da agricultura. Novos objetivos e formas de exploração agrícola transformam tanto a pecuária, quanto a agricultura. Como consequências do processo são apontadas, além da acirrada concorrência no que diz respeito à produção, os efeitos sociais e econômicos sofridos pela população envolvida com atividades rurais. O conteúdo ideológico da modernização conservadora da agricultura, para Almeida (1997) incorpora quatro elementos ou noções:

[...] a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a ideia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o consequente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o

---

<sup>8</sup> - COELHO, J. B. & BARREIRA, C. C.A. M. **Esperança camponesa no estado de Goiás: a luta pela terra.** Revista Unievangélica, nº 18/19, 2007.

aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional.

A expansão da agricultura “moderna” ocorre concomitante a constituição do complexo agroindustrial, modernizando a base técnica dos meios de produção, alterando as formas de produção agrícola e gerando efeitos sobre o meio ambiente. As transformações no campo ocorrem, porém, heterogeneamente, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na “modernização da agricultura”, são eivadas de desigualdades e privilégios. (ALMEIDA, 1997, p. 39).

A modernização conservadora utilizou como instrumento de política econômica para formação de estoque de capital, o achatamento salarial, sendo bastante peculiar a justificativa para em política, criada pelo então Ministro da Fazenda Antônio Delfin Neto que apregoava: “*Vamos primeiro fazer o bolo crescer para depois reparti-lo*”. Em 1974-1975, um terço das famílias brasileiras, aproximadamente 30 milhões de pessoas, viviam abaixo da linha de pobreza. Para Gonçalves 2005,

É preciso relembrar que o próprio nome – Verde - que se emprestou a essa revolução-nas-relações-sociais-e-de-poder traz em si o contexto das lutas de classes em que ela foi engendrada. Muito embora já no imediato fim da 2ª Guerra Mundial, em 1946, o livro *Geografia da Fome* de Josué de Castro já assinalasse as implicações políticas do fenômeno da fome, em 1949, esse debate ganhará uma expressão política concreta com o protagonismo de camponeses pobres que, organizados numa Grande Marcha sob bandeiras vermelhas do comunismo, politizarão de um outro modo a questão. A partir de então toda uma elite política e intelectual se mobilizará para afirmar que o problema da fome era uma questão técnica, uma questão de sementes, uma questão de produtividade e, com isso, propõe uma Revolução Verde contra aquela Revolução Vermelha. O debate político da tecnologia se explicitará desde então e se dará de modo cada vez mais intenso. Reiteramos a afirmação feita acima de que um dos lados da conformação identitária de sem-terra se deve, em grande parte, a esse lado moderno da modernização conservadora, qual seja, a revolução nas relações-sociais-e-de-poder- por-meio-da- tecnologia verde, hoje, já em novíssima fase, com a biotecnologia de *genes laboratorialmente modificados*<sup>9</sup>. (GONÇALVES, 2005, p. 4).

Ocorreu nos últimos 50 anos um processo muito amplo de modernização da agricultura, através da incorporação de tecnologias novas, fato que ampliou mais ainda a concentração da propriedade da terra e a exclusão dos camponeses no Brasil, aumentando o êxodo rural e a migração.

---

<sup>9</sup>- Não se trata somente de biotecnologia, uma vez que os próprios cultivares são criações biotecnológicas camponesas e étnicas, da mesma forma que os vinhos, as tequilas, as vodkas, os saquês, as cachaças e as cervejas, e também, os iogurtes, as coalhadas, os queijos, os doces e todo o modo de comer que caracteriza cada cultura e constitui o que talvez seja o maior patrimônio da humanidade. A diferença epistêmica e política, é desse duplo que se trata, é que essas biotecnologias foram tecidas no campo pelos diferentes povos, enquanto a nova biotecnologia é produzida em laboratórios que, cada vez mais, são menos públicos. Atentemos que no caso das biotecnologias mais tradicionais, até mesmo a natureza, sem nenhum romantismo, opinava, na medida que a seleção feita por uma comunidade era experimentada ao longo do tempo e vingava ou não, para usar uma expressão vinda desse mundo, dependendo da resposta da natureza às eleições culturalmente selecionadas. Se o conhecimento é, como acreditamos que seja tão fundamental como o alimento para reprodução humana, ao se aceitar sem mais os laboratórios privados como *locus* da produção por excelência do conhecimento do alimento, duplo da reprodução, insisto, se lhes é dado um lugar nas relações sociais e de poder jamais alcançado por quem quer que seja, ainda mais quando visto na escala mundializada em que vem se dando.

O agronegócio sofreu uma transformação pela modernização do latifúndio, pelo fortalecimento do viés exportador, pela formação de complexos agroindustriais, pela articulação do capital financeiro e industrial com atividades agrícolas e com a propriedade da terra. Um desenvolvimento econômico altamente excludente, uma sociedade injusta e um modelo político autoritário e distorcido foram gerados pelo processo de modernização do campo. O modelo de desenvolvimento para o campo priorizou a agricultura capitalista, enquanto a agricultura camponesa é deixada de lado, não por acaso, mas, por ser o camponês a contradição, não ser parte da racionalidade do capital.

As transformações que ocorreram na área econômico-produtiva nas últimas décadas não foram acompanhadas das mudanças necessárias na estrutura fundiária. Do ponto de vista legal novidades importantes foram introduzidas, como a exigência do cumprimento da função social da propriedade e o instituto da desapropriação para fins de reforma agrária. Entretanto, os poderes públicos não aplicaram estes preceitos. O poder do atraso e do latifúndio sempre se impôs através de alianças políticas ou da violência.

Nesse contexto surgiram inúmeras lutas de resistência e por direitos, lutas pelos meios de trabalho e produção que os conflitos e as contradições do modelo de desenvolvimento adotado pela elite nacional trouxeram, no decorrer da história brasileira. Desde as lutas dos índios contra a expropriação até a luta dos negros pela terra livre dos quilombos, da luta de Canudos e do Contestado até as Ligas Camponesas, as resistências indígena, negra e camponesa sempre aconteceram e assumiram diversas formas. Na década de 1980, surgiram novos sujeitos e formas de organização e de luta. As lutas dos seringueiros, ribeirinhos, índios, atingidos por barragens, dos remanescentes quilombolas, dos sem terra e dos camponeses ganharam dimensão nacional.

Esses movimentos entendem claramente que a proibição do acesso a terra é de cunho político e expressa a maneira como o capital se apropriou da terra e a usa para a manutenção de seu poder e do modelo excludente, injusto e autoritário. A luta pela terra e pela reforma agrária não significa apenas luta por um pedaço de terra, mas sim uma luta contra o capital, e, nos tempos atuais, contra o modelo neoliberal com que este capital se configura. A luta pela terra é, portanto, uma luta contra a oligarquia, é disputa pelo território, monopolizado pelo capital.

A perseguição e a repressão sistemática dos movimentos sociais no Brasil continuam sendo a resposta da burguesia e do próprio Estado à luta dos camponeses.

Em resumo, o cerne desta questão está no problema agrário brasileiro, que até os dias atuais não alcançou solução.

Os discursos que utilizam os números da produção agrícola nacional em favor apenas do agronegócio e difundem a imagem de latifúndios modernos e lucrativos, na verdade tentam esconder o altíssimo grau de concentração fundiária no Brasil. Também tentam omitir que a existência do latifúndio não permite a redução das desigualdades sociais porque expulsa o campesinato e mantém a concentração de oportunidades de geração de renda nas mãos de poucos.

O que não é possível, na visão de Martins (2004, p. 58) é discutir o mundo camponês do ponto de vista da racionalidade de uma empresa capitalista. Esse não é o raciocínio camponês. Ele valoriza outras coisas como um lugar seguro para ficar e manter sua família junta. “Ele não quer ver o mundo desagregando. E não há nenhum motivo para que o mundo dele se desagregue”. Martin, crítica principalmente às teorias de transição para a cidade. Não há nenhum motivo, na sua visão, para se acelerar a transição para a cidade já que ela não vai levar as pessoas do campo a lugar nenhum.

Nesse sentido, Martins critica a visão que vem predominando entre os cientistas sociais. Em geral eles têm trabalhado, desde 1930, procurando explicar o rural a partir da teoria de transição. Uma transição que seria para o bem dessa população, a partir da ideia de que todo mundo abandonaria o campo, inclusive culturalmente.

O mundo urbano seria tão mais superior do ponto de vista humano, tão irresistível que as pessoas inevitavelmente iriam para a cidade e perderiam seus laços com o rural. A América Latina foi varrida por esse tipo de interpretação, com trabalhos que dizem ser o mundo rural sinônimo de passado. Isso acabou não se concretizando e não foi somente pelo tipo de modelo econômico adotado, mas também porque há elementos altamente positivos e emancipadores do ser humano no mundo rural. Se, ao contrário, alguns benefícios do desenvolvimento fossem colocados à disposição da população rural, ela fortaleceria seus laços culturais.

Essa visão conservadora acredita no fim do campesinato, pois sua incapacidade de competição no mercado fará com que desapareça, ou se transforme em um agricultor familiar moderno, capaz de se inserir no mercado, ou ainda, se “integrar” as empresas capitalistas.

Ao mesmo tempo, em contraposição há uma vertente que demonstra na teoria e na empiria a (Re)Existência do campesinato no Brasil, tais como, Martins (1981, 2004), Oliveira (1987, 1990, 1999), Mendonça (2004), Carvalho (2012), dentre outros autores.

Nesse sentido, considerando que o campesinato se enraíza e pertence à terra, não se pode aceitar o fato de não ter acesso a ela. Sem a terra, o campesinato perde sua identidade. Então, para se ver camponês, a luta pela continuidade na terra ou pelo acesso a ela será

indispensável, pois sua (Re)Existência é garantida na luta pela permanência na terra ou por sua conquista, o que no Brasil, sempre existiu e continua latente.

### 2.3 A Luta Camponesa no Brasil

A estrutura fundiária no Brasil e a atual situação da questão agrária foram determinadas pela formação do latifúndio mas também pela resistência camponesa<sup>10</sup>. O grande número de enfrentamentos acabou gerando mortes, massacres e genocídios. As extensões históricas do latifúndio delimitaram, pela violência, a exclusão dos camponeses da terra de trabalho. A migração foi e ainda é, uma das formas buscadas como sobrevivência e resistência, tentando ganhar distância da *cerca e do cerco do latifúndio*<sup>11</sup>.

A extinção do *cativeiro humano* ocorreu aproximadamente quarenta anos após a instituição do *cativeiro da terra*. Dessa forma, os escravos libertos que haviam deixado as fazendas migravam pelas estradas e encontravam terras cercadas, acampavam nas fazendas e eram expulsos pela polícia, convocada pelos coronéis<sup>12</sup>.

A esperança de chegar, através da migração e da peregrinação, a uma terra onde se possa viver e trabalhar marcou o campesinato brasileiro. Surgiram diversas formas de resistência contra *o cerco da terra e da vida*<sup>13</sup>. A luta contra as cercas representava a luta contra o latifúndio, já que os latifundiários foram senhores absolutos e dominavam a terra e a vida dos camponeses. Na Bahia, entre 1893 e 1897 ocorreu o movimento de Canudos, transformado em guerra.

No Paraná e em Santa Catarina na primeira década do século XX, começou outro movimento de resistência, conhecido como Contestado. No Nordeste, nas primeiras décadas do século XX, surgiu uma forma de banditismo social que ficou conhecida como cangaço, que foi uma forma de organização de camponeses rebeldes que atacavam fazendas e vilas. Esses grupos eram formados, em sua maioria, por camponeses expulsos de suas terras pelos coronéis. Os cangaceiros se vingavam em uma ou mais pessoas da família do fazendeiro. O cangaço desafiou o poder dos coronéis.

Mas a luta pela terra, contra a expropriação, contra a grilagem não teve fim, continua muito forte até os dias atuais e só chegará ao fim quando houver uma profunda transformação social ou, no mínimo, acontecer a Reforma Agrária.

---

<sup>10</sup> - MANÇANO, B.F. **BRASIL: 500 anos de luta pela terra**. Fonte: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/terra/mst3.htm>. Data de acesso: 05/05/2014.

<sup>11</sup> - MARTINS, J. de Sousa. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Hucitec, 2004.

<sup>12</sup> - <https://www.mpabrasiles.wordpress.com>

<sup>13</sup> - Idem 12.

A partir da década de 1970, novos movimentos camponeses surgem, e a luta camponesa continua no Brasil. Assim, ao longo dos anos, vão surgindo diversos movimentos no campo. Aqui, são apresentados o que se julga serem os principais movimentos camponeses no Brasil, não que os demais não sejam importantes, mas, como são muitos, serão apresentados aqueles que possuem “âmbito nacional”<sup>14</sup>, dentre eles o Movimento Camponês Popular – MCP que é o principal Movimento envolvido nesta pesquisa.

Em 1975 nasce a Comissão Pastoral da Terra – CPT, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela XVI Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). O objetivo da CPT seria acompanhar o Norte e o Centro-Oeste, dois focos de tensão no campo naquele momento e defender os posseiros e trabalhadores rurais contra o latifúndio. No entanto, a CPT percebe que os conflitos estavam espalhados em todas as regiões do país. Nas palavras de Martins (1985, p. 94), “um trabalho como o da CPT logo alcançou dimensão nacional [...] de todo lado chegavam notícias”.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST nasce formalmente em 1984 a partir da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 1970, principalmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiram-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984. Foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados<sup>15</sup>. Em fevereiro de 2014 aconteceu o 6º Congresso Nacional do MST em Brasília com 15 mil participantes de 24 dos 27 estados do Brasil e de diversos países. *Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!* Foi o lema do Congresso que também celebrou os 30 anos do Movimento.

Em março de 1991 é realizado o I Congresso dos Atingidos por Barragens, no qual definiu-se que o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB deveria ser um movimento nacional. O dia 14 de março é instituído como o *Dia Nacional de Luta contra as Barragens*. A partir de então, o Movimento abre o debate acerca do modelo energético brasileiro. Está organizado em 16 estados do Brasil e a principal palavra de ordem é “*Água e Energia não são Mercadorias!*”<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> - Movimentos que estão territorializados ou em processo de territorialização em mais de um estado.

<sup>15</sup> - CALDART, R. S. **O MST e a formação dos sem terra**: o movimento social como princípio educativo. (2001). Fonte: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016). Acesso em 05/11/2014.

<sup>16</sup> - <http://www.mabnacional.org.br/>

Em 1996 o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA surge no Rio Grande do Sul, quando famílias camponesas foram atingidas por uma forte seca, que destruiu grande parte de sua produção agrícola. Diante desse fato, muitas famílias passaram a mobilizar-se por melhores condições de vida no campo, tendo em vista que o modelo de produção não priorizava a agricultura camponesa, deixando-a à margem dos investimentos públicos. No mesmo período, famílias camponesas de Rondônia, do Espírito Santo e de Santa Catarina já discutiam uma forma diferente de se organizar, uma vez que as representações sindicais do momento não davam respostas às necessidades do campesinato<sup>17</sup>. O MPA está organizado em 17 estados e em 2010 realizou seu terceiro encontro nacional na Bahia.

Ainda em 2003, a partir de um processo de articulação que se iniciou em 1995 junto a outros movimentos, da Via Campesina Brasil surge o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. Este movimento surge por se entender que “a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta”<sup>18</sup>. O MMC se define como um movimento autônomo, democrático, popular, feminista e de classe e que está organizado em 18 estados do país.

Além desses movimentos, novos movimentos camponeses têm surgido no Brasil com o objetivo de lutar pela construção da autonomia do campesinato, o que será possível, com o acesso do campesinato a mais terra, com a construção de políticas públicas que o afirmem e não aumente mais sua dependência. Como colocado por Vergés (2011), é muito mais fácil compreender como o campesinato reage a esse processo [modernização da agricultura no capitalismo], renovando-se na sua recriação mediada por suas resistências e na subordinação ao capitalismo. Nas palavras de Vergés (2011, p. XV):

Mais fluidez ou fugacidade não significam inconsistência ou falta de raízes. Extremamente diversificados, os camponeses compartilham discretos sinais de identidade: um certo ar familiar que lhes permite o reconhecimento mútuo em festas sociais e a capacidade de conspirar além de oceanos e continentes, superando diferenças abismais de cultura, sociabilidade e tecnologia. Obrigatoriamente inquietos, pois de outra maneira naufragariam em um mundo instável e constantemente fatal, os camponeses permanecem, não tanto por suas supostas invariáveis mas, sobretudo, por seu modo de se transformar, por valores e projetos implícitos em suas múltiplas e complexas estratégias de sobrevivência.

O campesinato está presente neste momento histórico, assim como esteve em outros. Assim, o olhar para o campesinato não é o olhar para o passado, mas é olhar para o presente, para o século XXI. Perceber suas perspectivas, permeada pelo desafio de sua

---

<sup>17</sup> - <https://mpabrasiles.wordpress.com/nossa-historia>

<sup>18</sup> - <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>

(Re)Existência permanente é entender sua resistência enquanto sujeito coletivo organizado que através da luta consegue superar as diferenças e construir uma identidade coletiva.

## 2.4 O Estado de Goiás no Contexto das Lutas Camponesas

Assim, como os demais estados do Brasil, o estado de Goiás também foi palco de diversas lutas camponesas, causadas principalmente pela forma de apropriação do seu território que concentra as terras e exclui os camponeses.

A partir do século XVIII se inicia o processo de ocupação das terras do estado de Goiás, primeiramente pelas atividades extrativistas, com duas frentes colonizadoras, sendo uma com migrantes paulistas no sul do estado e outra com migrantes maranhenses, baianos e paraenses no norte de Goiás<sup>19</sup>. Segundo Coelho e Barreira (2007, p. 2):

A partir daí, com a ideia de riqueza fácil, se iniciou uma corrida migratória, também um processo de povoamento urbano, em volta das minas e de vasculhamento de todo território goiano. No final do século XVIII e início do século XIX, com a decadência da mineração e o fim de um sonho, houve um movimento migratório contrário, com a grande maioria da população deixando o território goiano e muitos núcleos urbanos em ruínas, iniciando a partir daí a ocupação através de grandes apossamentos de áreas para a prática da agropecuária, mesmo que de forma lenta e tímida.

A partir da década de 1930, após a construção das ferrovias e com o programa de interiorização do Brasil, com a construção da capital Goiânia, o estado de Goiás é modernizado. Para Coelho e Barreira (2007, p. 3):

Assim, as terras goianas, que eram o retrato do sertão abandonado, através de incentivos públicos para ser atração para novos investidores se transformando em área de expansão da fronteira agrícola. E, como região de fronteira, local de encontro entre as frentes de expansão e pioneira, no que resultou em conflitos pela posse da terra em diversos lugares no Estado, devido à divergência de interesses. O fator que mais influenciou a intensificação dos conflitos nas terras goianas foi a ação do capital, via valorização das terras, quando da abertura de estradas e expansão agrícola, somada à construção de Goiânia e a promessa de mudança da capital federal para o Estado de Goiás.

Segundo os autores, as primeiras formas de resistência que se têm notícias no estado de Goiás foram as lutas dos indígenas contra os mineradores. Muitas tribos indígenas que viviam no estado de Goiás foram exterminadas nesse período, como por exemplo, os índios Caiapós.

---

<sup>19</sup> - COELHO, J. B. & BARREIRA, C. C.A. M. **Esperança Camponesa no Estado de Goiás: a luta pela terra.** Revista Unievangélica, nº 18/19, 2007.

No século XX, na década de 1920, ocorreu a luta camponesa messiânica liderada por Santa Dica. Considerada como *milagreira*, por receitar remédios caseiros e conseguir curas, um grande número de pessoas lhe atribuiu liderança e obediência e passaram a construir suas casas na fazenda Mozondó de 573 ha (município de Pirenópolis). Aquele lugar tinha suas próprias leis e se esperava construir uma nova forma de sociedade, a partir de preceitos religiosos populares.

Sentindo-se ameaçadas, autoridades públicas e da medicina, além dos fazendeiros da região, passaram a perseguir Santa Dica, no primeiro momento com uma série de processos judiciais, afirmando que ali seria outro “Canudos”. Depois, com a possibilidade de que a Coluna Prestes passasse por aquela região e a ameaça de que saquearia tudo, Santa Dica e seus adeptos são cooptados e prestam serviços à Coluna Caiado, que tinha como objetivo combater a Coluna Prestes. Mas, como a Coluna Prestes não passou por aquela região, muito menos saqueou ninguém, o grupo de Santa Dica sofreu um golpe sendo obrigado a voltar de Goiás Velho para Pirenópolis (168 Km) a pé e sem as armas. Com o enfraquecimento bélico, a polícia, no governo de Ramos Caiado invade a fazenda Mozondó. Vários adeptos de Santa Dica morreram afogados no Rio Vermelho, tentando fugir do ataque. Santa Dica consegue fugir, mas depois se apresenta à polícia e em seguida sai do estado de Goiás. No início da década de 1930, Santa Dica retorna para o então Distrito de Nossa Senhora da Conceição do Rio do Peixe. No entanto, o Distrito passa a sofrer repressão do poder legislativo de Pirenópolis, é extinto e a luta, pouco a pouco, é esfacelada.

A mais significativa e que mais repercutiu em termos de ação camponesa no Estado de Goiás, foi à luta de Trombas e Formoso que, inicialmente, tinha como objetivo buscar a legalidade das posses para que os posseiros não fossem expulsos, como defendia José Porfírio. Posteriormente, uma vez que não houve solução, foi que, sob liderança de um partido político de esquerda, os camponeses se armaram, treinaram guerrilhas e enfrentaram policiais e jagunços. Esse movimento camponês é fruto do processo de ocupação de terras devido a intensa migração ocorrida em Goiás entre as décadas de 1940 e 1960. Os posseiros eram obrigados, a constantemente, se deslocarem porque as terras ocupadas por eles iam sendo griladas por fazendeiros latifundiários, já que estavam se valorizando com a construção das rodovias.

Num primeiro momento, José Porfírio e os camponeses buscaram uma solução pacífica, na justiça e abrindo negociação com os grileiros, mas como nada disso funcionou, pelo contrário, colocaram fogo na casa de Porfírio, deixando-o viúvo com 5 crianças. Então, a luta de Trombas e Formoso toma um novo rumo. No meio do conflito, chegam em 1954, na

região quatro militantes do Partido Comunista Brasileiro - PCB que ajudaram no processo de organização e treinamento militar dos camponeses. A luta dos camponeses foi se fortalecendo cada vez mais, chegando, na região, a mais de 3 mil, os camponeses organizados, divididos nos “Conselhos de Córregos”. Em 1962 José Porfírio foi eleito o primeiro deputado estadual camponês do estado de Goiás. No entanto, com o Golpe Militar, muitos militantes foram presos e torturados. José Porfírio conseguiu fugir para o Maranhão, mas, em seguida, foi descoberto e preso. Em 1973 foi solto em Brasília e foi visto pela última vez embarcando em um ônibus para Goiânia. Assim, mais uma forma de resistência camponesa foi reprimida e *esfacelada*.

Além dessas duas lutas camponesas ocorridas no estado de Goiás, várias outras ocorreram, principalmente após 1947 quando o PCB é colocado na ilegalidade e ocorre o II Congresso Camponês em Goiânia em 1952. Como exemplo, podemos citar as *Lutas do Arrendo*, sendo a mais conhecida delas a ocorrida em Itauçu. Mas ocorreu também no município de Orizona, dentre outros, um grande avanço dos sindicatos dos trabalhadores rurais e a criação de associações como forma de resistência. Preocupados, os latifundiários também começaram a criar seus instrumentos de organização e articulação, como a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA), fundada em maio de 1941, dentre tantas outras.

Já em setembro de 1982 a CPT se reúne em Goiânia com representantes de todo o país. É redigida uma carta aos trabalhadores rurais e camponeses do Brasil que ficou conhecida como a “Carta de Goiânia”. Essa Carta reforçava a necessidade de união dos trabalhadores rurais e camponeses, que tiveram as suas lutas e lideranças enfraquecidas pela ditadura militar para retomarem a luta pelo direito à terra. A partir daí, como já colocado, novos movimentos camponeses surgem no Brasil, dentre eles o Movimento Camponês Popular – MCP, que nasce no estado de Goiás em 2008. O Movimento Camponês Popular – MCP, assim como outros movimentos sociais e camponeses, surgiu devido à exclusão social e histórica do campesinato. A partir da luta e da organização constrói a identidade coletiva do ser camponês, do campesinato em movimento, como uma força política.

O Movimento Camponês Popular – MCP nasceu de uma cisão do MPA<sup>20</sup>. Em setembro de 2009, o MCP realizou, em Goiânia, um encontro para comemorar seu primeiro

---

<sup>20</sup> - Para conhecer melhor o processo de cisão e os motivos que levaram ao surgimento do MCP, verificar: GUIMARÃES, R. R. **As estratégias de Resistência Camponesa: o Movimento Camponês Popular na Comunidade Ribeirão em Catalão**. Dissertação de Mestrado (UFG/CAC), 2010. Disponível em: file:///D:/Users/Sandra/Downloads/DISSERTA%C3%87AO%20-%20ROBERLI%20-%20CD.pdf

ano de existência e contou com a participação de 200 camponeses e camponesas dos estados de Goiás, Rio Grande do Sul e Tocantins.

Após o encontro, o MCP fortaleceu sua organização no estado de Goiás e também os laços com outros estados, no intuito de iniciar a constituição do movimento a nível nacional. No entanto, para agir nacionalmente, o MCP precisaria avançar ainda mais, construir referências, experiências e se fortalecer enquanto movimento camponês.

Foto 01: Encontro “Um Ano do MCP” Goiânia GO – 2009.



Fonte: Arquivo do MCP

Esse processo de constituição da identidade do MCP se completou em seu quinto ano de existência. Em seu encontro “5 Anos de Lutas, Avanços e Conquistas” se lançou enquanto Movimento em processo de construção nacional. As fotos 2 e 3 mostram alguns momentos deste Encontro, realizado em dezembro de 2013 em Goiânia/GO.

Foto 2: Mística no Encontro de 5 Anos do MCP – Goiânia GO – Dezembro de 2013.



Autora: Alves, S. A.

Foto 3: Encontro de 5 anos do MCP – Goiânia GO – Dezembro de 2013.



Autora: Alves, S. A.

O MCP se define como um movimento camponês de caráter popular, autônomo, formado por camponeses e militantes sociais, organizado em grupos de base nas Comunidades Camponesas e sempre respeitando a identidade e a diversidade camponesa. Entre as ações que considera prioritárias para o fortalecimento e a construção da autonomia camponesa estão: o resgate, a produção, a multiplicação e a distribuição de sementes crioulas, a produção de alimentos de forma diversificada e agroecológica; o projeto de Moradia Camponesa e a comercialização direta entre produtor e consumidor; dentre outras.

O trabalho de resgate, produção, multiplicação e distribuição de sementes crioulas do MCP é uma referência para outras organizações e movimentos e têm conseguido fortalecer a resistência camponesa contra as grandes transnacionais “sementeiras”, como a Monsanto e a Syngenta, dentre outras. Da safra de 2008 até a de 2013, já foram produzidas e distribuídas mais de um milhão de toneladas de sementes crioulas em Goiás e em outros estados<sup>21</sup>.

Como resultado do trabalho e forma de diálogo com a sociedade, em 2011, o MCP, o MST e o MAB, juntos, realizaram a “Feira e Festa das Sementes, Mudanças e Raças Crioulas em Defesa da Biodiversidade” e o “Seminário Biodiversidade e Sementes Crioulas” na Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão entre os dias 07 e 10 de julho. A Feira contou com 30 barracas de exposição de artesanato, processados, mais de 2000 mudas, 29 raças crioulas e mais de 300 variedades de sementes crioulas, das quais 25 variedades de milho, 12 de mandioca, 5 de arroz, além de sementes e mudas de frutas e flores.

Foto 4: Seminário de Biodiversidade e Sementes Crioulas – Catalão GO – 2011.



Fonte: Arquivo do MCP

Atualmente o MCP está organizado em 4 estados, sendo eles o estado de Goiás, o Piauí, a Bahia e o Sergipe. O MCP optou por se expandir para os estados do Nordeste, pois nestes estados está concentrada a maioria dos camponeses do Brasil.

---

<sup>21</sup> - Nesse período, alguns importantes pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA têm contribuído com o processo de pesquisa e melhoramento das sementes crioulas.

## 2.5 A Luta Camponesa na Regional Estrada de Ferro

No estado de Goiás, seu berço, o MCP, iniciou ainda em 2008, como estratégia de luta e organização camponesa, seu trabalho de luta pela moradia rural, denominada pelo Movimento de “Moradia Camponesa” e assim definida no caderno pedagógico intitulado “O Movimento Camponês Popular e a Luta por Moradia Camponesa” (2011): “Moradia Camponesa não é só a casa, é o ambiente, embelezado com jardins, mata nativa, pássaros, pomar, hortas, plantas medicinais e o conjunto da infraestrutura necessária para a vida camponesa”.

A partir de então, o MCP vem conseguindo efetuar um importante projeto de habitação rural no estado de Goiás. Até no final do ano de 2014 o MCP havia contratado mais de duas mil e quinhentas moradias em mais de 60 municípios do estado de Goiás, dentre eles, estão os municípios de Orizona, Vianópolis e Silvânia, área de abrangência da pesquisa.

O Movimento Camponês Popular – MCP está organizado em cerca de 80 municípios do estado de Goiás. Em Goiás estrutura-se em regiões de atuação, as regionais, formadas por um grupo de municípios próximos; cada regional possui uma secretaria do MCP, que acompanha a organização do Movimento na região.

Destacam-se abaixo os municípios onde foi ou está sendo implantado o projeto de Moradia Camponesa no estado de Goiás e também as regiões de atuação do Movimento Camponês Popular – MCP:

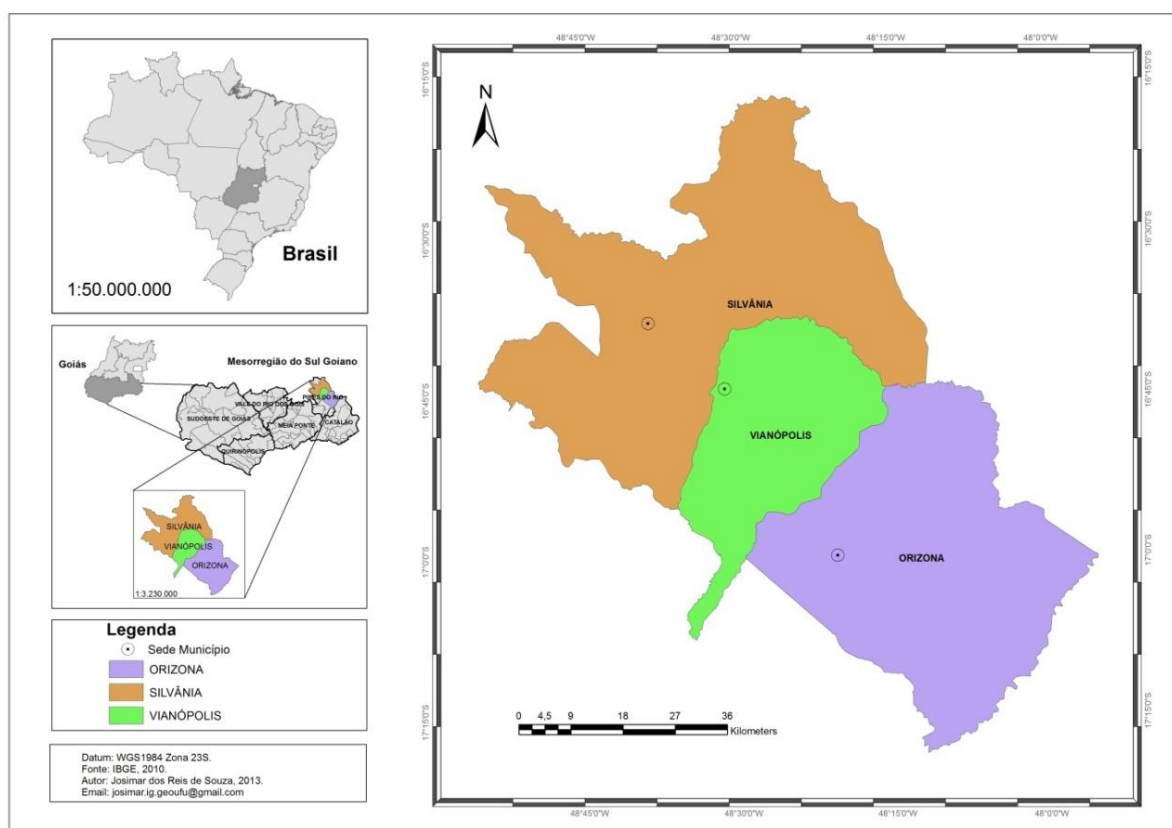
- Regional Sul e Sudeste, composta pelos seguintes municípios: Três Ranchos, Ouidor, Catalão, Davinópolis, Goiandira, Nova Aurora, Ipameri, Urutaí, Água Limpa, Caldas Novas, Rio Quente e Piracanjuba;
- Regional Estrada de Ferro: Silvânia, Vianópolis, Orizona e Pires do Rio;
- Regional Centro e Noroeste: Araguapaz, Faina, Cidade de Goiás, Itapuranga, Pirenópolis, Jaraguá, Heitorai, Itaguari, Itaguaru, Ipiranga de Goiás, Rubiataba, Ceres, Nova Glória e Uruana;
- Regional Norte: Uirapuru, Crixás, Guarinos, Santa Terezinha, Itapaci e Campos Verdes;
- Regional Nordeste: Sítio D’Abadia, Damianópolis, Mambaí, Buritinópolis, Guarani de Goiás e Divinópolis.

Diante de tantas regionais e municípios, foi necessário delimitar a área da pesquisa a uma Regional de atuação do MCP. Para tal definição, considerou-se como critérios de escolha a Regional que possui, segundo os dados do IBGE, a maior concentração

de unidades camponesas (estabelecimentos com menos de 4 módulos fiscais); a participação das mulheres nos processos de mobilização, na direção do Movimento e no envolvimento direto com as moradias camponesas. Assim, optou-se por realizar a pesquisa na Regional Estrada de Ferro.

O mapa 01 apresenta a localização da área de estudo, que são os municípios de Silvânia, Vianópolis e Orizona, na Mesorregião do Sul Goiano.

Mapa 1: Localização da área de abrangência da pesquisa



Fonte: Dados do IBGE (2010) Org. SOUZA J de R (2013)

A Mesorregião do Sul-Goiano, onde estão localizados os municípios de Orizona, Vianópolis e Silvânia, é umas das regiões que fazem parte do chamado Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), desenvolvido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA. O Pronat foi criado em 2004 em 65 territórios em 2006 já abrangia 118 e, atualmente, possui 164 territórios rurais compostos por 2,5 mil municípios<sup>22</sup>. Essa área da pesquisa é conhecido como “Território Estrada de Ferro”, nome que deu origem a Regional de atuação do MCP nos municípios de Orizona, Vianópolis e Silvânia.

<sup>22</sup>- [http://portal.mda.gov.br/portal/sdt/programas/Territorios\\_rurais](http://portal.mda.gov.br/portal/sdt/programas/Territorios_rurais). Acesso em: 17/06/2013

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS do MDA, o Território Estrada de Ferro está localizado na Região Centro-Leste do Estado de Goiás e ocupa uma área de 11.623,7 km<sup>2</sup>, possuindo um total de 14 municípios que fazem parte de duas microrregiões, que são a de Goiânia e a de Pires do Rio. Da Mesorregião de Goiânia fazem parte os municípios de Bonfinópolis, Bela Vista de Goiás, Caldasinha e Leopoldo de Bulhões. Já da Mesorregião de Pires do Rio fazem parte os municípios de Cristianópolis, Gameleira de Goiás, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Urutaí e Vianópolis.

Assim como no restante do país, mesmo que seja a maior quantidade, as unidades camponesas ocupam a menor parte das terras, ou seja, a concentração fundiária também é expressiva, conforme tabela 2:

Tabela 2: Área Ocupada e Divisão dos Estabelecimentos da Região Estrada de Ferro (2006):

	Área (mil ha)	Nº Estabelecimentos	de % da Área Ocupada
<b>Grandes e Médios Proprietários</b>	744,339	2.433	77
<b>Pequenos Proprietários e Possesores</b>	222,336	6.190	23
<b>Total</b>	966,675	8.623	100

Fonte: PTDRS do MDA/IBGE 2006

As unidades camponesas são constituídas de áreas que variam de 20 a 50 hectares, no entanto, há uma quantidade significativa de minifúndios, com famílias que possuem pouco mais de dois hectares. A tabela 3 traz dados da população dos municípios pesquisados.

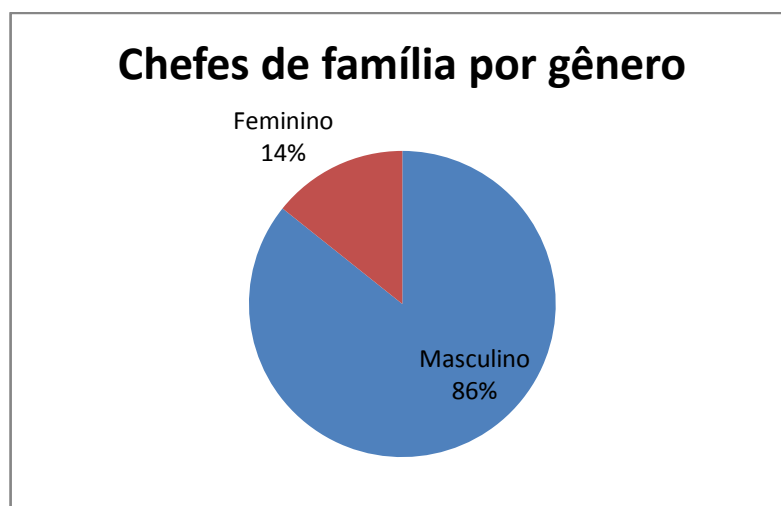
Tabela 3: População dos municípios de abrangência da pesquisa (2010)

Município	População Total	População no Campo	Total de Mulheres no Campo
<b>Silvânia</b>	19.080	6.420	2.834
<b>Vianópolis</b>	12.548	3.378	1.573
<b>Orizona</b>	14.300	6.325	2.876
<b>TOTAL</b>	45.928	16.123	7.283

Fonte: Dados do IBGE (2010)

Dessa população, 323 famílias fazem parte do projeto de Moradia Camponesa do MCP; nessas famílias, 14% das mulheres se declararam chefes de família, conforme gráfico 7.

Gráfico 7 – Beneficiárias e Beneficiários chefes de família, segundo o gênero (Regional Estrada de Ferro GO).



Org.: Boleão, J. & ALVES, S. A. (2014)

Essas mulheres, além de chefes de família, também se organizam no Movimento Camponês e entram em ação para conquistar e construir ou reformar sua moradia camponesa. Na maioria dos casos são elas que participam e coordenam o MCP, além de fazer a luta.

Destaca-se na Regional Estrada de Ferro o fato de mulheres serem maioria na participação dos grupos de base, das coordenações municipais, nas lutas e na coordenação da Regional.

Como os grupos de base do MCP estão organizados de acordo com a formação preexistente das Comunidades Camponesas<sup>23</sup>, realizamos a pesquisa nessas Comunidades onde estão organizados os grupos de base do MCP em cada município.

No município de Silvânia, o MCP está organizado em cinco Comunidades, que são: Água Branca, João de Deus, Rio dos Bois, Piracanjuba e Rio Vermelho.

O município de Vianópolis é o mais expressivo em quantidade de Comunidades e famílias camponesas organizadas no MCP, com um total de dez Comunidades Camponesas: Santa Rita, Caraíba, Santa Bárbara de Baixo, Santa Bárbara de Cima, Santana de Baixo, Santana do Meio, Santana de Cima, Estiva, Calvo, Taquaral de Cima. A secretaria do Movimento se localiza em Vianópolis.

<sup>23</sup> - A comunidade é a materialização concreta da resistência e das lutas desenvolvidas pelos moradores. Ela permanece como prova incontestável de que a racionalidade camponesa não aceita a padronização e/ou a lógica da produção capitalista. (MENDONÇA, 1998, p. 72).

Já o município de Orizona possui sete Comunidades Camponesas envolvidas, que são: Marinheiro, Sussuapara, Taquaral de Baixo, Taquaral de Cima, Alegrete, Firmeza e Posse.

O MCP divide a efetivação do Projeto de Moradia Camponesa por etapas, sendo realizada uma por ano. Já foram realizadas 3 etapas. A Regional Estrada de Ferro fez parte das duas últimas etapas, sendo uma no ano de 2012 e a outra em 2013. Para 2014/2015, será organizada a quarta etapa.

A terceira etapa do projeto de Moradia Camponesa, que está em andamento e será parte desta pesquisa, entre construções e reformas, beneficiou 135 famílias camponesas: 31 no município de Silvânia, 70 no município de Vianópolis e 35 no município de Orizona.

A realização da pesquisa na Regional Estrada de Ferro possibilitou identificar, além da diversidade camponesa, as diferentes facetas assumidas pela luta camponesa. Dentre as diversas pautas de luta do MCP, a luta pela moradia camponesa – e a sua conquista – é a que conta com a maior participação das mulheres e que traz importantes transformações para suas vidas, como sua saída do privado para o público e sua emancipação, a partir de sua organização e luta no Movimento Camponês Popular – MCP.

**Rosângela Aparecida Lopes Machado**, mora na fazenda Santana, município de Orizona. A terra possui 33,88 hectares que pertence à sogra da Rosângela. Mora e trabalha lá desde que se casou com 18 anos. Eles têm dois filhos. A principal fonte de renda é o leite. Produz na terra milho, arroz, feijão, mandioca para o gasto e vende o excedente, principalmente o milho e a mandioca.



*“Quando comecei a participar do Movimento teve momentos muito difíceis, mas teve momento de muita alegria também, a gente conhecê essa semente, plantá ela, parece que pra a saúde da gente é bõ, a gente vê e sabê que ta plantano sem agrotóxico e vê elas crescê sem tanto veneno. Esse ano, graças a Deus, nois não bateu veneno nenhum. Mas, antes de entrar no Movimento, nois usava muito veneno, mas agora conheceno o que é o veneno, a gente tenta não usá e esse ano a gente conseguiu não usá nada. Porque a gente sabe que isso é prejudicial à saúde e à natureza também e esse ano a gente conseguiu superá isso, né. É mais economia e mais saúde, né. Nois não comprô semente, não comprô o veneno e se a gente tivesse comprado ia ser um prejuízo de uns dois mil ou mais, né.”*

(Vianópolis - GO, dezembro de 2014).

### 3 OS MOVIMENTOS CAMPONESES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Não resta dúvida alguma de que os camponeses “lutam contra a corrente” da concepção de mundo hegemônica, esta reforçada pelas políticas públicas que ensaiam ajustar a reprodução social camponesa aos interesses de classe da burguesia agroindustrial, nacional e estrangeira. (CARVALHO, 2013).

Este capítulo tem como objetivo central refletir sobre a relação do campesinato com as políticas públicas existentes para o campo, principalmente sobre o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, destacando a luta do Movimento Camponês Popular – MCP pela Moradia Camponesa e a ação das mulheres.

Há ao menos duas questões relevantes sobre a relação do campesinato com as políticas públicas. A primeira é que as políticas públicas como são praticadas, reforçam a subalternidade do campesinato e funcionam apenas como uma política compensatória, que deixa o campesinato cada vez mais dependente e fragilizado perante o capital. A segunda questão são as políticas públicas como um fator de construção da autonomia relativa do campesinato perante o capital, ou seja, elas são capazes de fortalecer o modo de ser e viver camponês propiciando ao campesinato a possibilidade de não ter que imitar o modo de ser, viver e produzir burguês. (CARVALHO, 2013).

No entanto, construir essas políticas públicas que geram autonomia perante o capital será resultado de muitas lutas seja do campesinato, seja da classe trabalhadora, pois as políticas públicas, em especial as políticas sociais dentro do modo de produção capitalista, “surgem em uma íntima relação com as características históricas de cada realidade social em que emergem<sup>24</sup>” em sua maioria, resultam das lutas sociais. Outra questão é o papel regulador que o Estado possui, intervindo “diretamente nas questões de natureza econômica, política e social da sociedade para manter sua legitimidade” (MACIEL, 2014). Assim, “as políticas sociais foram adotadas nos países capitalistas como parte de uma estratégia de superação das crises cíclicas do capital”. (MACIEL, 2014). Dessa forma, as políticas públicas, principalmente as sociais, se tornam relevantes para o Estado manter as relações de poder e controle que representa. Para Maciel (2014, p. 4):

As políticas sociais nos países de Estado de Bem Estar tem duas funções básicas, uma função econômica já que os recursos gastos nas políticas sociais contribuem para a manutenção das taxas de lucro do capital, e uma função de legitimação, uma vez que mantêm uma imagem de preocupação

---

<sup>24</sup> - MACIEL, C. A. B. **Políticas públicas e controle social: encontros e desencontros da experiência brasileira.** Disponível em: <http://revisor10.com.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/112/1184fb6636800a0a.doc>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

do Estado com os interesses da classe trabalhadora e assim, garantem a conservação do controle social.

A natureza contraditória do Estado fica explícito na formulação e implementação das políticas públicas e sociais, cabendo aos movimentos populares e a sociedade organizada questionar e intervir no processo, para que as políticas sociais não se tornem assistencialistas, deslocando o direito e reforçando o beneficiário, não como um sujeito, mas como um indivíduo que recebe “um favor”, não um direito ou uma política pública.

### **3.1 As Políticas Públicas como Conquista da Luta**

As políticas públicas, em geral e em particular, as públicas destinadas ao campesinato, perpassam pela disputa de paradigmas que “representam interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam por meio [...] delas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais” (Fernandes, 2013, p. 81). As políticas públicas em sua maioria não são criadas para por fim à exclusão social, elas visam, antes, atender a interesses políticos, ideológicos e econômicos hegemônicos.

Compreender as políticas públicas como espaço de disputa de paradigmas é lutar para que sejam construídas políticas que de fato viabilizem a construção da autonomia, ainda que relativa do campesinato perante o capital e para que as políticas públicas não mais reforcem a dependência e a integração do campesinato ao capital, porque isso o fragiliza e o deixa completamente dependente e subordinado.

Nesse sentido, mesmo em número reduzido, algumas políticas públicas, de certa forma, projetam a construção da autonomia relativa do campesinato. Não são políticas criadas espontaneamente pelo Estado, mas, a partir da pressão dos movimentos sociais. Essas políticas públicas que fazem avançar o projeto camponês de construção da autonomia relativa e criam condições para que o campesinato continue no campo e possa produzir, ter renda e qualidade de vida são resultados, sobretudo, dos processos de reivindicação, mobilização, embate, proposição e diálogo implementado pelos movimentos camponeses frente ao governo. (FERNANDES, 2013).

As políticas públicas para o campesinato que avançam além da dimensão produtiva, não se deram apenas por iniciativa do Estado. Com a democratização do país e a nova Constituição Federal de 1988, novos espaços de participação social e política se constituíram. Os movimentos sociais do campo possuem papel relevante na proposição e

conquista de novas políticas voltadas ao campesinato. Nesse sentido, o Estado têm dado respostas a algumas demandas sociais, como, por exemplo, o direito à aposentadoria especial para as camponesas e para os camponeses, o reconhecimento do trabalho da mulher camponesa, bem como outros benefícios, como o salário-maternidade e a aposentadoria por invalidez.

Mas, mesmo que nos últimos anos o Governo Federal tenha ampliado e criado alguns programas de maior relevância voltados para o campesinato, como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que determina que a merenda escolar seja abastecida com produtos da agricultura camponesa, a situação do campesinato, de uma forma geral, não têm mudado muito, pois esses programas servem ao campesinato remediado<sup>25</sup>. Os camponeses mais pobres não conseguem ter acesso aos programas, seja por desconhecimento deles, seja por falta de assistência técnica, ou ainda, por falta de condições de produzir para acessá-los, ou pelo excesso de burocracia, enfim, os motivos são diversos.

Esses programas citados foram criados a partir da pressão dos movimentos sociais do campo e são de extrema importância para o campesinato pois permitem o acesso ao mercado institucional e, conseqüentemente, à geração de renda para a família camponesa. O problema é que esses programas não servem a todas as famílias camponesas. Eles são destinados ao campesinato que já possui certa “estrutura”, já tem condições de produzir, lhe faltando apenas mercado para destinar sua produção. O campesinato empobrecido, que não têm condições de produzir, precisa, antes de acessar um programa de comercialização, de uma política reestruturante, que lhe dê condições de produzir. E o PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) não tem resolvido este problema, mesmo porque os camponeses mais pobres não têm acesso a ele e, quando têm, não conseguem pagar a dívida, por falta de orientações e assistência adequadas.

A esse campesinato “pobre” são destinadas as políticas compensatórias como o programa “Bolsa-Família” que, de fato, contribui para a redução da pobreza e da insegurança alimentar de milhões de pessoas em situação de pobreza, mas que, na verdade, têm um caráter permanente quando devia ser apenas uma ação emergencial de minimização da insegurança alimentar devido à pobreza da população. Políticas compensatórias que acabam se tornando

---

<sup>25</sup> - Se nos prendermos dentro do espaço da diferenciação do campesinato, podemos utilizar diversos termos para classificar as diferentes condições econômicas do campesinato. Desde a clássica: camponês rico, camponês médio e camponês pobre, até a recente classificação: camponês viabilizado, camponês remediado e camponês empobrecido. Nestas, considera-se os excluídos, no caso os sem-terra, indo além do espaço dos incluídos.

solução permanente criam a dependência e não constroem alternativas emancipatórias para o campesinato pobre. (CARVALHO, 2013).

A maioria das famílias camponesas pobres tem nos programas sociais, como o Bolsa-Família, sua única forma de renda mensal. As demais políticas públicas, como o crédito e o acesso à comercialização, que permitem a produção e são fundamentais para que essas famílias tenham renda e continuem no campo, são inacessíveis a esta parte do campesinato.

As mulheres têm um peso importante na economia, sendo que a maioria começa a trabalhar muito cedo (ainda crianças) e muitas abandonam os estudos, ficando, em sua maioria, analfabetas ou semianalfabetas. Como consequência, essas mulheres camponesas continuam invisíveis e sem reconhecimento do seu trabalho.

O grande desafio das políticas públicas é, de fato, construir um novo campo, no qual a vida e as pessoas sejam prioridade, em consequência, a produção interna de alimentos para a população brasileira seja suficiente e saudável. Mas, para tanto, é necessária uma reestruturação fundiária e de renda do campesinato brasileiro.

Assim, os diversos movimentos sociais e organizações camponesas buscam a partir da organização, da mobilização e do protesto, a construção de políticas públicas capazes de garantir a permanência do campesinato no campo com renda e qualidade de vida. Sabendo que as mulheres camponesas possuem um papel fundamental no campo, são necessárias políticas públicas específicas para as mulheres, capazes de lhes proporcionar sua independência econômica, fortalecer sua participação política e combater a violência sofrida por elas.

Nesse sentido, o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR vêm se tornando uma conquista importante, já que garante uma moradia digna para as famílias camponesas que a ele têm tido acesso. No entanto, este ainda é um Programa extremamente burocratizado e que isolado, desconectado das demais necessidades da vida camponesa, não resolve o problema da falta de renda e da qualidade de vida no campo, já que, muitas vezes, a família conquista a moradia, mas falta energia elétrica, água de qualidade para consumir e produzir, estrada, dentre outras infraestruturas importantes para a vida no campo.

As mulheres camponesas têm tido um papel relevante na construção deste Programa. São elas que sentem mais a necessidade de uma casa melhor, pois na cultura patriarcal na qual vivemos a mulher é responsável pelos cuidados com a família, com os filhos e com os idosos. E morar em uma casa digna, com higiene, melhora não só a vida da mulher, mas, de toda a família. Evidentemente não se trata, aqui, de, com isso, estimular a

continuidade da cultura patriarcal, mas, sim da conscientização de que há muitas lutas, dentro e fora da casa, para serem travadas, e preferencialmente vencidas.

### **3.2 A Questão da Habitação no Campo e o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHHR**

No Brasil há falta de moradia, tanto em áreas urbanas como em áreas rurais. Nas Comunidades Camponesas mais distantes dos centros urbanos, em geral, tem havido, ao longo da história, uma menor oferta de serviços e políticas públicas, como habitação, educação, transporte, telefonia etc.

De acordo com estimativa da Fundação João Pinheiro – FJP (2008), o Brasil necessita de 5,6 milhões de habitações, sendo 4,6 milhões nas áreas urbanas e cerca de um milhão nas áreas rurais. Ainda de acordo com a FJP, faltam, no Centro-Oeste, 17,7 mil moradias. Junto a problemas de saúde, educação, crédito e má distribuição de renda, entre outros, a falta de moradias dignas é geradora de exclusão social.

Uma moradia com condições adequadas de saúde, higiene e conforto é um direito humano básico, no campo e na cidade. No campo o acesso à moradia, além de dignidade à vida, confere condições para a permanência dos camponeses na terra, principalmente das mulheres, que dependem da casa para desenvolver muitas de suas atividades cotidianas.

No decorrer das últimas décadas, no campo brasileiro, o agronegócio se impôs, fortalecendo o latifúndio, as empresas transnacionais e intensificando o uso de agrotóxicos e a produção de monoculturas para a exportação, em detrimento da produção de alimentos.

Essa situação tem resultado na saída das jovens e das mulheres do campo, pois, sem condições de investir em maquinários adequados para a melhoria da produção e sem condições de melhorar a qualidade de vida no campo, a jovens e mulheres, sem perspectiva, migram para as periferias das cidades. Um exemplo disso são os dados do IBGE que mostram que no ano 2000 no estado de Goiás as mulheres representavam 50,18% da população, sendo que viviam nas cidades 89,05% e 10,95% no campo; já no ano de 2010 as mulheres representavam 50,34% do total da população do estado, sendo que 91,21% viviam nas cidades e 8,79% no campo. Ou seja, num período de 10 anos, mais de dois por cento das mulheres que viviam no campo foram para a cidade.

A urbanização ocorrida no país na segunda metade do século XX de forma intensa e rápida causou um abandono maior pelo Estado da parcela do campesinato que permaneceu na terra. Como no Brasil, a partir do ano 1966, os recursos para financiamento de habitação

provinham das cadernetas de poupanças, do SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mesmo sendo estes recursos, principalmente os do FGTS, destinados à população de baixa renda, os camponeses e as camponesas não conseguiam ter acesso a eles, muitas vezes sob a alegação de que não eram contribuintes do FGTS, já que não tinham carteira de trabalho – CTPS assinada.

Apesar da moradia no campo ser prioridade na Lei nº. 4.320 de 21 de agosto de 1964, conforme especificado abaixo, somente a partir de 2009, de fato, se iniciou um programa com o objetivo de diminuir o déficit habitacional no campo.

Lei 4.320 de 21 de agosto de 1964:

Art. 4º Terão prioridade na aplicação dos recursos:

I - a construção de conjuntos habitacionais destinados à eliminação de favelas, mocambos e outras aglomerações em condições sub-humanas de habitação;

II - os projetos municipais ou estaduais que com as ofertas de terrenos já urbanizados e dotados dos necessários melhoramentos, permitirem o início imediato da construção de habitações;

III - os projetos de cooperativas e outras formas associativas de construção de casa própria;

IV - os projetos da iniciativa privada que contribuam para a solução de problemas habitacionais...(Vetado);

V - a construção de moradia para a população rural.

No final da década de 1990 os movimentos sociais rurais iniciaram o questionamento da ausência de políticas públicas para moradia no campo brasileiro. Após longa luta o governo federal começou o debate sobre a necessidade de uma política habitacional para os camponeses. Porém permanecia a alegação de que os camponeses não contribuam com o FGTS e, por esse motivo, não poderiam ser beneficiados, assim, como as empregadas domésticas que não tinham acesso ao FGTS até o ano de 2015.

Antes que o governo federal encerrasse a discussão, os camponeses se mobilizaram em 1995, no Rio Grande do Sul, e conseguiram provar que contribuam, sim, para o FGTS, apesar de não estarem diretamente vinculados a ele, uma vez que, sem a produção dos camponeses, não haveria as indústrias, como as de alimentos, entre outras. A construção das primeiras casas para famílias camponesas por um Programa do governo federal ocorreu no ano 2000 no estado do Rio Grande do Sul. A partir daí, diversas

organizações e movimentos sociais do campo intensificaram a luta pela moradia rural que, além de ser um direito, favorece a permanência camponesa na terra.

Em 2003 foi criado o Ministério das Cidades, após vários órgãos terem se sucedido como gestores da política habitacional do governo federal, pois, a partir da extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), vários ministérios e secretarias assumiram a política habitacional, o que evidencia sua instabilidade política e institucional<sup>26</sup>.

Ainda em 2003 o Ministério das Cidades convoca a primeira Conferência Nacional das Cidades. Essa Conferência aprovou os princípios gerais da política urbana do governo e também criou o Conselho Nacional das Cidades, voltado para o debate e a criação da política urbana de habitação. O campo ficou separado e tendo, como espaço de debate, o Grupo de Trabalho do Campo (GT do Campo), que, diferentemente do Conselho, não possui institucionalidade ou poder de decisão sobre os Programas Habitacionais ou ao menos sobre o próprio Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, criado em 2009 sob pressão dos movimentos sociais do campo. Está previsto para este ano de 2015 a institucionalização do GT do Campo no Ministério das Cidades, o que permitirá às organizações dele participantes avaliar e, de forma conjunta com o Governo, definir algumas regras do Programa.

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) foi criado com o objetivo de reduzir o déficit habitacional rural no Brasil. Este Programa é dividido em três grupos (G1, G2 e G3). O PNHR é operacionalizado por agentes financeiros. Entre 2009 e 2012, apenas a Caixa Econômica Federal operou o Programa, mas, a partir de 2012, o Banco do Brasil também se tornou seu operador.

O Programa Nacional de Habitação Rural integra o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e tem como finalidade a concessão de subsídios aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, organizados sob forma coletiva, por meio de uma entidade organizadora, para construção ou reforma da casa de moradia em área rural. O Programa concede subsídio, com recursos do Orçamento Geral da União – OGU, aos beneficiários enquadrados no Grupo I (GI), quais sejam: aqueles com renda familiar bruta anual máxima de R\$15.000,00. Os beneficiários são organizados de forma coletiva por uma entidade organizadora (cooperativas, associações, sindicatos ou o Poder Público).

---

<sup>26</sup> - CARDOSO, A. L. & ARAGÃO, T. A. **Do Fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil.** In O Programa Minha Casa, Minha Vida e seus efeitos territoriais. CARDOSO A. L. (Org.). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

Tabela 4: Valores do PNHR no GI no Programa Minha Casa Minha Vida 2:

Regiões Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul (R\$)	
Construção	R\$ 28.500,00
Conclusão/reforma/ampliação	R\$ 17.200
Região Norte (R\$)	
Construção	R\$ 30.500,00
Conclusão/reforma/ampliação	R\$ 18.400,00

Fonte: (Ministério das Cidades – MCMV 2)

As famílias que fazem parte do GI e acessam os valores citados na tabela, de acordo com a modalidade, devem devolver quatro por cento (4%) do subsídio da edificação ao OGU a título de contrapartida do beneficiário. A devolução é realizada em quatro parcelas anuais sem juros e sem atualização monetária, sendo que a primeira parcela vence um ano depois da assinatura do contrato pela família.

Os Grupos II e III são destinados às famílias mais estruturadas economicamente:

Grupo II (GII): famílias que possuem renda anual de R\$ 15.000,01 até R\$ 30.000,00 – Subsídio parcial FGTS e OGU e financiamento imobiliário;

Grupo III (GIII): famílias que possuem renda anual de R\$ 30.000,01 até R\$ 60.000,00 – Financiamento imobiliário sem subsídio.

O PNHR, segundo as definições do governo federal, é destinado aos agricultores familiares tradicionais, e aos povos das florestas e das águas, conforme quadro 1:

Quadro 1: Populações beneficiárias do PNHR

Pescadores artesanais	Ribeirinhos
Extrativistas	Assentados da Reforma Agrária
Aquicultores	Comunidades Quilombolas
Maricultores	Povos indígenas
Piscicultores	Demais comunidades tradicionais

Fonte: (Ministério das Cidades – MCMV 2)

O PNHR, criado em 2009, precisou de três anos para, de fato, se estabelecer, ser conhecido, ser melhorado e superar algumas burocracias que deixavam a maioria das famílias

camponesas sem condições de acessá-lo, como, por exemplo, a questão fundiária<sup>27</sup> e o excesso de documentação exigida. Ao longo dos três anos, as dificuldades de acesso ao PNHR foram sendo minimizadas e, a cada ano, mais entidades e organizações passavam a organizar famílias para acessar o Programa. A demanda foi aumentando, já que, à medida que o programa foi sendo conhecido e também pelo fato da maioria das famílias camponesas no Brasil viverem com menos de meio salário mínimo bruto ao mês, o que as impossibilita de investir na melhoria de suas moradias.

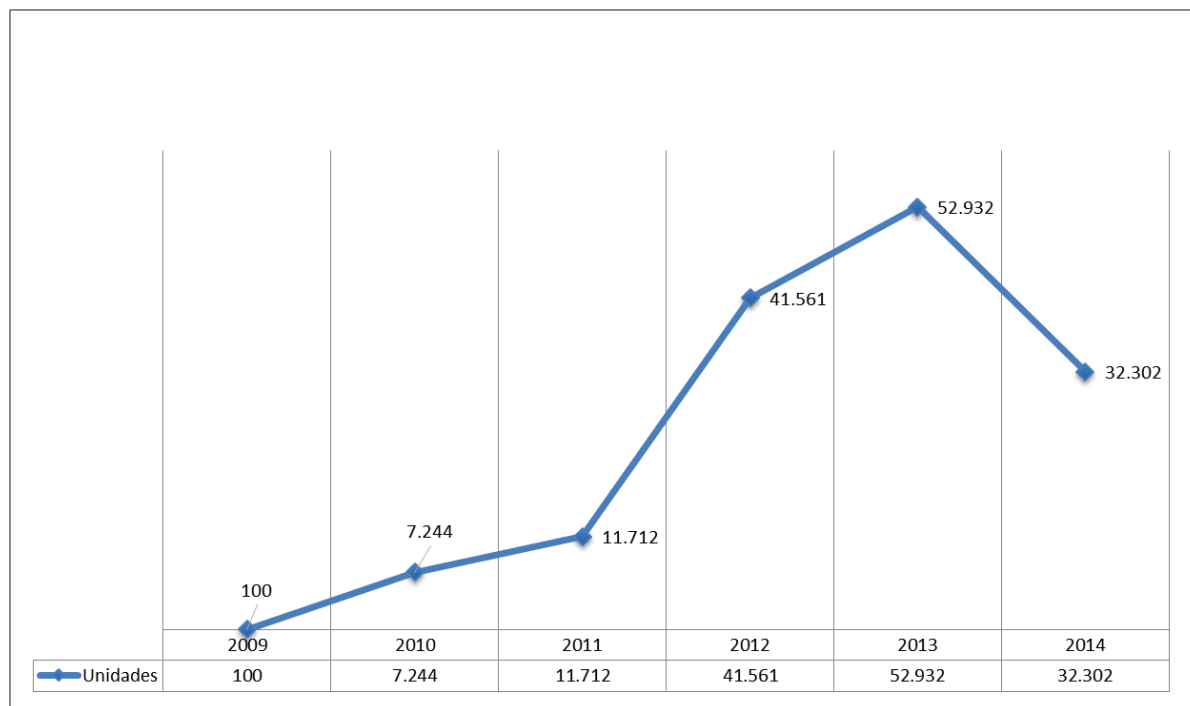
No final de 2013, segundo os dados da Caixa Econômica Federal - CEF, o principal agente financeiro operador do programa, já havia mais de 44 mil propostas analisadas e aptas a serem contratadas e mais 120 mil propostas em análise. A partir desses dados, é possível perceber o quanto a demanda pela moradia no campo no Brasil é grande e principalmente, o quanto é grande o sonho das famílias camponesas em poder, pela primeira vez, na vida habitar em uma moradia digna.

Apesar da grande demanda, foram contratadas pouco mais de 32 mil unidades no ano de 2014, cerca de 20 mil unidades a menos que no ano de 2013. O principal problema para a diminuição das contratações foi a falta de recursos destinados ao programa no ano de 2014. Inclusive, destaca-se que em 2014 faltaram recursos para as obras em andamento, o que causou atrasos e grandes prejuízos, políticos, sociais e econômicos, tanto para as famílias beneficiárias quanto para as entidades organizadoras. O Gráfico 8, mostra o crescimento do PNHR de 2009 a 2013 e ao, contrário do aumento da demanda, a diminuição das contratações no ano de 2014.

---

<sup>27</sup>- Como milhares de camponesas no Brasil são posseiros e sem a apresentação da documentação de posse da terra não era possível acessar o programa, as famílias que mais precisavam ficavam sem obter recursos. Com a pressão dos movimentos sociais do campo, foram criadas novas alternativas e uma boa parte dos posseiros foram incluídos no programa.

Gráfico 8: Contratações do PNHR (MCMV) de 2009 a 2014:



Fonte: CEF (2014).

Esse crescimento do Programa resultou, principalmente, do fato de que as famílias camponesas, pela primeira vez, têm a perspectiva real de acessarem recursos para construir e reformarem suas moradias que, no campo, principalmente para essas famílias que vivem com menos de meio salário mínimo bruto mensal, ainda são muito precárias. No entanto, apesar do Programa ter alcançado, em número de propostas, milhares de famílias, na prática, a demanda se tornou bem maior que o número de moradias a serem de fato contratadas, já que os recursos destinados ao PNHR são insuficientes para contratar toda a demanda represada. Dessa forma, durante o ano de 2014, as contratações foram irrisórias, perante a demanda represada, o que gerou diversos problemas, tais como: atraso de obras por falta de repasse de recursos por parte do Governo Federal, contratações, mas sem recursos para iniciar as construções e reformas e uma grande demanda represada nos agentes financeiros.

O Programa, que foi um grande avanço para as populações do campo, a cada ano que passa, tem se tornado mais difícil de ser acessado e mais restrito, o que demonstra, mais uma vez, a falta de prioridade do Governo para com as populações empobrecidas do campo.

Mesmo assim, é importante ressaltar a importância do PNHR, pois as melhorias da qualidade de vida das famílias camponesas que tiveram acesso ao programa foram muito relevantes. As mulheres e os jovens deixaram de se envergonhar da casa em que viviam,

passaram a poder receber parentes e amigos e viver no campo com dignidade, sem ter que procurar melhores condições na cidade.

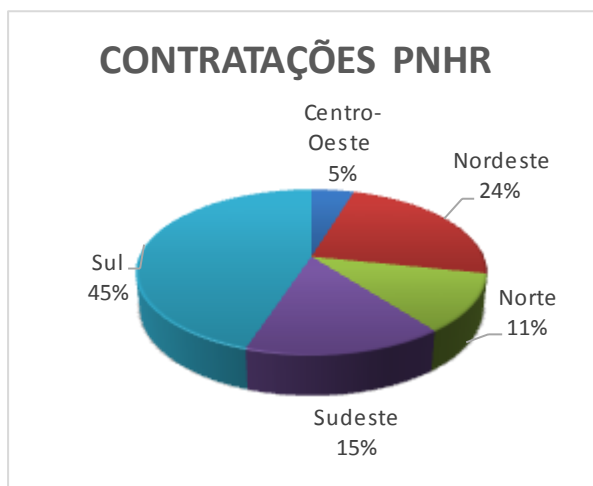
É por esses e outros motivos que tanto o MCP como os demais movimentos do campo, defendem e vão continuar defendendo a continuidade do Programa e buscando formas de fazer com que ele chegue a todas as famílias camponesas desse país. O melhor é que cada família camponesa tivesse renda o suficiente para construir, reformar ou ampliar sua moradia, mas, como para isso é necessário uma reestruturação do campo brasileiro, o que dependerá do fortalecimento, organização e luta dos movimentos camponeses no Brasil, então, a moradia camponesa se torna uma tática importante para permanecer no campo e assim, acumular para a construção de um novo projeto para o campo brasileiro.

Nesse sentido, algumas políticas públicas são, de fato, conquistas da luta, da organização e da mobilização, do campesinato, e dos trabalhadores e trabalhadoras urbanos. Para que elas sejam criadas e continuem a existir é necessária a luta contínua. O PNHR e outros programas são resultado dessa mobilização permanente e da luta do campesinato e dos trabalhadores e trabalhadoras urbanos contra a exclusão social.

No entanto, alguns fatores continuam dificultando o acesso dos camponeses ao Programa, como, por exemplo, a enorme burocracia em relação aos documentos exigidos e a desconsideração do problema fundiário brasileiro, já que grande parte dos camponeses não possui documentos de propriedade/posse da terra. Até o ano de 2013 o PNHR estava fortemente concentrado em algumas regiões do país, como a Região Sul que, por já ter experiência e organização e satisfazer melhor e mais rapidamente as exigências, inclusive porque historicamente a existência lá de pequenas propriedades foi estimulada desde o Brasil Império, realizou a maior parte das contratações desde a criação do Programa.

Ao contrário, da região Sul, o Centro-Oeste foi à região que menos contratou, conforme mostra o gráfico 9. Uma das questões, até (2012) era a falta de entidades organizadoras, outra era a experiência das entidades nos demais estados e a prioridade do governo para a região nordeste.

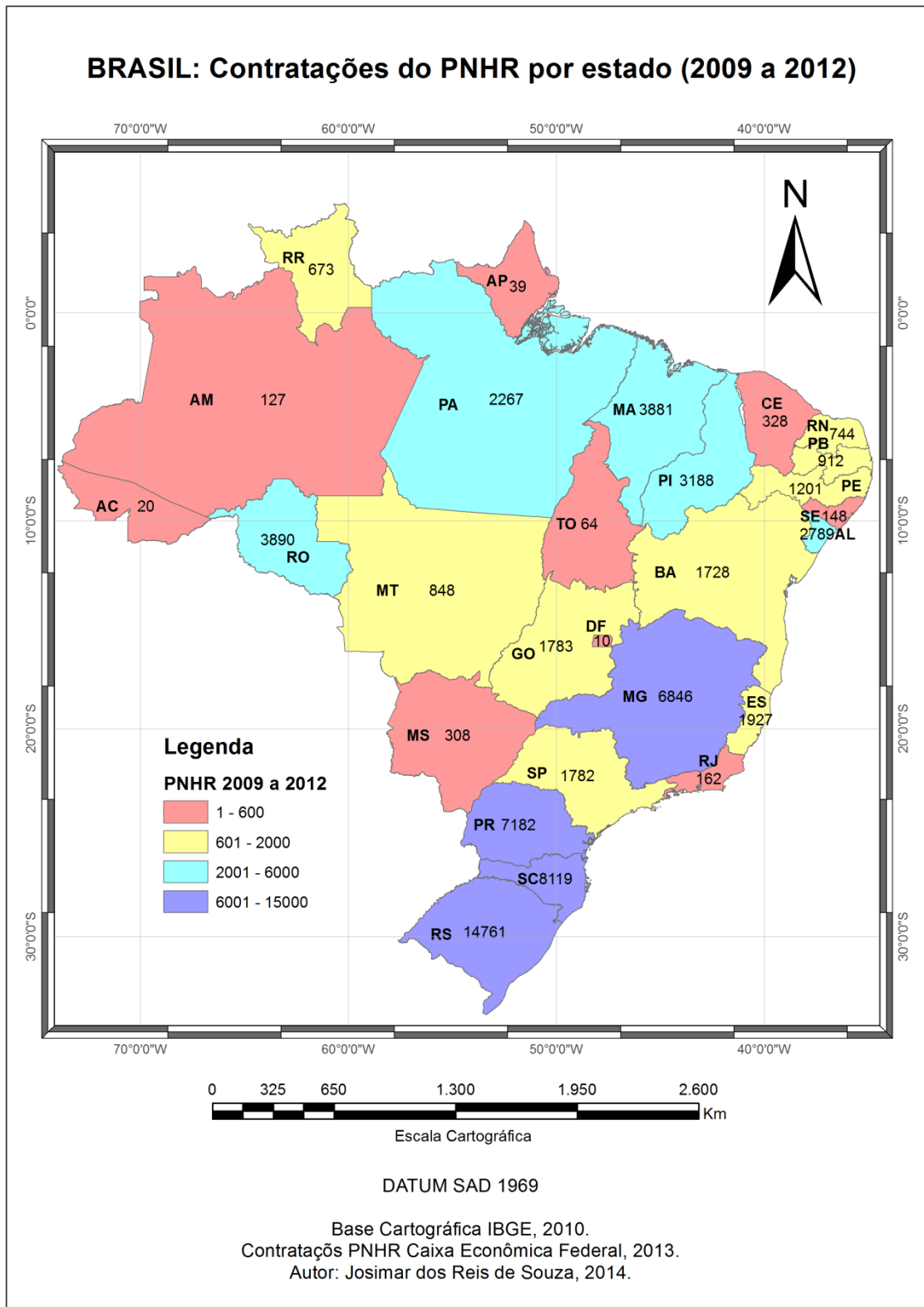
Gráfico 9: Contratações do PNHR por Macroregiões (2009-2012).



Fonte: Caixa Econômica Federal (2013)

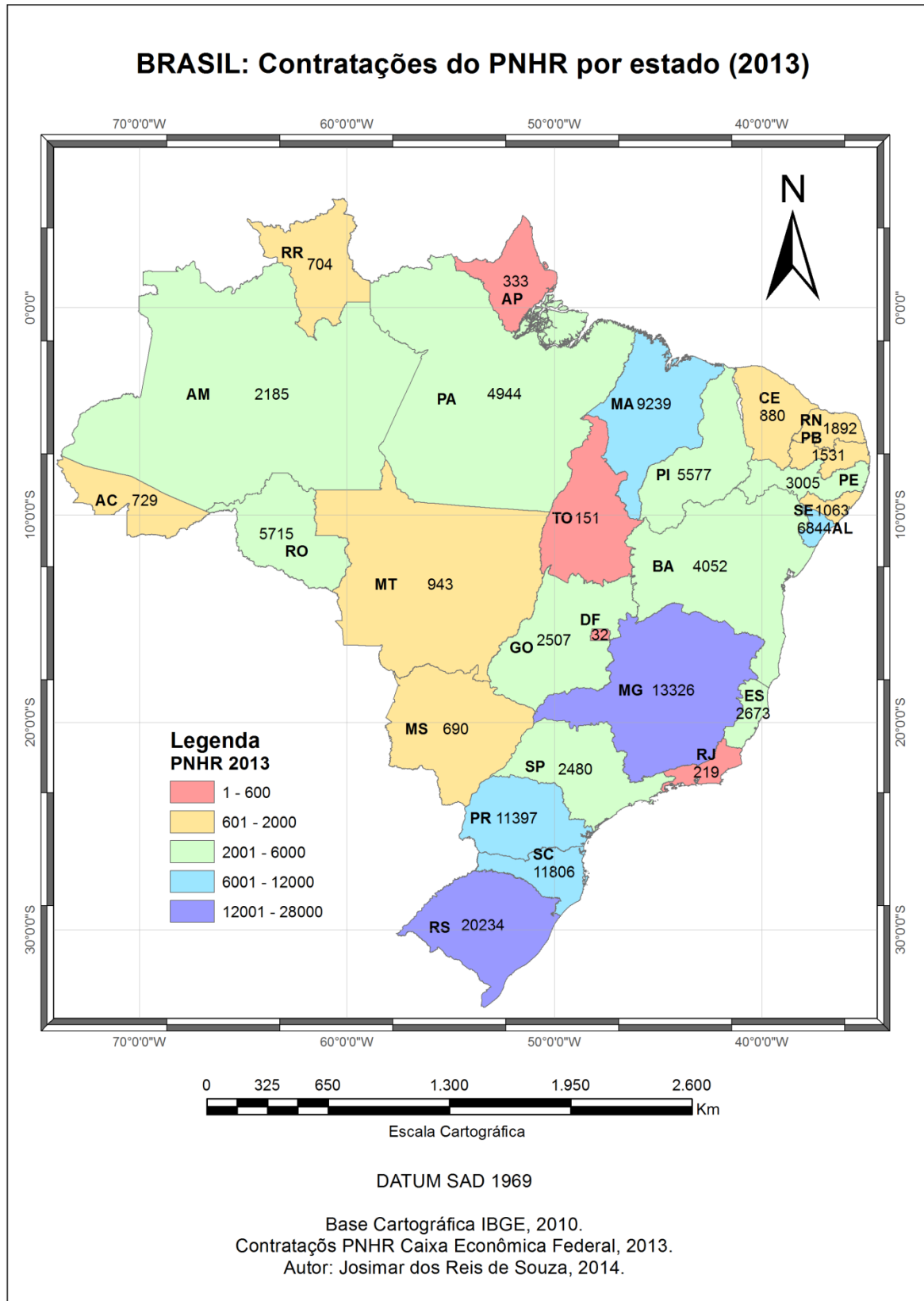
De 2009, ano que o PNHR foi criado, até dezembro de 2012, em todo o Brasil foram contratadas 64 mil unidades entre construções e reformas/ampliações pela CEF. Esses primeiros quatro anos foram, de fato, o tempo que o Programa precisou para se estruturar e se adaptar à realidade das famílias camponesas. Já no ano de 2013, a partir da experiência de execução adquirida por movimentos sociais, entidades e também pelos próprios agentes financeiros, destacando-se principalmente a Caixa Econômica Federal, que foi o primeiro agente executor do programa, e pelo governo, de maneira geral, as contratações chegaram a 52.932 unidades. Os mapas 2 e 3, mostram as contratações do PNHR por estado nos anos de 2009 a 2012 e em 2013. Os dados de contratação por estado, não foram disponibilizados pelo agente financeiro (CEF).

Mapa 2: Contratações do PNHR por estado (2009-2012).



Fonte: Caixa Econômica Federal (2013)

Mapa 3: Contratações do PNHR por estado (2013).



Fonte: Caixa Econômica Federal (2013)

Esses dados permitem perceber que as contratações ainda são realizadas de forma desigual pelo país, pois é a Região Nordeste que possui o maior déficit, mas é a região Sul do país que possui a maior parte das contratações. No quadro 2, seguem os dados do déficit habitacional no Brasil por grandes regiões e no quadro 3, os dados do déficit habitacional dos estados da Região Centro-Oeste, que possui o menor déficit, mas que também possui o menor número de população no campo. O estado de Goiás, depois do Distrito Federal, possui o menor déficit habitacional, se comparado aos demais estados da Região Centro-Oeste.

Quadro 2: Déficit habitacional rural por macrorregiões.

<b>Região</b>	<b>Déficit Habitacional Rural (UH)</b>
Nordeste	641.107
Norte	107.058
Sudeste	76.888
Sul	61.813
Centro-Oeste	29.612
<b>Brasil</b>	<b>916.478</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal (Dados do PNAD 2008)

Quadro 3: Déficit habitacional da Região Centro-Oeste.

<b>UF</b>	<b>Déficit Habitacional</b>
Mato Grosso do Sul	10.897
Mato Grosso	13.131
Goiás	4.236
Distrito Federal	1.348
<b>TOTAL</b>	<b>29.612</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal (Dados do PNAD 2008)

Dessa forma, o Movimento Camponês Popular – MCP e outros movimentos sociais do campo continuam se organizando e lutando para melhorar a renda e a qualidade de vida do campesinato. Sem organização e sem condições de permanecer no campo e produzir, milhares de famílias camponesas acabam abandonando-o, pois viver lá, sem renda e sem qualidade de vida, no completo abandono, torna-se quase impossível.

### **3.3 O Movimento Camponês Popular – MCP e a Luta pela Moradia Camponesa**

A moradia é uma conquista importante para as famílias camponesas, já que é a referência tanto da vivência da família como da produção camponesa. Com a melhoria da casa, a família melhora sua qualidade de vida, sua autoestima e sua vontade de continuar vivendo no campo.

O projeto de Moradia Camponesa tem conseguido abarcar a totalidade da vida camponesa, pois, além da casa, o projeto propõe a melhoria da renda da família, com a produção de alimentos para a família e para a comercialização através da implantação ou melhoramento de pomar, horta e lavouras de sementes crioulas.

As moradias camponesas conquistadas por meio do Movimento Camponês Popular - MCP são executadas através do PNHR e da parceria com o governo do estado de Goiás, através da Agência Goiana de Habitação (AGEHAB). O MCP buscou parceria com o governo do estado de Goiás, pois os recursos disponibilizados pelo governo federal para o PNHR são insuficientes para construir uma moradia de boa qualidade e com tamanho suficiente para abrigar toda a família com o mínimo de conforto. Mas, é importante destacar que essa contrapartida é resultado de muitas mobilizações realizadas pelo Movimento. É necessário realizar lutas para se conquistar a contrapartida e depois para que o repasse da mesma seja efetivada. Nas fotos 5 e 6 a ocupação da Secretaria da Fazenda do estado de Goiás e uma audiência com a Agência Goiana de Habitação – AGEHAB, realizadas em março deste ano, para que o governo do estado faça o repasse da contrapartida as famílias camponesas organizadas no MCP para poderem finalizar suas moradias camponesas que foram iniciadas ainda em 2013.

A grande demora na efetivação dos repasses da contrapartida do governo do estado de Goiás (entrega dos cheques moradias) é uma das principais questões que tem causado atraso na evolução das obras. As Moradias que foram contratadas no final de 2012, e iniciaram suas obras em 2013 até o momento não foram finalizadas. Há um grande esforço

empreendido no Movimento em conjunto com as famílias camponesas para a conclusão das obras até o final de 2015. A maioria dos empreendimentos estão em processo de finalização.

As fotos 5 e 6 mostram a luta das famílias camponesas para o repasse da contrapartida. O governo do estado prometeu fazer o repasse para finalização de todas as obras até agosto de 2015.

Foto 5: Ocupação do MCP e outros Movimentos do Campo na SEFAZ (Goiânia – Março de 2015).



Fonte: arquivo MCP

Foto 6: Audiência com o Presidente da AGEHAB para repasse dos Cheques Moradias (Goiânia – Março de 2015).



Fonte: arquivo MCP

A moradia construída pelo MCP é uma das maiores do país, seja comparada às demais construídas no campo, seja às construídas na zona urbana. Possui 80,57 m<sup>2</sup>, contando com 3 quartos, 1 sala, 1 cozinha, 1 banheiro e 1 área de serviço. É toda em cerâmica e forrada com PVC, além de ser adaptável, caso a família possua algum membro com alguma necessidade especial ou pessoa idosa.<sup>28</sup>

As famílias camponesas membros do MCP participam de cursos e encontros de formação de caráter técnico e político, nos quais recebem instruções para construir sua moradia e melhorar sua renda e qualidade de vida. Nas fotos 7 e 8 encontros realizados, tanto com todas as famílias camponesas, como encontro específico de mulheres.

Foto 7: Encontro com as famílias que fazem parte do Moradia Camponesa – Silvânia (GO).



Autora: Alves, S. A. (2014)

---

<sup>28</sup> Para construir essas moradias, que foram contratadas em dezembro de 2012, será necessário o valor de 35 mil reais para a compra dos materiais. Desse total, o governo federal, através da Caixa Econômica Federal – CEF entra com o valor de R\$ 25 mil reais e o governo do estado, através da AGEHAB com o valor de R\$ 10 mil reais. As famílias camponesas são responsáveis pela mão de obra. Já no caso da reforma e/ou ampliação o governo federal entra com o valor de R\$ 17.200 reais e o governo do estado com o valor de R\$ 1.400,00 reais. E, da mesma forma, as famílias entram com a mão-de-obra como contrapartida.

As Moradias Camponesas a serem contratadas em 2014 já serão construídas com 87 m<sup>2</sup>, já que a partir da luta, do MCP, o governo do estado de Goiás, através da AGEHAB, aumentou a contrapartida para as construções de R\$ 10 mil reais para R\$ 20 mil reais. Assim, será possível não apenas ampliar o tamanho da Moradia, mas também destinar recursos para a mão-de-obra, já que muitas famílias camponesas deixam de participar do projeto por não terem condições de arcar com o seu custo.

Foto 8: Encontro de Mulheres – Vianópolis (GO).



Arquivo MCP – 2014

Percebe-se que, com a construção da Moradia Camponesa, as famílias melhoram não apenas a casa, mas seu entorno e a produção de alimentos, além da autoestima.

Foto 9: Moradia Camponesa em Vianópolis/GO (2012).

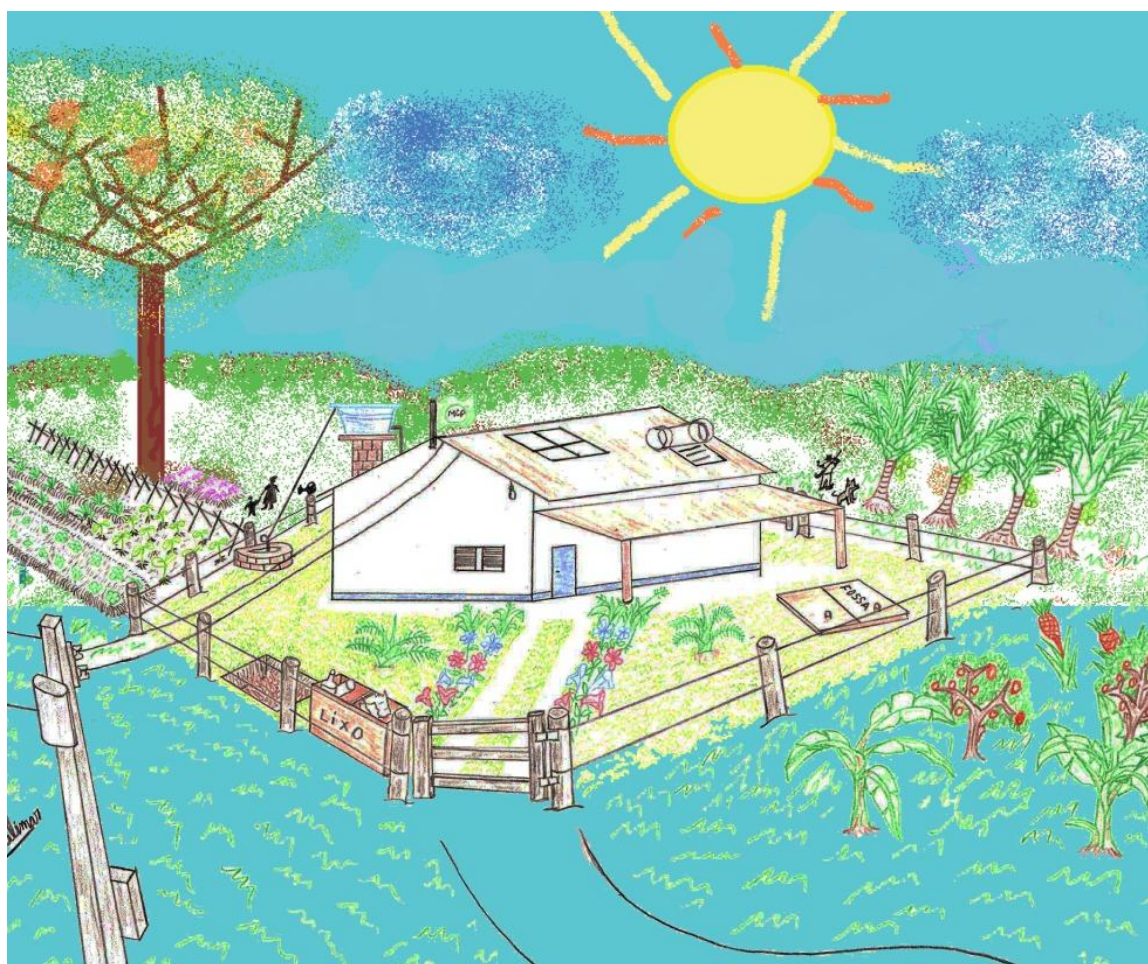


Fonte: Arquivo do MCP

O sonho de uma nova moradia tem levado muitas famílias camponesas a fazerem parte do MCP, a saírem de suas propriedades e irem para as ruas. Essas pessoas sabem que nada lhes é de graça, nada vêm sem esforço, mesmo que o que elas buscam na rua, através da luta, seja um direito do ser humano, que é o direito de uma moradia com condições de viver e trabalhar com dignidade, higiene e um certo conforto.

A conquista de uma casa com qualidade, conforto, com espaço suficiente para toda a família e que dá prazer em receber amigos e parentes, acaba sendo uma conquista que muda a vida das pessoas no campo, a moradia é sinônimo de autoestima e melhoria da qualidade de vida. A desenho 1 representa o que o MCP denomina de Moradia Camponesa.

Desenho 1: Croqui da Moradia Camponesa do MCP



Fonte: Arquivo do MCP

O croqui mostra a casa, seu entorno, o conjunto da infraestrutura básica para a vida camponesa, como água, energia elétrica, etc.. Mas, mostra também que o campo precisa ser um lugar bom pra se viver, que viver no campo não é sinônimo de atraso, de pobreza, pelo

contrário, viver no campo é estabelecer contato com a natureza e respeitar a biodiversidade, produzir alimentos e viver com dignidade, renda e qualidade de vida.

A moradia camponesa é entendida como parte da vida camponesa. Não é a casa por si só, mas é também o quintal, a horta, o jardim, os animais de pequeno porte. A moradia é a habitação, o lugar de preparo dos alimentos e do cuidado com a família, mas também é o lugar de trabalho, principalmente da mulher, já que ela, na divisão sexual do trabalho, é responsável pela casa e seu entorno. E esse conjunto é o que o MCP denomina Moradia Camponesa, o lugar da vida, do cotidiano, da família, do trabalho e também, um despertar da luta e da consciência política.

**Albina dos Santos Neves**, viúva, têm 7 filhos. Estudou até a primeira série. Possui 8 alqueires e meio. O filho adotivo lhe deu 6 alqueires de terra e dois alqueires e meio, ela comprou depois que ficou viúva, totalizando 42 hectares. Toca a propriedade junto com o filho e toma as decisões. Mora na Fazenda Piracanjuba no município de Silvânia (GO).

(Antes)



(Depois)



*“Eu participei das lutas. Eu achei bão, é bão até pra gente diverti. Vira aquela “bagunça”. Foi difícil, porque a gente fica em barraca, mas foi bão porque saiu a casa, né. Foi bão porque a gente conheceu mais gente, né. Eu, por exemplo, nunca tinha ido em Brasília, fui. Pra gente mudou porque a gente conheceu mais coisa”.*

(Silvânia – GO, dezembro de 2014).

#### 4 AS CAMPONESAS EM MOVIMENTO E A LUTA PELO ESPAÇO DA VIDA

“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher”.

*Cora Coralina*

A falta de uma moradia com as mínimas condições para viver traz como consequência à falta de convivência e de relações sociais, pois a família, na casa em que vive, não pode receber outras pessoas, sejam familiares, sejam amigos, e diminui a permanência dos jovens no campo.

Assim, são as mulheres camponesas quem veem mais de perto a necessidade de uma casa com as mínimas condições para uma vida com dignidade, o que significa uma casa que realmente proteja as pessoas que nela habitam e que ofereça meios para a manutenção da saúde, como higiene, condições para preparar os alimentos e conforto.

O engajamento das mulheres no MCP traz, além da conquista da Moradia Camponesa, uma mudança necessária no comportamento social delas, a quem, historicamente, foi negado papel ativo nas transformações, relegando as à invisibilidade.

A luta e a conquista de um direito capacita as pessoas para outras lutas e os benefícios da melhoria das condições de vida vão se estendendo a outros grupos e lugares. Mas nenhuma luta se luta só. Um pouco desta importância da moradia camponesa pode ser percebida no depoimento da camponesa Maria Alexandrina, transcrito a seguir<sup>29</sup>:

Eu, toda a minha vida, morei em fazenda dos outros. E o meu sonho sempre foi o de construí uma casa minha. Eu morava em uma casa de adobe, começava a chovê e a casa derretia. A gente varria e logo tava sujo, porque a casa era de chão batido. Minha casa fica em um lugá bonito, em frente a uma mata. Eu agradeço a Deus e a todos que me ajudaram. Eu não tinha dinheiro para fazer o pagamento na Caixa e toda a comunidade me ajudou com o dinheiro. Eles são todos irmãos de comunidade e irmãos camponeses. Amigo é pra essas hora. Todos chega na minha casa e diz que o lugá é muito bonito, que a vista é muito bonita. Agora tô construindo minha casa que também é bonita. Eu tinha medo de chuva, porque eu pensava que a casa não ia aguentá. Eu chorava e passava muito apuro. Mas agora tô feliz. Nois morava em um rancho onde chovia à noite e tirava o telhado. Eu tinha seis filho dentro de casa. De noite, ao ver aquilo, me dava pavor de chuva. As parede da casa ia caino, porque era mal feita e as telha veia dava muita goteira. Eu passava medo demais. Eu rezava todos os dia, pedino a Deus pra que me desse uma casa. Deus me deu uma casa devagarinho, comigo lutano. Pra mim não existe casa melhor que a que eu tenho hoje. Eu fico feliz demais. Meu esposo, meus filhos, até meu netinho que mora comigo, tão satisfeito

<sup>29</sup> Os depoimentos citados são resultados de entrevistas realizadas por Marina Muniz, jornalista do MCP, em maio de 2012, e também de entrevistas realizadas pela autora da pesquisa, em dezembro de 2014. Todas as famílias autorizaram sua gravação e divulgação.

demais. Sinto muita emoção em sabê que a casa chegô pra mim. Eu peço a Deus pra que os outros tamém consiga uma casa, assim como eu consegui. Deus me deu a felicidade de ganhar uma casa e a felicidade pra minha filha que ganhou uma filhinha. “A felicidade que eu recebi é a mesma que a minha filha recebeu de ganhá uma criança”. Maria Alexandrina, Vianópolis/GO (Maio de 2012).

A consciência de que a luta é coletiva leva à consciência de que o direito se concretiza individualmente, para as famílias, mas é um direito social, que deve, portanto, ser estendido a todos, o que só é possível se conquistado de forma coletiva e organizada.

Também as camponesas Maria da Luz, de Catalão/GO, primeiro, e Edileuza Maria, de Crixás/GO, esclarecem a importância de uma moradia segura, inclusive para o cultivo da afetividade e dos laços de família.

Tô feliz demais com minha moradia. Minha casa era velha, ruim, molhava dentro quando chovia, era pequena, mal feita e tava caino. Depois da construção da casa nova, os netos passaro a fazê mais visita e se diverte mais. Antes eles tinha medo de chutá uma bola e a casa caí. Agora ficô melho, eles têm mais conforto e é difícil fazê com que eles volte para a cidade onde mora com os pais. Maria da Luz Pires, Catalão/GO (Maio de 2012).

Agora já tô morano na casa nova e tô muito feliz. Tô me sentino mais animada, agora tenho prazê em recebê meus filho que vêm me visitá, porque agora não chove mais dentro de casa. Edileuza Maria Moreira Neves, Crixás/GO (Maio de 2012).

A consciência das mulheres de que a organização e a luta coletiva é uma forma de conquista de seus direitos e de melhoria de suas vidas é um fato relevante em seus depoimentos. A luta é sinônimo de consciência para a busca da melhoria de vida e dignidade as famílias camponesas.

Muitas vezes nois pensamo em desisti, mas nois insistimo e conseguimos a nova moradia, não ganhamos de ninguém, porque ela é direito nosso. Com a casa nova dá muito mais gosto cultivá flor. Quando eu tô bem, cuido das planta e quando tô mal cuido tamém. Água e cuida das planta me faz esquecê tudo de ruim. É só mexê com as flor que tudo fica bão. Tem algumas flor que são da minha bisavó. Eu peguei muita muda e semente pra mantê as planta que tão na minha famía há muitos ano. Eu uso tudo natural, da roça mesmo, pra deixá as flor bonita. E minha netinha sempre tá junto, ela gosta de ajudá. Rosalina Lobo, Vianópolis/GO (Maio de 2012).

Conseguí minha nova moradia com a ajuda de muita gente e com muita luta, não foi fácil, mais hoje tô feliz, de coração, pela minha casa maravilhosa. Ivonete Dias, Crixás/GO (Maio de 2012).

Acho muito importante mobilizá porque isso traz benefício para a zona rural. A luta nos dá casa, lavoura agroecológica, ensaio com semente crioula, banco de sementes, mais tamém nos dá muito mais, ela me trouxe muitas amizade, confiança. Vamo lutar aqui na nossa região até que todo mundo, melhora de vida. Raimunda, Uirapuru/GO (Maio de 2012).

As mulheres que lutam pela Moradia Camponesa sonham com uma vida digna e com um mínimo de conforto. O sofrimento da casa caindo, molhando é muito maior que o sacrifício da luta.

Pode-se perceber como as mulheres camponesas participam deste processo de luta no MCP e percebem a moradia como uma necessidade coletiva (da família) e social. A conquista da moradia, a partir da atuação no movimento social, pode ser percebida como uma forma de transpor os limites do espaço doméstico rumo à sua inserção no espaço público. Nas lutas e mobilizações do MCP as mulheres são sempre maioria e participam de todo o processo, desde a organização das famílias nas Comunidades Camponesas até as lutas em si e nas negociações com o Governo. Nas fotos 10 e 11 podemos perceber a participação das mulheres nas lutas organizadas pelo MCP.

Foto 10: Mobilização do MCP em Goiânia pela Moradia Camponesa (2012).



Autora: Alves S A 2012.

Foto 11: Mobilização do MCP em Goiânia pela Construção da Lei da Agricultura Familiar e Camponesa em Goiânia (2014).



Fonte: Arquivo MCP

A partir do momento em que as mulheres se inserem no Movimento, passam a participar das reuniões nos Grupos de Base<sup>30</sup>, assumem as coordenações nos municípios, participam das reuniões das coordenações estaduais, encontros, escolas de formação, elas conseguem modificar sua participação na rede de poderes na Comunidade e na região onde vivem. Essa modificação na rede de poder local e muitas vezes na família transforma sua realidade individual e social. No depoimento da Ivanda Aparecida fica explícita a redefinição das relações de poder no espaço público e no espaço privado, pois na vida cotidiana esses espaços se cruzam e se misturam.

A gente foi muito valorizada no Movimento e também conseguiu a Moradia e conseguiu esse Programa pra vendê nossos produto. Eu sô coordenadora do Grupo de Base do Movimento, antes era só eu e o Hélio, mais depois eu afastei mais da coordenação e fiquei só participano mesmo.

Mas é muito bom sê coordenadora porque o povo pega muita confiança na gente e eu aprendi muito também, quando foi pra arrumá as documentação a gente achava que não sabia muita coisa, mais dava conta e teve uma vez que eu fiquei um mês só arrumano papel e, graças a Deus, deu tudo certo, todo muito foi contemplado.

A gente, sendo mulher, o povo respeita, e é igual tanto o home como a

<sup>30</sup> - Grupo de Base são as famílias de uma mesma Comunidade Camponesa, que moram perto, que formam agrupamentos de 05 a 15 famílias e se reúnem a cada 30 dias para discutir temas relacionados do Movimento. Cada Grupo de Base possui 3 coordenadores, sendo um homem, uma mulher e um/uma jovem.

mulher participá, desde que os dois interessa. Os homem mesmo, quando tá interessado mesmo a participá, pra eles saí é mais fácil; igual a gente que não dirige, tem vez que não dá conta de ir sozinha e eles tem mais facilidade pra ta saíno, por exemplo, pra sair 3 hora da manhã, rapidinho eles ta lá. Já pra mulher é mais difícil um pouquinho, mais quereno, a gente consegue.

No começo teve muita dificuldade pra participá, porque o povo não acreditô muito né, então a gente teve que ir mesmo, com a cara e a corage pra poder os outros ir tamém.

O marido às vezes deixava, outas veiz não queria que fosse, meu marido mesmo, foi umas quatro veiz que ele queria largá de mão de tudo e eu vi que tava perto de conseguí e continuei. Ivanda Aparecida Marques de Sousa, Vianópolis/GO (Dezembro de 2014).

A partir da experiência da ação política no Movimento, as mulheres se reconhecem no processo, elas não constroem apenas uma casa, mas também um lugar no mundo, um “lugar mais amplo” que lhes permite abrir novos horizontes, elas “abrem” a vida e a convivência com outras pessoas se torna cotidiana. Esse “novo mundo” se constrói na luta pelo espaço privado, mas dentro do espaço público. E nessa luta, esses espaços se misturam e se fundem num único espaço, que passa pela construção de uma “nova mulher”. Maria Marciana, em seu depoimento fala dessa mudança que ocorreu em sua vida, de como ela mudou e como percebe o mundo e o movimento desde então. A mudança é na vida, no comportamento, na perspectiva de vida.

Depois que eu comecei a participá do Movimento mudô e muito a minha vida. De princípio eu tô fazeno a minha casa, que eu tenho o sonho de fazê; através do Movimento também eu tenho uma renda a mais e eu posso ajudá em casa, financeiramente, que eu não podia, e tamém agora vou entrá no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA organizado pelo Movimento tamém.

Fora o conhecimento e a aprendizagem que eu tive no Movimento! E antes de entrá no Movimento eu não saía, só de Silvânia pra casa e de casa pra Silvânia, agora já fui em Brasília, fui em Goiânia, Anápolis, já fui em muitas reunião fora. Algumas com governo que eu nem imaginava que eu ia, eu fui. Antes deu entrá no Movimento, eu não tinha muita opinião, hoje eu já tenho, e fora que o aprendizado é muito grande né? No começo eu não tinha costume de saí de casa pra dormi, pra saí, assim, e ficá fora. Antes eu tinha muita dificuldade pra falá, agora eu tenho boa desenvoltura pra falá e a gente aprende que não depende tanto do marido, né? E até pra resolvê muitas coisa a gente vai e resolve, né? Antes eu não sabia dirigi, agora eu sei dirigi, tirei carteira e no começo meu marido implicava muito, mais agora ele implica, mais é bem menos.

Eu sou da coordenação do Movimento, e é uma responsabilidade muito grande, porque pra mexê com o povo, a gente tem que saber mexê, né? Além da gente podê conhecê novas pessoa, de outros município, outras região e tamém é sempre uma formação a mais, a gente aprende mais.

Uai, fora, o povo respeita a gente mais do que a família; a família também, muitos agora respeita muito mais. As pessoa dá mais credibilidade, depois que vê o seu trabalho, o que ocê ta fazeno. Eu achei muito bom, mas pra muitas mulher participar é muito difícil porque muitos marido não concorda.

Eu mudei muito, antes eu não opinava muito, hoje eu coloco minha opinião em tudo e também eu sei mais dialogar, conversá, né?  
 Vale muito a pena, porque ocê vai descobrino que os problema da gente é o mesmo dos outro, que você pode contribuí, um pouco pra podê ajudá a resolvê né? Eu vou continuá no Movimento, eu não pretendo saí, hora que a nenê tivé maiorzinha eu vô retomá, porque o aprendizado é muito grande, é muito bom, depois que você começa não consegue mais ficá sem participá.  
 Maria Marciana de Sousa Canedo, Silvânia/GO (Dezembro de 2014).

É mudança na forma como se compreende as relações de poder. No texto *O Sujeito e o Poder*, Foucault (1997)<sup>31</sup> confirma que as relações de poder se referem aos “modos pelos quais, na nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (1997, p.231).

“O modo de investigação do sujeito que busca atingir o estatuto de ciência”, segundo Foucault, é um desses modos. Em *as Palavras e as Coisas*, Foucault discorre a respeito da formação de três “ciências” sobre o Homem: na análise do sujeito produtivo, o “que trabalha”; na análise das riquezas, por exemplo, nos pensadores do mercantilismo (século XVI) que se transforma em economia política, e na teoria e prática do marxismo, na qual o indivíduo se torna sujeito, pois é representado como possuidor de “necessidades básicas”. Suprimir essas necessidades é sua função dentro de um sistema de individuação e assim torna-se sujeito seja pela divisão do trabalho seja por se reconhecer como base do sistema de produção. Para Foucault, o poder não é mais do foco originário da soberania e, por isso, as formas de saber o sujeito é somente uma das formas de “objetivar o sujeito”.

A partir da concepção de poder de Foucault, pode-se afirmar que a redefinição das relações de poder das mulheres que ocorre na organização do Movimento Camponês Popular e na luta pela conquista da moradia as torna sujeitos dentro do seu espaço de convivência, seja no espaço privado, seja no espaço público. O seu olhar, sua percepção de si mesma não passa mais apenas pela sua pobreza, suas dificuldades, seu sofrimento, mas pelo que é possível e também pelo que lhes parece ou parecia impossível, o que possui de melhor e o que consegue conquistar. Talvez, possa-se afirmar até mesmo que há a construção de uma “utopia” camponesa, de uma afirmação da identidade camponesa e das mulheres camponesas nesse processo.

Nesse sentido, reafirma-se que a conquista da moradia é muito importante, mas que o caminho percorrido até a conquista desta moradia é fundamental, pois é neste processo

---

<sup>31</sup> Michel Foucault (Poitiers, 15 de outubro de 1926 — Paris, 25 de junho de 1984) foi um filósofo, historiador das ideias, teórico social, filólogo e crítico literário. Suas teorias abordam a relação entre poder e conhecimento e como eles são usados como uma forma de controle social por meio de instituições sociais.

de inserção no Movimento, na vida pública, que as mulheres vão criando consciência política e de que a Moradia Camponesa é uma conquista de sua organização e luta.

A casa “ganhada”, resultado de caridade, do poder público ou de qualquer outra entidade, não deixa de melhorar a vida das pessoas, mas não cria lastro, não dá organização e consciência, não cria identidade e não estrutura nada. Na vida concreta das pessoas, a casa por si só não resolve os problemas, os outros elementos (organização e consciência) que se descobre na luta é que são fundamentais para as transformações, presentes e futuras fica explícito nas entrevistas de camponesas dos municípios de Orizona, Vianópolis e Silvânia que são transcritas a seguir<sup>32</sup>:

[...] Em Goiânia eu já fui duas vezes, e uma vez em Brasília pra participá das luta. Eu achei muito bom. É muito bom é muito importante cê ter aquela força, aquela união de ir, porque os governo, hoje, a gente só ganha alguma coisa com essa pressão, porque se não tivé gente pra tá fazeno as coisa, nada acontece. [...]. (Paulina Pereira Lemes – Silvânia/GO).

[...] Quando eu comecei a participá, mudô tudo aqui. Mudô que a gente sai pra participá, a gente conhece as pessoa, tem mais amizade, tem muita coisa que a gente vê. Eu falo até hoje para as outra pessoas participá. Mas tem que sê unido mesmo, porque se não fô com muita união e muita calma não dá conta de participá não [...]. (Geni Maria Vieira – Vianópolis/GO).

[...] Acho que vale a pena participá do Movimento porque a gente conhece mais pessoas, valoriza mais a vida que a gente tem, né? Porque a gente vê que tem muitas pessoa mais sofrida que a gente e lutano até mais que a gente, né? A gente se abriu mais para buscá os direito e pra falá as coisa também, pra conversá com as autoridade, a gente tinha um receio, um medo! Agora a gente já tem corage de falá as coisa na hora que precisa, a gente não fica calado, com medo, deixano passá as oportunidade, né? Enquanto a gente vai dano conta, a gente continua firme no Movimento. As conquista, quanto mais grande é a luta, mais grande é a conquista. Se fô luta fácil a conquista é pequena também, mas eu percebi que a luta foi difícil, foi muito desgastante, mas só que a conquista tem sido grande também. (Rosângela Aparecida Lopes Machado – Orizona/GO).

[...] Minha vida mudô muito, muito, depois que eu comecei a participá do Movimento. Assim: a gente sente mais liberdade, a gente conhece um novo mundo, a gente vê que a gente é capaz, que a gente tem capacidade, que a gente pode olhá pra frente, que a gente vai conseguí. Eu acho muito importante tudo no Movimento, principalmente a parte da gente saí, da gente conhecê pessoas diferente, da gente enxergar as possibilidade que a gente tem, que a gente ainda é capaz, da gente poder andá de cabeça erguida, andá pra frente. Porque a gente chega a um ponto que a gente só olha em volta de si, então, se a gente não tiver mais conhecimento, o mundo da gente fecha muito pequeno naquilo que a gente tá. Na minha vida mudou muita coisa, a gente tem novas esperança, minha família, meu marido, meus filhos ja tem

---

<sup>32</sup> - Entrevistas realizadas pela autora em dezembro de 2014.

uma visão diferente. Eu procuro passá sempre pra eles as coisa melhor. É claro que tudo tem a parte boa, mas tem as partes ruim, difíceis, mas eu tento sempre transmitir para eles tudo que tem de bom. (Leonice Dias de Oliveira Nascimento – Silvânia/GO).

As dimensões da luta e da conquista estão presentes no projeto de Moradia Camponesa e são elas que resignificam os espaços produtivos e reprodutivos, público e privado e constroem novas visões, “novas mulheres”, novas perspectivas e até apontam um novo significado para as políticas públicas, pois não basta a “caridade”, dar o peixe, é necessário não se deixar extingui-lo e se ensinar a pescá-lo, ou seja, é preciso levar as pessoas a pensar todo o processo e suas consequências de tal forma que, a partir dele mudem sua vida concreta, mas também sua visão de mundo e, passo a passo, possam ir construindo e reconstruindo sua identidade e sua consciência política. A criação de políticas públicas estruturantes para o campesinato, e com sua participação, pensando a diversidade camponesa e a questão de gênero, acima de tudo, podem despertar a consciência e fortalecer sua organização.

Nas mulheres em movimento nascem novas esperanças, desnaturalizar-se a opressão e desnudarem-se as contradições que estão presentes nos diferentes espaços, seja o espaço da produção, seja o espaço da reprodução. A partir da luta há o deslocamento de poder na família, na Comunidade, a maior participação das mulheres no Movimento, na vida política, inclusive em outras lutas, como a criação de políticas para a melhoria da renda da mulher no campo e a luta contra a violência sofrida pelas mulheres no campo.

Na avaliação das camponesas, a luta pela Moradia Camponesa, foi importante, mudou a vida delas e da família<sup>33</sup>:

[...] Valeu a pena e muito lutá pela moradia, valeu a pena é todas às vez e tem que lutá porque a gente vê tanta gente sofrendo aí nessas casinha que não tem recurso, né? E as vez não sabe, não tem experiência, a gente explica, e as pessoa não compreende, não vai. Aí a gente fica sem podê fazê nada, porque a condição da gente não da para ajudá, pra gente ir no lugá deles, fazer pra eles não da tamém, aí a gente fica pensano que todo mundo podia compreender, né? O que que falta pra mode a pessoa possuí sua casinha de morá. Porque muita gente parece que fica assim nas casinha sem expediente, igual eu era. Porque eu achava que o único recurso que tinha era trabalhá e fazê, e ia trabalhá e não sobrava nem o de comê, aí é difícil, né? Aí, com o Movimento, as coisa foi melhorando. A gente pensa so de í pra frente, a gente tá veinha e pensa só de subi na vida, né? (risos) [...]. (Maria Alexandrina Marques Neves – Vianópolis/GO)

[...] Eu conquistei muita coisa, conquistei amizade, conquistei carinho, eu

---

<sup>33</sup> - Idem 28

conquistei coisa, que eu sô sofrida, mas conquistei coisas que gente que ja sofreu mais que eu também. Eu conquistei coisas maravilhosas demais. Eu sempre falo que as pessoas tem que caçá um caminho pra entrá nesse projeto, mas tem gente que acha que vai pará quando fazê a casa, e isso eu nunca pensei [...]. (Ana Maria das Graças Lopes – Silvânia/GO).

A Moradia Camponesa como parte de um processo de organização e luta se torna relevante por mudar a qualidade de vida das mulheres no campo, mas, principalmente, por reconstruir sua autoestima e abrir sua mente e seu coração para fazer parte de novas experiências, conhecer novas pessoas, novos lugares. O mundo se torna maior e sua casa melhor. A casa se torna parte do mundo e o mundo parte da casa. Daí a importância de se tratar das relações de gênero, como um processo de construção, conforme colocado por Costa (2011, p.2):

Desta forma, entendemos que tratar de relações de gênero é tratar de uma diversidade em construção, em movimento, que rompe com papéis preestabelecidos e demarcados. A sociedade heteronormativa que insiste em reproduzir a sua ideologia encontra cada vez mais fissuras por onde lhe escapa o controle absoluto. Assim como todas as relações sociais, a possibilidade da transformação, da superação, da negação e da emancipação está sempre presente.

No movimento camponês as relações de gênero também são reproduzidas e explicitadas no seu cotidiano. A partir do reconhecimento dessas práticas, do estudo, do debate e da ação concreta, essas relações são reconstruídas e transformadas. A Moradia Camponesa em seu processo se torna um caminho para reconstrução dessas relações e superação da opressão sofrida pelas mulheres camponesas na sociedade, no movimento, na comunidade, na família. Assim, vai se construindo novas relações de poder nesses diferentes âmbitos.

Por isso, afirmamos que a importância da Moradia Camponesa está no seu caminho, na metodologia adotada e não no resultado em si. A casa pode ser onde o corpo está, e esse estar vai construindo nosso lugar. A participação nos espaços coletivos vai reconfigurando a visão e nosso lugar no mundo. Nessa construção, mulheres e homens vão redesenhando suas histórias de vida.

Nas fotos a seguir temos um exemplo de uma casa antes da construção da nova; a nova Moradia Camponesa construída ao lado e a família numa atividade promovida pelo Governo Federal, sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida 2. A nova Moradia Camponesa dessa família, organizada no MCP, foi tida como referência do Programa no campo, devido ao tamanho e qualidade da Moradia. Essas características da Moradia Camponesa, só são

possíveis devido ao envolvimento direto das famílias camponesas no processo, não apenas na construção em si, mas nas definições políticas e técnicas da moradia, na conquista da contrapartida e por assumir a construção dessa Moradia em seus diferentes âmbitos, seja da casa em si, seja da melhoria de seu entorno, seja na participação nos encontros, formações e demais atividades do Movimento.

Foto 12: Moradia antiga da família – Itapuranga (GO)



Fonte: arquivo MCP

Foto 13: Nova Moradia da família – Itapuranga (GO).



Fonte: arquivo MCP

Foto 14: Família com a presidente Dilma na atividade do governo sobre o Minha Casa, Minha Vida 2 - Brasília (2013).



Fonte: arquivo MCP

As possibilidades e os novos horizontes se tornam parte da vida das famílias camponesas, tendo como ponto de partida a organização e a luta pela transformação da realidade, seja da realidade individual, seja da realidade coletiva. A transformação da vida privada a partir da luta coletiva.

A desvalorização e a subalternidade das mulheres lhes conferidas historicamente se refletem nas suas ocupações e podem ser percebidas no seu dia-a-dia. Na invisibilidade conferida ao seu trabalho e na casa e ao seu redor indigna. A mudança dessa realidade, de opressão e exploração das mulheres e do trabalho por elas exercido, pode ocorrer com a sua saída do espaço privado para o espaço público, pois a partir do momento em que as mulheres se constituem como sujeitos sociais e coletivos e iniciam a luta contra o sistema capitalista, estão também lutando contra o sistema patriarcal, machista, parte intrínseca do capitalismo.

A luta pela Moradia Camponesa desperta as mulheres e lhes mostra que há outras lutas a serem lutadas: a luta pela igualdade e contra a subordinação e a exploração. Por isso a Moradia Camponesa não é o fim, mas o caminho para se construir novas relações e se buscar novas conquistas, tanto para as mulheres camponesas, tanto para o campesinato como um todo.

**Leonice Dias de Oliveira Nascimento**, 39 anos, camponesa, mora na Comunidade Jurubatuba no município de Silvânia (GO). Casada, mãe de três filhos. Coordenadora do MCP na Regional Estrada de Ferro.



*“A princípio, nas primeira luta eu fui com medo, eu fui com muito medo, porque a televisão, o que a gente vê la fora é muita baderna, é muita coisa, muita quebradeira. Eu fui bem com medo mesmo. Eu pensei, eu tenho que ir, eu preciso ir, eu preciso conhecer o outro lado. Aí eu fui ver que não é assim, que é tudo diferente, que hoje as primeira, eu fui com medo, hoje eu fico animada, eu quero ir, eu adoro ver cada conquista que a gente consegue. Então eu sinto empolgada, sabe, transformô, mudô cem por cento o meu jeito de pensá”.*

(Silvânia – GO, Dezembro de 2014)

## 5 GEOGRAFIA E GÊNERO

Considero que a Geografia dita feminista é aquela que incorpora às contribuições teóricas do feminismo a explicação e interpretação dos fatos geográficos e o gênero é um dos resultados dessas contribuições, ou seja, uma categoria útil à análise histórica. (JOAN SCOTT, 1990).

O objetivo deste capítulo é realizar um resgate das teorias sobre o espaço, relações de poder e relações de gênero na sociedade capitalista para, a partir delas, compreender as ações das mulheres camponesas, dos municípios de Silvânia, Vianópolis e Orizona, na região conhecida como Estrada de Ferro no estado de Goiás, que resolveram lutar no Movimento Camponês Popular - MCP por uma moradia para permanecerem no campo.

Foram feitas leituras de obras de Milton Santos, Ester Rossini, Susan Okin, Joseli Silva, Helena Hirata, E. P. Thompson, F. Engels, Heleieth Saffioti, dentre outros importantes autores que foram a luz teórica nessa caminhada.

### 5.1 Espaço, Gênero e Poder

Com a criação de diversas organizações feministas e movimentos sociais, a dominação dos homens, sobre as mulheres, que se expressa, muitas vezes, nos diversos tipos de violência, como a psicológica, a sexual e a física, tem sido questionada e rediscutida, inclusive pelas mulheres camponesas.

Nesse sentido, Faria (1998, p. 25) afirma que:

Os gêneros aparecem como opostos e complementares, porém hierárquicos, o homem dominador, a mulher dominada. Ser mulher e, portanto, feminina, significa ser dona-de-casa, passiva, maternal, afetiva, detalhista; ser homem significa ser forte, profissional, agressivo, racional, objetivo. Isso está tão enraizado na cultura e tão introjetado por cada pessoa que aparece como parte da “natureza humana”.

É inegável o entrelaçamento entre o espaço, onde se dão as relações sociais e gênero, embora sua abordagem encontre resistências. Mas, nem um nem outro pode ser visto isoladamente quando se trata da existência humana. Segundo Silva (2007, p. 117):

A geografia brasileira, ciência que privilegia a dimensão espacial das relações sociais, apresenta resistências na utilização do conceito de gênero, ao passo que várias ciências sociais, que já avançaram no uso do conceito, têm negligenciado o espaço enquanto elemento da existência humana e, portanto, instituidor das relações de gênero.

Resistências à parte, o conceito de gênero vem sendo debatido na Geografia desde a década de 1980, quando algumas geógrafas começaram a alertar para o fato de que a organização social e territorial da sociedade cria e/ou estimula diferenças consideráveis entre homens e mulheres e de que, portanto, a relação entre ambos não devem ser analisados apenas a partir de elementos como privacidade e afetividade.

O debate sobre gênero, na Geografia, segundo Joseli Silva (2007), tem sido difícil, pois a definição de gênero só pode se dar no “campo do saber, hegemonicamente masculino”. Ainda segundo a autora (SILVA, p. 121): [...] “gênero é concebido como um conceito e, simultaneamente, uma representação e, como tal, uma construção social permanentemente renovada, diferenciada espacial e temporalmente”.

Embora já haja uma ampla literatura sobre gênero, desenvolvida nos mais diversos meios, o acadêmico, setores do Estado, entidades, organizações internacionais, etc., sua utilização inapropriada com diversas formas e conteúdos têm “esvaziado” seu conteúdo político e sua potencialidade de transformação. (MATOS, 2009, p. 64). Nesse sentido, procurar-se-á nesta pesquisa retomar o conceito e o seu conteúdo político.

A incorporação da categoria gênero nesta pesquisa possibilitará uma compreensão mais ampla das relações de poder que ao longo da história vêm justificando as desigualdades existentes entre homens e mulheres, a subordinação e a dominação delas por eles e a visão de que o poder das mulheres, na sociedade, é ilegítimo e inferior. Na mudança dessas relações, “[...] as mulheres não se tornam necessariamente feministas, mas modificam sua inserção na rede de poderes de sua comunidade, provocando um efeito transformador”. (PAULILO, 2003, p.14).

O sistema de organização social que privilegia os homens e subordina as mulheres, o patriarcalismo, está intrinsecamente relacionado ao capitalismo, segundo André (1990, p. 343):

As relações sociais patriarcais e capitalistas estão de tal forma interligadas que se pode considerar a existência de um único sistema – patriarcal capitalista.

O desenvolvimento das relações de produção capitalista foi acompanhado por mudanças noutros domínios. Em particular, deram-se rupturas nas relações existentes entre homens e mulheres. A antiga forma patriarcal da produção doméstica foi abandonada, os padrões estabelecidos para as relações entre os dois sexos foram postos em causa. Este processo foi desigual, tanto em extensão, como em natureza, sendo, sobretudo influenciado pelas características das estruturas econômicas emergentes. Em cada área, capitalismo e patriarcado articulam-se e acomodam-se um ao outro de formas diferentes.

Reconhece-se plenamente que o patriarcado já existia, antes do capitalismo, que, o que fez então, foi se apossar das suas relações desiguais de poder e reproduzir sua dinâmica, de tal forma que um sistema espelha o outro, se fundem e reedificam-se nas desigualdades de classe, gênero, raça e etnia. Segundo Matos (2009, p. 70):

O patriarcado está entronizado nas práticas sociais e mesmo sendo um sistema anterior ao capitalismo, é parte constitutiva de um microssistema, que reedifica as desigualdades de classe, gênero, raça e geração. O capitalismo não gerou o patriarcalismo, mas o capitalismo utiliza, alimenta e reforça nas suas estruturas desiguais de poder, fazendo-o parte de sua própria dinâmica. Sem com isso estabelecer nas análises qualquer tipo de hierarquia ou determinismo entre o capitalismo e o patriarcado.

A partir do início do sistema capitalista de produção, que absorveu o patriarcalismo, implanta-se a divisão sexual do trabalho, que fortaleceu as desigualdades entre os gêneros e aprofundou as relações de poder, definindo os papéis de homens e mulheres que permanecem até a atualidade.

O estudo de gênero pela Geografia, considerando-se o espaço onde se concretizam as relações de poder, possibilita uma melhor análise dos antagonismos entre homens e mulheres e do modo como esses indivíduos se relacionam com o espaço. Segundo Alves (2009, p. 148):

Esta reflexão geográfica pode nos revelar novos horizontes para o entendimento das práticas de gênero e das relações de poder. Uma vez que, ao estudar as representações de gênero dentro de espaços definidos, acreditamos poder nos aprofundar na discussão a respeito das características diferenciais, na relação com o espaço e experiências cotidianas, entre os homens e as mulheres [...].

Para tanto, temos como discussão central a relação entre espaço geográfico e o gênero feminino condicionado, por fatores sociais, culturais, econômicos e políticos.

As desigualdades entre homens e mulheres e as relações estabelecidas entre ambos se manifestam de forma diferente nos diversos grupos sociais e são condicionadas pelo desenvolvimento econômico e social dos diversos territórios.

A compreensão das relações entre o gênero e o espaço requer a observação das escalas, do local ao global e vice-versa, pois ao se estudar “a vida cotidiana dos indivíduos podemos entender a expressão local e específica de processos sociais e econômicos gerais. Para tanto, não basta olhar o espaço físico, mas todas as relações que nele ocorrem, como as sociais, as políticas, as econômicas e as culturais, e que interferem nas relações de gênero”. (ALVES, 2009, p. 151-152).

Milton Santos (1977) ressalta a importância do espaço para a compreensão do modo de produção e da formação econômica e social de uma sociedade, pois o processo histórico não pode realizar-se senão no espaço.

Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela *forma* das coisas do que pela sua *formação*. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à sociedade local, pode servir como transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. (SANTOS, 1977, p. 81).

O autor afirma ainda a necessidade de se estudar o papel do espaço no cotidiano dos indivíduos, pois “o espaço impõe a cada coisa um conjunto particular de relações porque cada coisa ocupa um dado espaço<sup>34</sup>”. Para Milton Santos (1977, p. 93):

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam as atividades dos homens e comandam a prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais.

O espaço é, assim, resultado da ação humana, sendo que o modo de produção determina a forma com que os homens o transformam e com ele se relacionam e se relacionam entre si, inclusive, as relações de gênero, os conflitos étnicos, etc. A produção da existência humana portanto, deve ser analisada a partir da formação econômica e social.

O geógrafo analisará a produção do espaço enquanto um processo social e histórico, não podendo se abster das questões políticas, ideológicas, jurídicas e religiosas. Mas, a reflexão sobre o processo de produção do espaço deve ser realizada a partir de um determinado ponto de vista. No caso desta pesquisa, do ponto de vista dos camponeses e camponesas. Nas palavras de Rossini (2009, p. 09):

Se o processo de produção do espaço é um processo de trabalho, as parcelas do espaço global se articulam e se integram a partir do papel que cada uma terá no processo de trabalho geral. Estabelece-se então uma diversidade de relações com intensidades desiguais, que vão produzir o espaço global mediante a produção de parcelas espaciais menores.

---

<sup>34</sup> SANTOS, M. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e como método. In: Boletim Paulista de Geografia, nº 54, p. 93. São Paulo, junho de 1977.

Na formação econômica da sociedade capitalista, a categoria determinante da análise é o capital. Desse modo teremos uma produção espacial voltada para as exigências e necessidades do capital, uma população que se produzirá e reproduzirá em função de suas leis e, conseqüentemente, um processo de apropriação que lhe será peculiar.

Diante desta questão, é necessário colocar o real propósito desta pesquisadora da ciência geográfica. Aqui há que se aplicar a ideologia e de se afirmar que a ciência e a geografia buscam ontologicamente melhorar a vida da classe trabalhadora e camponesa. Essa é a verdade em que se acredita e na qual se baseia essa pesquisa geográfica. Claro que essa é uma verdade encontrada a partir de uma visão de mundo, a partir de uma ideologia. Há outras. Diante do debate sobre a importância da escolha do método para o resultado de uma pesquisa, não há consenso. Porém, importa menos esse consenso do que o fato de que quando da aplicação de um método tem que se ter clara a ideologia de classe a que esse método serve, ou ainda como coloca Lowi “[...] a história da ciência não pode ser separada da história em geral, da história da luta de classes em particular” (1994, p. 105). Assim como a ciência, esta pesquisa também “não se move no espaço e no tempo de forma independente do movimento histórico concreto.” (LOWI, 1994, p. 105).

Nesta perspectiva, a ideologia de classe, o método a que o método aplicado serve é a anticapitalista, na qual gênero é uma categoria fundamental, que permite tirar o véu que guarda e perpetua as desigualdades nas relações entre homens e mulheres, como na relação capital x trabalho pois ao longo da história a diferença anatômica entre o homem e a mulher, como a diferença entre ter e não ter capital, tem justificado a diferença social e a divisão social do trabalho, que inferiorizam a mulher, como afirma Santos (2009, p. 47):

[...] a diferença anatômica entre os órgãos sexuais pode ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. Parece que é assim que o mundo se divide: isso é coisa de homem, isto de mulher. Tal naturalização acentuou durante muito tempo vantagens, superioridade para o homem e submissão para a mulher.

O que ocorre é a dominação masculina, a desigualdade de direitos entre homens e mulheres e a subordinação social das mulheres. Mas, diferença natural, muitas vezes é utilizada para reduzir essa desigualdade, negando-a e definindo o indivíduo mulher apenas pelas diferenças biológicas, como se não houvesse diferenças sociais criadas. Para Schwendler (2009, p. 210),

O conceito de gênero, surgido no interior da teoria feminista, se constitui como um instrumento de análise e luta para romper com uma visão que naturaliza as relações estabelecidas entre os distintos sexos a partir de

explicações de natureza biológica, nas quais as diferenças são usadas para justificar atitudes desiguais e opressoras nas relações de homens e mulheres.

Como nos coloca Simone de Beauvoir (1976, p. 63):

O corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa nesse mundo. Mas, não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade.

Assim, a categoria gênero deve ser compreendida para além da representação de papéis sociais construídos e desempenhados por homens e mulheres. Hirata (2007, p. 595) também discorre sobre a questão de gênero e afirma que há duas acepções, de diferentes conteúdos, sobre a divisão sexual do trabalho na França: primeira é a sóciográfica, que, a partir do estudo de homens e mulheres no mercado de trabalho, associa a divisão desigual nele a divisão do trabalho doméstico entre os sexos, tomando-a apenas como uma constatação. Mas, para Hirata,

[...] falar em termos de divisão sexual do trabalho deveria permitir ir bem além da simples constatação das desigualdades. E aqui se chega à segunda acepção, segundo a qual falar em termos de divisão sexual do trabalho é: 1. mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2. articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades e, portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero. (2007, p. 595)

Para a autora não basta constatar as desigualdades entre homens e mulheres, é preciso descobrir a “nascente dessas desigualdades e, portanto compreender a natureza do sistema que dá origem a elas”. Para isso, Hirata realiza suas reflexões a partir da segunda visão (HIRATA, 2007, p. 595-596).

No contexto histórico estudado pela autora, a divisão sexual do trabalho na França nos anos de 1970 e o movimento feminista, constata-se também o surgimento das bases teóricas do conceito da conscientização que levaria às mulheres a reação:

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. A denúncia (pensemos no nome de um dos primeiros jornais feministas franceses: *Le Torchon Brûlé*) se desdobrará em uma dupla dimensão: “estamos cheias” (era a expressão consagrada) de fazer o que deveria ser chamado de “trabalho”, de deixar que tudo se passe como se sua atribuição às mulheres, e apenas a elas fosse natural, e que o trabalho doméstico não seja visto, nem reconhecido. (HIRATA, 2007, p.597).

A divisão sexual do trabalho na sociedade patriarcal capitalista tinha como objetivo destinar aos homens as funções que originam mais prestígio e poder, relacionando-os à esfera produtiva e relacionar as mulheres a esfera reprodutiva. Nesse sentido, Hirata (2007, p. 599) ensina:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

A divisão social do trabalho define a existência dos trabalhos de homens e dos trabalhos de mulher e da hierarquia entre eles: o trabalho do homem vale mais do que o trabalho da mulher, a produção de bens e riquezas materiais é mais importante que a reprodução da vida. Esses princípios se aplicam a todas as sociedades existentes e se legitimam a partir da *ideologia naturalista*. *Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino da espécie.* (HIRATA, 2007, p. 599).

A questão do poder da mulher é mais difícil ainda de se trabalhar, pois o poder está *diretamente vinculado a uma representação masculina sobre o mesmo*<sup>35</sup>. Dessa forma, o poder é concedido à mulher só no âmbito da vida privada e associado às questões biológicas.

Para Tedeschi (2010, p. 6):

[...] o poder não só não é imposto de cima para baixo como também é algo complexo, difuso. Em se tratando de uma relação de poder – como nas relações de gênero no meio rural – pode ser observada em dois sentidos: a sua capacidade de afetar o exercício do poder, a sua capacidade de ser afetado, provocando resistência. Resistência e relações de poder estão implicadas em uma relação dialética, na qual um é o outro necessário da relação. [...] a resistência é a força superior às demais, já que são os seus efeitos que provocam mudanças nas relações de poder.

As representações, as construções simbólicas de poder dão supremacia ao homem e subordinam-lhe as mulheres. Essas relações sociais entre homens e mulheres, assim estabelecidas se reproduzem nas relações de produção e reprodução. Por isso, também as identidades sexuais não são uma questão natural, mas, são construídas socialmente ao longo da história. Se foram construídas, podem ser desconstruídas e transformadas, assim como as relações de poder e de classe.

<sup>35</sup> TEDESCHI, L. A. **O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas no Brasil:** uma ferramenta necessária. Anuario de Hojas de Warmi nº 15, 2010, p.6. In: <http://revistas.um.es/hojasdewarmi/article/view/158971>. Acessado em 15/03/2014.

Utilizar a categoria de gênero e considerá-la enquanto tal requer articulação com outros conceitos históricos que também se traduzem em diferentes desigualdades, como o de classe. Mas é só assim que será possível realizar uma interpretação da realidade social das mulheres e de suas relações com os homens, no seu respectivo contexto histórico.

A caminhada no processo de investigação desta pesquisa nos exige a inter-relação de gênero e classe, pois tanto as relações de classe como as relações de gênero são estruturantes, tanto nas práticas sociais quanto nas formas de lutas e reivindicações. Nas palavras de Saffioti (2013, p. 60):

Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de sua raça ou de seu sexo, há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação de seleção de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada.

A categoria gênero isolada será insuficiente para tal análise, assim será necessário articular a categoria gênero à categoria de classe. Como afirma Schwendler (2009, p. 211), “Articulada à categoria de classe, a categoria de gênero se torna fundamental para compreendermos a condição, os dilemas e as conquistas do processo de emancipação da mulher decorrente de sua participação na luta”.

Podemos pensar a experiência de classe assim como a de gênero como instrumento para a tomada de consciência, sabendo que as mulheres e os homens vivenciam diferentemente essas experiências, mesmo quando pertencentes a uma mesma classe social. Essa compreensão deve ser entendida em termos estruturais (relação infra e superestrutura). O sentimento de pertencimento e a consciência de classe são forjados a partir das experiências comuns, das vivências coletivas, porém distintas, da construção de sentimentos e identidades comuns entre os “sexos” na dinâmica das relações sociais de produção de bens e reprodução da vida. (MATOS, 2009, p. 69).

Nesse sentido, considerar possível a igualdade das relações entre os sexos como capazes de intervir nas relações estruturantes da sociedade, será uma das formas de se construir a unidade de classe e a exploração de uma classe sobre outra e de se superar os privilégios de um sexo sobre outro.

Assim, a definição de classe e de luta de classes de E. P. Thompson será pertinente para este estudo, já que para o autor as classes resultam das experiências comuns, a partir dos interesses comuns aos indivíduos do grupo, que são contrários aos interesses de seus opositores ou exploradores. Ou seja, a classe é um conceito histórico resultante de um processo. Nas palavras de E. P. Thompson (2001, p. 274):

As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real.

A classe só existe então a partir de experiências de determinadas situações de conflito. Pode-se dizer o mesmo do gênero. Nesse sentido, os conceitos de classe e gênero se encontram no momento em que desvelam as formas de opressão existentes, sendo a opressão de classe sofrida pela mulher e efetuada pelo homem o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história (ENGELS, 1978) e, provavelmente, muito colaborou para a existência e permanência de outros. Nesse sentido, a monogamia, enquanto opressão do homem sobre a mulher e a *primeira* opressão de classe são efetuidas na mesma época, no caso, a. O surgimento da monogamia, da propriedade privada e da opressão do homem sobre a mulher, coincidentemente, surgem juntos. A monogomia tem como objetivo fundamentar a dominação do homem, para que a mulher possa procriar filhos de uma paternidade incontestável, pois esses filhos é que herdarão os bens paternos.

A emancipação da mulher, para F. Engels (1978) só seria possível a partir da incorporação da mulher no trabalho social produtivo, de forma que o trabalho doméstico não a ocupasse mais de forma significativa. Mas, a conclusão do processo emancipatório só se concluíra com a eliminação da propriedade privada dos meios de produção. Na sociedade, de uma forma geral, a participação social das mulheres vem se ampliando seja na economia formal, seja na política ou em outras instâncias, mas, ao mesmo tempo, também é verdade que as mulheres continuam a ser responsáveis pelo trabalho doméstico, pela família e pela educação dos filhos. Nesse sentido, a luta realizada contra as opressões de gênero é claramente uma luta contra as desigualdades sociais de classe. Além dessas questões, há ainda o fato de que são as mulheres trabalhadoras, as que mais são exploradas e oprimidas por este modelo de sociedade, já que, além de as mulheres serem discriminadas pelo gênero, são também discriminadas pela classe. Em geral, por exemplo, as mulheres pobres acabam por se alimentarem mal, por priorizarem a alimentação dos filhos e do marido, ficando mais subnutridas que os homens da mesma classe. E, mesmo assim, a grande massa das mulheres não consegue perceber sua subordinação e exploração para, então, poderem reagir e lutar por uma nova ordem societária. (CISNE, 2012, p.84-85).

A Organização das Nações Unidas, - ONU em 1994 mostrou que 70% dos pobres do mundo eram constituídos por mulheres e que, ainda, a tendência desses dados era piorar, podendo chegar a 75%, o que significaria três mulheres pobres para cada homem pobre no mundo. (MÉSZÁROS, 2002, p. 303). Ainda para o autor:

Tudo isso sublinha claramente o que não deveria, mas, precisa, ser enfatizado, devido aos artifícios da ideologia dominante e às amplamente difundidas mistificações de “oportunidades iguais”, ou seja, sem *mudanças fundamentais* no modo de reprodução social, não se poderão dar sequer os primeiros passos em direção à verdadeira emancipação das mulheres, muito além da retórica da ideologia dominante e de gestos da legislação que permanecem sem a sustentação de processos e remédios materiais adequados [...] somente uma forma comunitária de produção e troca social pode arrancar as mulheres de sua posição subordinada e proporcionar a base material da verdadeira igualdade.

De acordo com informações divulgadas pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária em 2013, utilizando dados do Relatório “a armadilha do gênero – mulheres, violência e pobreza” da ONU, revelam ainda hoje, que as mulheres continuam sendo a maioria pobre no mundo.

Se as mulheres são a metade da população mundial, 70% dos pobres serem mulheres, prova que isso é discriminação. Segundo a Anistia Internacional em alguns países, a discriminação contra as mulheres impregna na legislação e, em outros, esta discriminação persiste apesar da adoção de leis de igualdade<sup>36</sup>.

Dessa forma, discutir a categoria gênero sem se remeter à classe é insuficiente, pois o gênero por si só não explica a opressão e a subordinação da mulher na sociedade. O que não pode ocorrer é o distanciamento entre as discussões teóricas e a luta das mulheres. Se isso ocorrer provocará “uma ‘despolitização’ da pesquisa acadêmica e um acirramento nas tensões entre produção teórica e mobilização política” (CISNE, 2012, p. 86).

A análise de gênero está intimamente ligada à análise da contradição capital e trabalho e, certamente, a luta contra as desigualdades produzidas é legítima. Para Cisne (2012, p. 89-90):

Nesse sentido, o ponto a unir as mulheres deve ser a identidade de classe, uma vez que é da contradição de classe que emergem as desigualdades, opressões e explorações que marcam a vida das mulheres trabalhadoras. Além disso, a verdadeira emancipação das mulheres só pode ser alcançada com a ruptura com o modo de produção capitalista [...] Portanto, não se pode analisar gênero isoladamente das determinações econômico-sociais.

---

<sup>36</sup> - Organização das Nações Unidas – ONU. Relatório: A Armadilha do Gênero – Mulheres, violência e pobreza.

Assim, só é possível discutir cultura e construção de novos valores aliando-se as categorias classe e gênero, pois só assim se conseguirá desobscurecer as contradições da sociedade e conquistar a liberdade e a igualdade substantivas. *Compreender a categoria gênero como uma mediação de classe é uma forma importante de se desnaturalizar as diversas opressões a que estão submetidas às mulheres.* (CISNE, 2012, p. 91).

Um *feminismo classista* pode contribuir tanto para a emancipação das mulheres, quanto para a construção e fortalecimento do movimento da classe trabalhadora e camponesa.

## **5.2 As Mulheres entre o Espaço Privado e o Espaço Público**

A condição da mulher nas sociedades de classes tem sido vista por numerosos estudiosos como o resultado da injunção de fatores de duas ordens diversas: de ordem natural e de ordem social. (SAFFIOTI, 2013).

A compreensão das ações das mulheres no espaço público perpassa pela compreensão da organização do domínio privado, onde é realizado o trabalho doméstico, entendido aqui não apenas como a realização das tarefas domésticas e de manutenção da família, mas também como o estabelecimento e a manutenção de redes de relações familiares e de vizinhança com a possibilidade de aquisição de bens e serviço. Todo esse processo desenvolvido pela maioria das mulheres é o que assegura a maioria das tarefas de reprodução social da família.

No caso das mulheres camponesas, o trabalho doméstico assume um papel central na vida delas, já que diferentemente das mulheres urbanas, possuem menos possibilidades de trabalharem fora de casa e são responsáveis pela manutenção da casa e seu entorno (quintal, horta, pequenos animais etc.), além do cuidado com os filhos e o marido.

Trabalhamos a análise da luta das mulheres camponesas por moradia no Movimento Camponês Popular – MCP a partir da análise do espaço público e do espaço privado, já que, as mulheres camponesas organizadas no MCP tiveram que sair de suas casas, em diversos momentos, para participar de reuniões, encontros, mobilizações, lutas, ocupações etc. Descrevemos melhor essa luta, essa ação das mulheres camponesas no MCP pela conquista da Moradia Camponesa em outro capítulo, aqui trataremos brevemente de sua *chegada* ao Movimento.

Essas mulheres saíram de *suas casas* para lutar por uma *Moradia Camponesa*. Parece um paradoxo, mas não é. Quando as mulheres saem de suas casas precárias, inacabadas, sem condições de higiene adequada, elas buscam uma moradia digna, saudável,

bonita, onde possam ter segurança e conforto para receber sua família e receber seus amigos sem nenhum constrangimento.

Para conhecer o Movimento a mulher sai de casa para participar das reuniões e encontros. Ela, o marido e os demais vão compreender como o Movimento funciona e como ter acesso às políticas públicas que já foram conquistadas, mas que ainda são extremamente burocráticas, por isso seu acesso exige luta e organização.

Conhecendo o Movimento, as famílias camponesas podem aderir ou não a ele. Na maioria das vezes, elas resolvem aderir, conhecer melhor, *arriscar* a luta. Assim, a família começa a participar de outras reuniões, encontros, mobilizações, tanto em Goiânia, como em Brasília, ocupações de bancos para destravar o processo, podendo fazer, inclusive, outras reivindicações, como água, luz, renda, assistência técnica.

Como é a mulher a mais interessada na Moradia, geralmente é ela quem participa mais ativamente do Movimento, nos mais diferentes momentos. Inclusive, são elas que, na maioria dos casos, assumem a liderança das instâncias do MCP. Nos relatos<sup>37</sup>, percebe-se bem essa questão.

[...] Eu faço parte do Movimento MCP. Eu fiz e muito, porque rino ou chorano, eu acompanhei porque eu tava doidinha pra pegá a casa. Foi das primeira casa que eu peguei. Ninguém nem tava acreditano que saía nada, porque não tinha uma pra provar, né? Nois ia lá nas reunião, eu tava ino participano, depois, em antes de eu firmá que nós ia fazê as casa, nós começô a tecelagem de um grupo de mulheres [...]. Eu comecei a participá do Movimento por causa da casa, quem mais participava mais era eu, e depois que eu tava baqueano o Joaquim passou a í tamém. Na parte pra fazê a casa ele assumiu mais [...]. (Maria Alexandrina Marques Neves, Vianópolis/GO).

Depois que comecei a participá acho que mudô a moradia, a vida em casa, o dinheirinho que nós consegue, a mulher mesmo, ganhá, mudô tamém porque a gente acha bão participá das coisa, a gente vai pegando liderança e se deixá toda vez sai.

Toda vida lá em casa era eu mais que saía, não achava difícil não, assim quando começô mesmo, quase todo mundo da minha família, eu tinha medo deles perdê a moradia, eu ia. Igual o pai mais a mãe mesmo, via aquela fechação de Caixa, eles achava perigoso demais, sabe. No começo, eles mesmo tinha desistido, eu e o Misael que guentô a luta até o final.

Depois eu arrumei uma gravidez surpresa, aí a mãe continuô e eu afastei um pouco. (Ivanda Aparecida Marques de Sousa, Vianópolis/GO).

Quando eu comecei a participá do Movimento, mudou muito, porque naquele tempo eu ficava só trancada dentro de casa, eu fiava, eu tecia, eu fazia farinha, sabão, mas era lá dentro de casa. Quase que nem na casa dos meus filho eu não ia, não tinha conhecimento quase que nenhum com o povo. Se você ir lá vê minha tapera, ocêis vai ver que sofrimento que eu

---

<sup>37</sup> - Entrevistas realizadas pela autora em dezembro de 2014.

tava vivo.

Menina, quando eu passei a conhecê a nova pessoa, os novo amigo, os novo lugar, porque, pra você vê, Goiânia, Brasília pra mim quando falava era bicho de sete cabeça. Primeiro dia que eu fui num encontro do 8 de março, que eu fui, quando eu cheguei lá, menina que nós foi para a Assembléia Legislativa, lá eu chorei, eu, sozinha, longe da minha família, gente estranha, eu olhava na cara de todo mundo e ninguém era do meu povo. Aí eu pensei: não, se Deus me mostrô esse caminho e é aqui que eu vou ganhá uma casinha pra mim, eu tenho que tê paciência, mas agora, graças a Deus, a amizade que a gente tem com todo mundo, como diz, a gente já conheceu até a presidenta Dilma, né? (risos). (Ana Maria das Graças Lopes, Orizona/GO).

Na caminhada, na luta, as mulheres vão mudando a dinâmica de suas vidas, incorporando outros valores, outras ações no seu dia-a-dia, o que vai despertar nelas novas possibilidades; pouco a pouco elas vão saindo do espaço privado e fazendo parte de um espaço público que é a *vida* do Movimento. Esse processo foi bem explicado em outro capítulo, aqui, destacaremos a compreensão teórica do que são esses espaços privados e públicos. Como Safioti (2013) já tinha afirmado, a hegemonia do capital internacional confina a mulher nos padrões domésticos e a coloca em uma dupla desvantagem: no “plano ‘superestrutural’, uma subvalorização das capacidades femininas; e no estrutural, uma inserção periférica ou marginal no sistema de produção”. (2013, p. 13 - 14).

Outra importante autora que discorre sobre as esferas pública e privada é a filósofa política Hannah Arendt em seu livro “A Condição Humana”. Para a autora, desde o surgimento da antiga cidade-Estado houve uma clara distinção entre a vida privada e a pública e o surgimento de um novo fenômeno, que era a esfera social, que não era nem privada nem pública, mas que encontrou sua forma política no Estado nacional. (ARENDRT, 2007, p.35-37).

Mas, a teoria política de Arendt é duramente criticada pelas feministas por considerar o espaço privado menos importante que o público e, assim, ignorar assuntos relevantes para a vida das mulheres que nele ocorrem, como a violência doméstica, o estupro marital e a divisão sexual do trabalho. Apesar disso, a autora deixa claro que a ação política é uma ação pública, ou seja, os resultados políticos vêm da ação no espaço público. Esse fato, em nosso entendimento, é inegável, mas, de forma alguma, pode se desprezar a relevância do espaço privado. Para a busca do equilíbrio entre espaço público e privado, as obras das autoras Susan Okin (2008) e Carole Pateman (1993) são fundamentais.

Quando Arendt analisa o surgimento da cidade-Estado e, nela, de um cidadão que vive, portanto, age, ao mesmo tempo, no espaço privado e no espaço público, ela compreende que a capacidade humana de organização e associação política, no espaço público, é

diretamente oposta à organização natural, cujo centro são a casa e a família, espaço da satisfação das necessidades e carências do gênero masculino, totalmente hierárquicos e regidos pela força e pela violência. E a compreensão da diferença entre público e privado<sup>38</sup> é essencial, mas é difícil porque a linha de divisão não é bem determinada. Nas palavras de Arendt (2007, p. 37):

A distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado; mas a ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional.

O que nos interessa nesse contexto é a extraordinária dificuldade que, devido a esse fato novo, experimentamos em compreender a divisão decisiva entre as esferas pública e privada, entre a esfera da polis e a esfera da família, e finalmente entre as atividades pertinentes a um mundo comum e aquelas pertinentes à manutenção da vida [...]. Em nosso entendimento, a linha divisória é inteiramente difusa, porque vemos o corpo de povos e comunidades políticas como uma família cujos negócios diários devem ser atendidos por uma administração doméstica nacional e gigantesca.

Para a autora, existia uma comunidade natural do lar, que foi construída a partir da necessidade, sendo que o trabalho do homem para a manutenção da família, assim como “o labor da mulher no parto eram sujeitas a mesma premência da vida”. Assim, a esfera privada era definida como a esfera da necessidade, ao contrário da esfera pública, que era a esfera da “liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na polis”. (ARENDR, 2007, p.40).

Sobre a diferença experimentada pelo homem/gênero masculino no espaço público, ou na *polis*, como espaço de liberdade e na família, como lugar da satisfação das necessidades e do exercício da violência, Hannah Arendt (2007, p. 47), afirma que:

A polis diferenciava-se da família pelo fato de somente conhecer “iguais”, ao passo que a família era o centro da mais severa desigualdade. Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando do outro e também não comandar. Não significava domínio, como também não significava submissão. Assim, dentro da esfera da família, a liberdade não existia, pois o chefe de família, seu dominante, só era considerado livre na medida em que tinha faculdade de deixar o lar e ingressar na esfera política, onde todos eram “iguais”.

Numa cidade-Estado a vida/ação política, pública, era diferente de vida/ação social, desta as mulheres não estavam totalmente excluídas. Mas, para Arendt, *no mundo*

---

<sup>38</sup> - Polis e família, umas atividades pertinentes a um mundo comum e outras à manutenção da vida.

*moderno, as esferas social e política diferem muito menos entre si*, por isso a necessidade que os antigos tinham de transitar da esfera privada para a esfera pública se finda após a Idade Média (2007, p. 48). Uma vez que pode passar a ocorrer a transição social e uma maior, “satisfação” na esfera pública, os homens empoderam-se ainda mais no particular.

Hannah Arendt reconhece dois sentidos interdependentes para a esfera pública. O primeiro, dada a sua importância para a percepção da realidade, por oposição, cria o privado e o segundo é a ampliação dele e a determinação, nele, do privado. Em suas palavras:

O termo público denota dois fenômenos intimamente correlatos, mas não perfeitamente idênticos.

Significa, em primeiro lugar, que tudo o que vêem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível [...].

Uma vez que a nossa percepção da realidade depende totalmente da aparência, e, portanto, da existência de uma esfera pública na qual as coisas possam emergir da treva da existência resguardada, até mesmo a meia luz que ilumina nossa vida privada e íntima deriva, em última análise, da luz muito mais intensa da esfera pública. No entanto, há muitas coisas que não podem suportar a luz implacável e crua da constante presença de outros no mundo público; neste, só é tolerado o que é tido como relevante, digno de ser visto e ouvido, de sorte que o irrelevante se torna automaticamente assunto privado. [...].

Em segundo lugar, o termo “público”, significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. Este mundo, contudo, não é idêntica a terra ou à natureza como espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida humana [...]. (2007, p. 61-62).

No espaço privado, isoladas do espaço público, as pessoas ficam *privadas de ver e ouvir os outros e privados de serem vistos* e ouvidos por eles. Assim, o espaço privado significa “privação”, até da própria qualidade de “humano” porque o humano se faz no convívio com o outro. Para Arendt (2007, p. 67-68):

Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação “objetiva” com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privatividade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e, portanto é como se não existisse. O que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros.

A mulher restrita ao lar é privada de ações essenciais da vida em comum, da ação política, e esse fato é justificado pela moralidade cristã imposta até os dias atuais. Nesse sentido, Arendt (2007, p. 69) coloca que:

A moralidade cristã, em contraposição a seus preceitos religiosos e fundamentais, sempre insistiu em que cada um deve cuidar de seus afazeres

e que a responsabilidade política constitui, em primeiro lugar, um ônus aceito exclusivamente em prol do bem-estar e da salvação daqueles que ela liberta da preocupação com os negócios públicos.

Pode-se dizer que está clara a ideia de que a mulher é mais “fraca” que o homem, por isso não deve aceitar o ônus da vida pública, ela está livre desse peso.

Mas, o desenvolvimento da sociedade, consegue alterar um pouco os significados e a importância, para a vida do indivíduo, do público e do privado. O privado se torna a intimidade do coração que, diferentemente da intimidade do lar, não tem lugar objetivo, por isso a mulher passou a sofrer ainda mais privações. Para Arendt (2007, p. 67), a modernização da sociedade em quase nada mudou a relação e os conceitos de público e privado, nem chegou a transformá-lhes a natureza.

Para Susan Okin, uma filósofa política feminista americana, “ha duas ambiguidades principais envolvidas na maioria das discussões sobre o público e o privado” (2008, p. 306). Segundo a autora os termos são usados tanto para distinguir Estado e sociedade, quanto a vida doméstica da vida não doméstica. No primeiro caso, o Estado é o âmbito do público e a sociedade, do privado, no entanto, no segundo caso a sociedade, a vida não doméstica, está no âmbito do público. Segundo Okin (2008, p. 307):

Uma rara exceção à desatenção geral ao fato de que a dicotomia “público/privado” tem mais de um sentido pode ser encontrada na discussão feita por Weinstein. Ele faz uma analogia útil entre publicidade e privacidade e as camadas de uma cebola; assim como uma camada que está do lado de fora de outra camada estará também dentro de uma outra, algo que é público em relação a uma esfera da vida pode ser privado em relação a uma outra. Se Weinstein está correto ao apontar que a distinção tem, portanto, uma multiplicidade de significados, ao invés de simplesmente um significado dual, os significados ligados às dicotomias Estado/sociedade e não-doméstico/doméstico são justamente aqueles utilizados com mais frequência na teoria política, onde ambos têm papéis centrais.

Como aponta Okin (2008, p. 307), a prevalência de um único sentido que, na verdade, é dual, para o espaço público e para o espaço privado é resultado direto das práticas e das teorias patriarcais, o que traz enormes consequências cotidianas, especialmente para as mulheres. A divisão sexual do trabalho é uma dessas consequências, já que os homens são vistos como responsáveis pela vida econômica e política e as mulheres responsáveis pela vida doméstica e pela reprodução, ou seja, pelo espaço privado. Assim, as mulheres são “naturalmente” inadequadas ao espaço público e subordinadas à família, inclusive para muitos pensadores modernos.

Esses teóricos [Locke, Rousseau e Hegel] elaboram argumentos explícitos sobre a família, e alguns relacionados à natureza da mulher. Por contraste, a maioria dos teóricos políticos contemporâneos continua a mesma tradição

das “esferas separadas” ao ignorarem a família, e em particular a divisão do trabalho que nela se dá as formas de dependência econômica a ela relacionadas e a estrutura de poder. (OKIN, 2008, p. 308).

Portanto, faz parte da luta das mulheres por seus direitos o fim da separação entre público e privado que, em última instância, reflete a subordinação das mulheres pelos homens.

Como os direitos políticos e os direitos ao privado e à privacidade são do indivíduo adulto e masculino, eles têm seus direitos livres de interferência do Estado, dos vizinhos ou de outros setores da sociedade, e têm o direito de exercer o controle sobre outros membros da família que não possuem seus direitos à privacidade respeitados (mulher, criança), já que são legitimamente controlados pelo chefe da família (homem, adulto). (Okin, 2008, p. 307). De fato, as mulheres não têm a *possibilidade de encontrar essa privacidade na esfera doméstica, em uma sociedade estruturada pelo gênero*. (Okin, 2008, p.324).

Na questão teórica a autora irá trazer o tema *da falsa neutralidade de gênero* (Okin, 2008, p.309). Termos masculinos se referindo, de fato, aos homens (seres masculinos), mas que mais tarde, foram interpretados como termos que dizem respeito a homens e mulheres, quando, verdadeiramente, não dizem. A seguir a afirmação da autora sobre essa situação:

Esses argumentos têm sido lidos, frequentemente, como se eles dissessem respeito a todos nós, mas interpretações feministas dos últimos quinze anos ou mais têm revelado a falsidade desse suposto “adicione as mulheres e misture”.

[...] Termos neutros, se usados sem atenção de fato às questões de gênero, frequentemente obscurecem o fato de que grande parte da experiência real das “pessoas”, enquanto elas viverem em sociedades estruturadas por relações de gênero, de fato depende de qual é seu sexo. (Okin, 2008, p.309).

Assim, uma pesquisa sobre gênero precisa levar em conta, sobretudo, as desigualdades de poder existentes entre os sexos, pois, caso contrário, não conseguirá perceber os diferentes papéis desenvolvidos pelo homem e pela mulher. Nesse sentido, o público e o privado não são domínios separados um do outro, já que as desigualdades entre os homens e as mulheres no mundo do trabalho e da política estão inter-relacionadas às desigualdades no interior da família, ou seja, as desigualdades do público se reproduzem no privado e vice-versa. Nas palavras de Okin (2008, p. 314-315):

[...] Uma vez que a relevância de gênero tenha sido compreendida, nem o domínio doméstico nem o público, em termos de suas estruturas práticas, suposições e expectativas, divisão do trabalho e distribuição de poder, podem ser discutidas de forma compreensível sem uma referência constante ao outro [...].

[...] Por estarem muito conscientes de que a organização atual da sociedade contemporânea é profundamente afetada pela percepção predominante da vida social como sendo divididas em duas esferas separadas e distintas, as feministas têm argumentado de maneira muito convincente que boa parte desse pensamento conduz a equívocos – e ele opera no sentido de reificar e, assim, legitimar a estrutura de gênero na sociedade, e de proteger uma esfera significativa da vida humana (e especialmente da vida das mulheres) do exame atento ao qual o político é submetido.

A autora continua sua reflexão afirmando que *a distinção liberal existente entre público e doméstico é ideológica* (OKIN, 2008, p.315), pois naturaliza os papéis de homens e de mulheres na sociedade, ou seja, as tarefas domésticas e a criação dos filhos são papéis naturais da mulher. Nega-se assim o fato de que esse papel da mulher foi socialmente construído e, portanto, é de grande “relevância política” (OKIN, 2008, p.315).

A separação criada pela teoria liberal entre o espaço público e o espaço privado afirma as desigualdades no espaço doméstico, pois “teoricamente” os indivíduos no espaço público são tratados como iguais, embora, na realidade, não sejam, e no espaço privado a desigualdade, sendo privada, não é da “conta dos outros”.

Nesse sentido, o debate sobre gênero passa pela inter-relação entre patriarcado e capitalismo no âmbito da produção e da reprodução da vida, pois tanto a família quanto a propriedade dos meios de produção e as desigualdades de classe são a base do desenvolvimento da estrutura social que mantêm as mulheres como seres desvalorizados e subordinados na sociedade. Segundo Okin (2008, p. 317):

A partir do momento em que admitimos a ideia de que diferenças significantes entre mulheres e homens são criadas pela divisão do trabalho existente na família, nós começamos a perceber a profundidade e a amplitude da construção social do gênero.

Assim, a divisão sexual do trabalho, justificada por fatos *naturais*, justifica a diferença da importância dos papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade. Os homens realizam as tarefas valorizadas, ligadas ao espaço público, e as mulheres estão diretamente ligadas às tarefas domésticas, invisíveis, do espaço privado. No caso das mulheres camponesas, a divisão sexual do trabalho é óbvia. Na maioria dos casos, todo o trabalho doméstico, cuidado com os filhos e idosos é de sua responsabilidade, mas além dessa *obrigação*, a mulher, precisa ainda, *ajudar* o marido nos seus afazeres, seja com os animais, com a roça ou outros trabalhos. No entanto, o homem, não divide com a mulher as tarefas domésticas, apenas ela é a responsável por tais atividades.

Para Tedeschi (2010, p. 7), a compreensão de que o trabalho está vinculado à distinção de papéis e da divisão sexual de tarefas da família nucleada é necessária na análise social.

A mulher é responsável pela vida doméstica, poupando os homens dos problemas presentes no cotidiano familiar. E o homem, com a vida voltada para o mundo público, deve proteger a mulher dos “complicados” problemas do mundo fora de casa, dos bancos, do empréstimo para a lavoura, da cooperativa, para que ela possa ter melhor desempenho em seu trabalho no lar.

Essa é a realidade em que vivem as mulheres. Para Pateman (1993, p.16), é resultado do contrato social<sup>39</sup>, que possui embutido em si o contrato sexual, que é silenciado, já que *a dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original*.

Dessa forma, o contrato sexual exercido não diz respeito à esfera privada, e, sim, à esfera pública. De acordo com Pateman (1993, p. 29):

O contrato sexual, deve-se enfatizar, não está associado à esfera privada. O patriarcado não é puramente familiar ou está localizado na esfera privada. O contrato original cria a sociedade civil patriarcal em sua totalidade. Os homens passam de um lado para outro, entre a esfera privada e a pública, e o mandato da lei do direito sexual masculino rege os dois domínios. A sociedade civil é bifurcada, mas a unidade da ordem social é mantida, em grande parte através da estrutura das relações patriarcais.

Para a autora o casamento é uma forma de contrato sexual, segundo o qual o homem tem a posse da mulher, que fica subordinada ao marido, assim como o trabalhador é subordinado ao patrão. Os dois contratos são contratos de exploração e de domínio de um por outro, ou seja, do patrão sobre o empregado e do homem sobre a mulher. Ainda para Pateman (1993, p. 167):

Afirmar que o contrato social e o contrato sexual – o contrato original – criam duas esferas pode ser extremamente enganador na medida em que tal formulação sugere que o direito patriarcal governa apenas o casamento ou a vida privada. Nas narrativas clássicas, o contrato sexual é deslocado para o contrato do casamento, mas isso não significa que a lei do direito sexual masculino esteja restrita às relações conjugais. O casamento é extremamente importante, particularmente porque a esfera privada é constituída pelo casamento, mas o poder natural dos homens como “indivíduos” abarca todos os aspectos da vida civil. A sociedade civil (como um todo) é patriarcal. As

<sup>39</sup> O contrato original é um pacto sexual-social, mas a história do contrato sexual tem sido sufocada. As versões tradicionais da teoria do contrato social não examinam toda a história e os teóricos contemporâneos do contrato não dão nenhuma indicação de que metade do acordo está faltando. A história do contrato sexual também trata da gênese do direito político e explica por que o exercício desse direito é legitimado; porém, essa história trata o direito político enquanto direito patriarcal ou instância só sexual – o poder que os homens exercem sobre as mulheres. A metade perdida da história conta como uma forma caracteristicamente moderna de patriarcado se estabelece. A nova sociedade civil criada através do contrato original é uma ordem social patriarcal. (PATEMAN, 1993, p. 15-16).

mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública; de fato, o direito patriarcal dos homens é o principal suporte estrutural unindo as duas esferas em um todo social.

Assim, o fato da mulher conseguir sair do espaço privado e estar presente no espaço público, mesmo sendo uma importante conquista, no sentido de que lhe abre novos horizontes, não significa necessariamente que ela deixa de estar submissa ao homem, ao marido. Ou ainda, como destaca a autora, *a esfera civil ganha seu significado universal em contraposição à esfera privada da sujeição natural e das aptidões femininas*. (1993, p. 168). A liberdade e a igualdade civil dos indivíduos somente existem a partir da *sujeição natural* das mulheres aos homens na esfera privada. Desta forma, Pateman (1993, p. 170) afirma que:

Quando uma mulher se torna uma “esposa”, seu marido ganha o direito de acesso sexual a seu corpo (já chamados de “direitos conjugais” na linguagem legal) e a seu trabalho como dona-de-casa. [...] As relações conjugais fazem parte de uma divisão sexual do trabalho e de uma estrutura de subordinação que se estende do lar privado a arena pública do mercado capitalista.

Essa situação de mulheres serem vistas como submissas ao marido e de, por isso, não se conceberem enquanto indivíduos civis ainda é tão forte que muitas são conhecidas pelo nome dos maridos. Esta marca da sujeição é muito comum entre as camponesas, mas também entre as mulheres urbanas. As mulheres quase sempre são apresentadas a desconhecidos como “mulher do fulano” ou “filha do beltrano”.

E no próprio Movimento, muitas vezes a opção de participar é da mulher e ela precisa enfrentar muitas questões para estar presente nas atividades, encontros e lutas. A mulher vai construindo essa compreensão na família para que ela possa sair, participar e quando ela não consegue superar, ela enfrenta, e continua no Movimento, ou ela desiste e sai do Movimento. No entanto, acontece do homem participar do Movimento e sem construir essa compreensão obrigar a mulher a participar, como relata a camponesa Geni Maria Vieira do municípios de Vianópolis (GO):

Nos dois primeiro ano, ele ia e eu ficava e eu, fazia de tudo aqui. Ele fazia eu participá de tudo, mais eu ficava contrariada. Ele fazia eu í; eu fazia de alegre (risos). Tinha dia que o povo chegava aí, eu tava com tudo arrumado, era biscoito, era tudo, mas tinha hora, que eu chegava chorar sentada na porta. Mais ele falava, Geni vamo, isso é uma coisa boa pra nós, eu quero que ocê me faça, né. Eu obedecia ele e agradeço por ele ter me obrigado. Eu participei de luta, foi muitas veis. Em Goiânia eu fui umas quatro veis e um único lugar que eu nunca fui, foi em Brasília, mas eu tenho vontade de ir. Aí quando eu tomei gosto, aí já tava na época de nós pará e deixar pros outros. Menina, mas eu acho, que nem o Movimento nunca notô que eu era contrariada... Eu chegava chorá e ele ficava, vamo arrumá isso, aquilo, mas era porque eu não compreendia, sabe?

Eu acho que para a mulher participar do movimento, quando os dois entende é igual. Ele punha eu pra lê a cartilha do MCP, aí eu lia, mesmo sem compreender direito.

Quando eu comecei a participar mudou tudo aqui. Mudou que a gente sai pra participá, a gente conhece as pessoa, tem mais amizade, tem muita coisa que a gente vê.

A participação da mulher nos espaços de debate, discussão, formação é fundamental, pois são esses momentos que vão lhe permitir a compreensão de sua realidade e através da organização e da luta ter perspectivas de mudança dessa realidade, tanto de opressão, quanto social. Dessa forma, percebe-se que as esferas pública e privada são, ao mesmo tempo, separáveis, pois refletem a ordem “natural” da divisão sexual, e inseparáveis, pois não é possível compreender uma isolada da outra. (Pateman, 1993, p. 196). Essa realidade de submissão inviabiliza as mulheres e as deixam dependentes. Essa realidade só se transforma quando esse *hábito*, essa cultura é superada.

### 5.3 A Invisibilidade da Mulher Camponesa

Desconfiai do mais trivial, na aparência singela.  
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.  
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que  
é de hábito como coisa natural.

(Bertold Brecht)

A participação das mulheres no Movimento Camponês Popular – MCP afirmou sua inserção não apenas no espaço público, mas também no enfrentamento da questão de gênero. Suas lutas já se refletem em conquistas no acesso às políticas públicas e até mesmo no acesso à terra.

Essa situação revela que a luta camponesa exige não apenas a consciência de classe, de mulheres e homens, mas também a consciência de mulheres e homens contra as desigualdades de gênero que foram sendo naturalizadas ao longo da história. As relações desiguais de gênero reproduzem-se na organização familiar e na sociedade em geral, como, inclusive nos movimentos sociais, e, principalmente, na organização do modo de produção capitalista.

Nesse contexto, para a mulher destina-se o trabalho invisível, no ambiente doméstico, na esfera privada. Apesar desse trabalho gerar valor de uso e ser parte fundamental da reprodução da família, não é reconhecido como tal. É um trabalho necessário, mas relegado à invisibilidade, o que penaliza quem o desenvolve. Como afirma Iasi (2007, p. 140):

Não é casual que exatamente o trabalho doméstico, exercido majoritariamente pelas mulheres, tenha seu vínculo com o universo da produção capitalista obscurecido. A cisão entre o mundo econômico e

produtivo para o capital e o universo ideologizado do lar pressupõe que esse último seja um universo feminino. O homem trabalha e produz mercadorias, a mulher lhe dá o suporte para produzir. Seria assim por demais incômodo encontrar-se cruelmente diante de relações de família que reproduzem o ser humano como mercadoria e, mais do que isso, aceitar o fato de que são as mulheres, desde muito condenadas a papéis acessórios, aquelas que participam com o trabalho doméstico na produção de parte do valor da mercadoria mais importante para todo o sistema.

Talvez não seja só devido à crueldade constatada no fato de se tomar e apresentar o ser humano como mercadoria, o que significa reconhecer sua escravidão, nem para se negar algum valor à mulher não se desconhece a importância desse seu papel ainda que apenas no espaço doméstico. Talvez, seja porque do espaço doméstico podem surgir novas relações capazes de transformar o espaço público. Se patriarcalismo e capitalismo vivem em simbiose, o fim de um, pode levar ao fim do outro. Mais uma vez constata-se, assim, o quão necessário é para o sistema social a divisão entre espaço privado e espaço público na qual, o espaço privado acaba funcionando como uma prisão original, primeira, em que se formam homens e mulheres conformados e adequados à perpetuação do sistema capitalista. O espaço público torna-se o lugar da liberdade, mas de uma liberdade vigiada, sempre provisória e condicionada a um “bom comportamento”.

Segundo Tedeschi, no caso das mulheres camponesas há uma reafirmação cotidiana da tradicional divisão sexual do trabalho, “delegando a mulher papéis culturais específicos: servir, cuidar e nutrir” (2010, p. 9). Essa reafirmação cotidiana de quanto mais importante é o homem que a mulher, leva as mulheres camponesas a considerarem a figura do pai, como principal representação em suas histórias de vida. Reconstrói-se assim a representação do *pai herói* e da *mãe colo* – colo em que se choram as amarguras e derrotas da vida, para com elas se conformar. Para Tedeschi (2010, p. 9):

A figura do pai como representação principal na história das mulheres camponesas reflete a cultura que secularmente elegeu o masculino como responsável pelo exercício das atividades desenvolvidas “fora do espaço da casa”, uma vez que o âmbito de trabalho “da casa” é o “lugar da mulher”. No geral, essa prática existe, mesmo quando a participação da mulher no mundo do trabalho é cada vez mais crescente, porém invisibilizada por essas representações.

O pior de tudo é que essa invisibilidade da mulher contribui também para a maior exploração de seu trabalho. Mais uma vez constata-se a inter-relação entre público e privado e entre gênero e classe.

A força de trabalho da mulher camponesa é reconhecida como complemento do trabalho do homem (marido), não como geradora de renda, por mais que tenha importante papel na manutenção econômica da família. O “patriarcado dá à mulher um tipo de poder que não gera visibilidade e status social, mantendo-a ligada ao espaço doméstico” (TEDESCHI, 2010, p.11). O autor continua sua análise da função social da mulher na família e do poder consentido a ela no espaço privado pelo patriarcado:

A “naturalização” do privado, do doméstico, limitou a mulher ao lar, mas lhe outorgou uma nova forma de poder, não sobre o espaço público, mas sobre o privado. O significado da maternidade, conferido pelo discurso moral católico, apesar de ser simbólico, não foi menos opressivo, elevando a mulher à condição de “rainha do lar” e atribuindo-lhe funções, sejam elas fisiológicas ou familiares, transformando o espaço doméstico num local de controle do discurso masculino (medicina, psiquiatria, pedagogia, religião). (TEDESCHI, 2010, p.11).

Assim, muitas vezes para participar do Movimento, as mulheres assumem mais uma jornada, pois precisam deixar tudo organizado para saírem, já que habitualmente são os homens quem saem e elas sempre ficam para cuidar de tudo. Quando são elas quem saem, os homens continuam cuidando apenas “da sua parte”. Rosângela Aparecida Lopes Machado, moradora da fazenda Santana no município de Orizona, casada, mãe de dois filhos e participante do movimento há 3 anos, relata seu papel na casa, na família e os desafios para participar do Movimento:

[...] Pra mulher participá do Movimento depende das coisas em casa, né? As veis é mais fácil, muitas veis é mais difícil tamém, né, porque a mulher acaba ficano e cuidano muito da casa e em volta e o marido é que mais sai pra resolvê as coisa, aí fica difícil, né. Aí quando a gente sai, fica as coisa sem fazê, eles fica, assim, meio perdido, tem que ficá ligano pra sabê onde ta isso, como é que é aquilo; mas, quando ele sai, eu já tô costumada em arrumá tudo, né?

Pra participá do Movimento, das reunião, encontro, luta, tem hora que é difícil, porque tem hora que a gente tem muita coisa, tem hora que tem produção de polvilho, daí tem hora que aperta pra gente saí e largá as coisa pra trás, ou nas luta, a gente deixava de fazê e ia pelejando até conseguir as coisas, porque no começo foi muita luta.

Quando a gente vai saí, a gente tem que prepará tudo antes. Prepará a comida das criação, prepará os biscoitos, as roupas mais ou menos no jeito [...].

O espaço privado, o qual também se qualifica aqui como espaço doméstico, é concebido nos limites da casa, onde a mulher cumpre no dia-a-dia as tarefas e deveres que lhe foram designados socialmente. Este espaço fechado e vigiado foi construído a partir do “consentimento” feminino conseguido por meio da ideia de papéis *naturais* desempenhados

por homem e mulher: o do homem no âmbito da produção e o da mulher no âmbito da conservação e reprodução da vida, o que lhe dá “dignidade” por estar servindo ao bem comum ao servir à perpetuação da espécie humana, embora no espaço da casa a mulher seja controlada e subordinada. Nas palavras de Tedeschi (2010, p.12):

Mas, mesmo os afazeres da casa não são para a mulher uma “atividade” que ela possa desenvolver com autonomia. Uma das matrizes desse discurso, que invisibiliza o trabalho da mulher, reside na fundamentação filosófica que legitimou, no decorrer da história, a “natureza” do trabalho feminino. Excluída da possibilidade de estabelecer contratos e de movimentar o dinheiro do marido, as funções femininas são reduzidas apenas à criação do necessário à subsistência do núcleo familiar. A casa não será apenas o lugar onde ela desenvolve seu trabalho, mas será também o espaço moral.

Para Tedeschi (2010, p. 15-16):

Reforça-se, assim, um mundo feminino, privado, da casa, que se coloca como oposto ao mundo público, da rua, tornando-se a vida social um mundo exclusivamente masculino. [...]

Desta forma, o discurso da “natureza” feminina, os mitos da maternidade, bem como da mulher educadora, o discurso heroico do amor materno vão trabalhar eficazmente na produção de um imaginário social que garantirá à mulher camponesa a permanência no espaço do lar, definindo-a como um “ser para os outros”.

Plenamente aceita, reconhecida e adaptada a ideia do espaço privado, ou da casa, como espaço de subordinação da mulher pelo homem, principalmente e mais visível no caso das mulheres camponesas que ao longo da história aceitaram e internalizaram em seu inconsciente seu *papel natural*, é de se perguntar então, por que as mulheres camponesas se organizam no Movimento Camponês Popular – MCP e vão para o espaço público lutar por uma moradia, uma casa com melhores condições? Seria pelo fato da mulher se sentir responsável pelo espaço da casa? Seria uma forma de se libertar da vida restrita ao espaço privado? Ou seria resultado da conscientização de que são as forças sociais que definem os papéis dos indivíduos na sociedade?

Para Maria Alexandrina Marques Neves, casada, seis filhos, moradora da comunidade Santa Rita no município de Vianópolis, a mulher possui um papel importante na conquista da casa e para tanto é necessário que passe a se valorizar e acreditar em sua capacidade para ir até o final e conquistar a moradia.

[...] Ah, eu acho que tanto faz tanto o home como a muié, né? Mais se a muié interessá mesmo, ela deve de í porque a muié faz mais parte da casa, o home quase não para em casa não. Eu achava difícil participá no começo. Tinha dia que eu ficava sismada, eu achava que a minha possibilidade não dava pra quilo, eu pensava que isso ia ocupá muita sabedoria, eu não vô passá não, não vô dá conta não, eu falava que não dava conta e minhas

companheira falava: dá, uai, nois é tudo igual. Eu pensei assim: agora eu vô, umas animano as outra, eu pensava assim, nois não é muito diferente uma das outra não. Eu pensava assim, conforme uma assinatura que a gente desse, conforme o jeito que a gente falasse, eu pensava que a gente não passava, não ganhava a casa, não tinha alcance porque a sabedoria minha era pouca. Eu pensava assim.

Agora eu acho muito diferente, isso aí é uma coisa das pessoa fraca mesmo, é um direito que a gente têm. É bom demais as reunião por causa disso, né, porque a gente não sabia dos direito que a gente tinha e aí pelas explicação, pelos papel que a gente lia a gente ia veno os direitos que as pessoas tem e as muié tamém, você vê que a gente ficô mais elogiada tamém. Eu acho que elas tamém tem poder um pouquinho [...].

Seria a saída das mulheres camponesas do espaço privado, para participar das reuniões, mobilizações, encontros do MCP, mais uma forma de se *doar* à família, de enxergar o espaço da casa como de sua responsabilidade, ou seria uma forma de vislumbrar o espaço público e o início de um rompimento para com seu *papel natural*? Partindo do fato de que as desigualdades de gênero resultam de um *contexto de poder* e também das *identidades e papéis sociais do mundo camponês* (TEDESCHI, 2010, p.20), pode-se afirmar que o espaço social da mulher que faz parte do MCP, presente em reuniões, encontros e mobilizações fora do espaço privado, não é mais apenas a família, mas também o espaço da organização social, da luta camponesa em que elas também se realizam pessoal e coletivamente.

“As dimensões sociais e culturais que envolvem as mulheres camponesas na atualidade são árvores que brotam de raízes seculares” (TEDESCHI, 2010, p.22). Mas, que a partir da organização das mulheres em um movimento social como o MCP podem ser desconstruídas ou, ao menos, lhes dá a possibilidade de assumir “seu próprio cotidiano e suas histórias pessoais e de colocarem em primeiro plano seus interesses individuais, sem ajustar-se às identidades construídas pelas representações sociais”, ou seja, para que elas possam lutar, mesmo que seja pelo espaço da casa, elas precisam participar do espaço público e se reconhecer nele.

As mulheres camponesas, embora enfraquecidas por uma situação de dependência, são as principais agentes da manutenção da vida na comunidade rural. Existe uma realidade evidente que ninguém contesta: sim, os homens têm o poder e o dinheiro, mas as mulheres já têm o sentido das situações vividas e a capacidade de formulá-las. Já é muito mais fácil fazer as mulheres falarem das mulheres do que os homens falarem dos homens. As mulheres rurais, constituídas e definidas por sua inferioridade, procuram não inverter as relações de poder no mundo rural, mas “ultrapassá-las”, de maneira a fazer desaparecer a lógica que determina sua inferiorização. (TEDESCHI, 2010, p. 23).

A participação das mulheres no MCP, não tem por objetivo substituir a dominação masculina pela dominação feminina, e sim, busca dissolver todas as relações de dominação e exploração. Da mesma forma que essa situação é resultado de um longo processo histórico, também a sua mudança exigirá uma luta histórica de transformação das relações de classe e também de gênero. Segundo Tedeschi (2010, p.24):

[...] a aceitação pelas mulheres camponesas de determinados cânones não significa apenas vergarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, constroem um recurso que lhes permitam deslocar ou subverter a relação de dominação, como o próprio Chartier (1990) nos afirma. As fissuras à dominação masculina não assumem, via de regra, a forma de rupturas radicais, nem se expressam sempre num discurso de recusa ou rejeição. Definir os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade significa entendê-los como uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina, contra as próprias formas de dominação.

Nas palavras de Leonice Dias de Oliveira Nascimento, que é casada, tem 39 anos e 3 filhos e mora na comunidade Jurubatuba em Silvânia:

[...]Minha vida mudô muito, muito depois que eu comecei a participá do Movimento, assim, a gente sente mais liberdade, a gente conhece um novo mundo, a gente vê que a gente é capaz, que a gente tem capacidade, que a gente pode olhá pra frente, que a gente vai consegui. Eu acho muito importante tudo no Movimento principalmente a parte da gente saí, da gente conhecê pessoas diferente, da gente enxergá as possibilidades que a gente tem, que a gente ainda é capaz, da gente podê andá de cabeça erguida, andá pra frente.

Porque a gente chega um ponto que a gente só olha em volta de si, então se a gente não tivé mais conhecimento o mundo da gente fecha, muito pequeno, naquilo que a gente tá.

Na minha vida mudô muita coisa, a gente tem novas esperanças, minha família, meu marido, meus filho, ja tem uma visão diferente. Eu procuro passá sempre pra eles as coisa melhor. É claro que tudo tem a parte boa, mas tem as partes ruins, difícil, mas eu tento sempre transmiti pra eles tudo que tem de bom.

[...] O meu pensamento também mudô, porque a princípio eu não conhecia nada disso, eu não tinha esse conhecimento do Movimento, com nada, assim, a princípio eu fiquei assim até meio assustada, sabe. Mas depois eu fui conheceno, eu procurei conhecê, procurei estudá mais sobre aquilo, procurei aprofundá e eu tive bons resultados, sabe. Hoje minha mentalidade é outra a respeito do Movimento, foi muito importante o que eu já conheci até hoje.

Então, de outras coisa, mudô também, porque é igual eu falei, era como se a gente tivesse com a cabeça baixa, olhano só em volta e, como se diz, me deu oportunidade pra mim olhá pra frente, sabe, pra mim sabê que o mundo não é tão pequeno como eu imaginava, sabe. Vê que eu ainda sou capaz de fazê alguma coisa, de lutá. Hoje eu quero cada dia aprender mais, eu quero estudar, eu chegar numa capacidade melhor, que eu possa ser melhor, que eu possa aprender a cada dia e que eu possa fazer mais para as pessoas.

O fato da minha famílias apoiá ajuda; na lógica, ajuda e eu acho importante. Vale a pena participá, com certeza. Se fosse necessário eu começava tudo

denovo, eu tenho sentimento de não ter começado antes, porque se eu tivesse começado antes, eu acho que hoje eu saberia ainda mais [...].

A luta pela moradia camponesa talvez seja a forma mais significativa de reapropriação, pelas mulheres da sua vida, a partir do que poderão construir um *poder compartilhado por papéis diferentes* no campo e continuar lutando pela transformação das relações de gênero e poder no espaço do campo e da cidade. Num primeiro momento, as mulheres lutam para melhorar as moradias e as condições de vida delas e das famílias, num momento posterior, mas que pode ocorrer concomitantemente ao primeiro também lutam pela transformação do sistema social patriarcal e capitalista, na maioria das vezes, sem disso se darem conta. Assim, a casa como espaço privado da mulher, acaba se tornando um meio para a mulher se colocar no espaço público de uma nova forma, para construir não apenas uma nova casa de alvenaria, mas uma nova posição na família e na vida.

#### **5.4 A Casa, Espaço Privado, Forma de Chegar ao Espaço Público**

[...] a libertação das mulheres será obra delas próprias.  
(Simone de Beauvoir, 1997)

As mulheres protagonizam a luta de conquista da moradia camponesa, porque a casa é, do ponto de vista antropológico, um *espaço da mulher*. Os homens geralmente pensam no plantio da lavoura, nos animais de grande porte (gado), nas atividades da “porteira para fora”, ou seja, cuidam do que “traz renda” para a família. As mulheres, responsáveis pelos filhos e pela casa, dedicam-se ainda à criação dos animais de pequeno porte, ao cultivo do quintal e da horta e ao artesanato, dentre outras atividades laborais na unidade de produção camponesa. Dedicam-se a reprodução ou a garantia do consumo necessário à sobrevivência (Heredia; Garcia e Júnior, 1984). Mesmo quando adentra ao espaço do homem, a mulher é considerada apenas ajudante dele, as atividades da mulher não são reconhecidas como “trabalho”.

Michelle Perrot reconhece a divisão sexual dos espaços. Geralmente nos lugares de conteúdo público, onde se fala da política, as mulheres não têm participação, o que lhes deixa também, poucos lugares de sociabilidade própria, já que, em casa, ela é subordinada ao marido. Para Perrot (1998, p. 462), no entanto,

A casa é, com certeza, o lugar das mulheres, mas também o da família e fronteiras complexas regulamentam sua circulação e a distribuição das suas peças. [...]. A relação público/privada insinua-se nela: a sala de visitas [...] diferencia-se da sala de jantar, das refeições familiares, e mais ainda dos

quartos onde se desenvolvem a conjugalidade e intimidade. [...] a moradia doméstica e singularmente, a casa burguesa são locais de cruzamento de influências [...] e que expressam as relações variáveis do público e do privado, dos homens e das mulheres.

Assim como a casa burguesa, a moradia camponesa sendo lugar onde a relação público-privada se insinua, lugar de cruzamento de influências, pode ser o lugar onde germinam a conscientização e a luta, que vão do individual para o coletivo, contra diversas formas de desigualdades e injustiças.

A contradição entre capital e trabalho, hegemônica pelo capital, fortalece a divisão sexual do trabalho, lhe dá sentido e define a oposição masculino-feminino, ou seja, no campo, a relação casa-lavoura/pasto é que organiza o espaço do trabalho e o espaço do não trabalho por toda a vida da família. O domínio da lavoura/pasto sobre a casa é o que, objetiva e proporciona os elementos materiais da reprodução da família e também determina o modelo de autoridade doméstica, as relações de poder, que estabelecem “a forma como se articula a unidade doméstica com o universo social em que a mesma está inserida”. (Heredia, Garcia e Junior, 1984, p. 29).

Assim, pode-se afirmar que indubitavelmente as relações familiares, ainda hoje, são patriarcais<sup>40</sup>. E a pior das consequências disso é que essas relações de dominação existentes no espaço da casa são extrapoladas para a sociedade em geral, especialmente no modo de produção capitalista, devido ao alto grau de especialização entre tarefas domésticas e não domésticas, lucrativas e não lucrativas, com poder de aquisição de mercadorias ou/ e não, que este engendra. (Aguiar, 1984, p. 262).

Assim, são as mulheres quem *sentem na pele* a necessidade de uma casa com o mínimo de qualidade para poder viver e exercer suas atividades no dia a dia. Ao mesmo tempo em que a casa é um espaço privado, de reprodução da opressão, é também o espaço de reprodução da vida, de seu trabalho, do consumo familiar, ou seja, ao mesmo tempo em que a casa restringe a atuação das mulheres é também definida como um espaço de sua responsabilidade.

Dessa forma, a ausência de uma moradia com as condições adequadas para viver traz, como uma grave consequência, a falta de convivência e de relações sociais, a restrição do espaço da mulher e a consequente desorganização da família, pois a família, vivendo numa casa em condições precárias, *não pode receber outras pessoas*, sejam familiares, sejam

---

<sup>40</sup> As relações familiares são patriarcais quando a propriedade ou a posse da casa dentre outros meios de produção e subsistência estão nas mãos do pai de família ou chefe de residência. (AGUIAR, 1984, p. 260).

amigos, e desune-se, inclusive com a diminuição da permanência dos jovens no campo, o que, em última instância, compromete a reprodução camponesa.

No depoimento de Ana Maria das Graças Lopes, que é casada, 67 anos e 9 filhos:

[...] Menina, parece que anda tendo muito mais muié do que home. O home parece que tem tanta dificuldade pra saí de casa, sei lá! Pra outras coisa eles até acha fácil saí e pra esse projeto nosso é tão difícil vê um home com uma cara satisfeita, né. Meu marido falava até, mais entrava num ouvido e saá no outro. No começo meu marido ficava brabo, mas agora voltô tudo do jeito que era, agora ele é bão demais.

No começo o marido, os filho não valorizava, mais hoje o meu filho mais novo vem aqui e fala: nossa, mãe, a casa da senhora tá ficano tão bonita! Eu falo: Nenê, ocê lembra como era no começo? Oceis tudo ignorava, e hoje em dia todo mundo tá satisfeito demais. Valeu a pena.

Sabe, só deu tá aqui no meio da minha roça, porque eu morava lá, há uns cinco quilômetros, mas tocava essa roça aqui, né. Então eu saia de lá todo dia cedo; cozinhava o almoço cedo, vinha pra cá e voltava de tarde. Eu vinha de lá só mais os cachorro e garrava cedinho e voltava. Agora nois dois levanta cedo, toma o café e trabaia um pouquinho, e vem aqui e lancha, agora é uma benção. Se fosse para começar tudo dinovo, eu acho que eu começava.

As mulheres se sentem totalmente responsáveis pelo espaço da casa e de seu entorno e se lançam na vida pública para buscar melhorar sua casa e as condições de vida da família. Geni Maria Vieira diz que:

[...] Antes, minha casa não tinha nem comparação não. Era aquelas teia que tava tudo caino, ela tinha umas quatro escora, na sala, nos quarto. Não tinha nem como pensar! Não tem como comparar com antes, mesmo faltano umas coisa, não tem como, era muito ruim mesmo.

Mudô tudo, com o Movimento e com a casa. Porque não tinha como eu recebê meus amigo, as família da gente tudo, porque antes não tinha como recebê. Eu tinha muito amigo e hoje em dia como eu falei é direto. Final de semana aqui é cheinho de gente e amanhã, já começa, Graças a Deus, tô muito feliz mesmo, porque agora tem jeito deles ficá e tudo, né [...]

O engajamento das mulheres no MCP traz, além da conquista da Moradia Camponesa, uma mudança necessária no comportamento social delas, a quem, historicamente, foi negado o papel ativo nas transformações, relegando-se esses sujeitos à invisibilidade. Segundo Scott (1992, p.48),

A invisibilidade das mulheres [...] se deve à ideologia das esferas separadas, que as definiu como seres exclusivamente privados, negando assim sua capacidade de participarem da vida pública, política. Tão grande tem sido o poder da ideologia que ainda quando trabalham ou tenham uma atuação política suas atividades são definidas como extraordinárias ou anormais e, por isso, alheias ao âmbito da política autêntica ou séria. A desvalorização das atividades da mulher desvalorizou também a visão das mulheres como sujeitos históricos e como agentes de mudança.

Sua saída do invisível é possível na luta, realizada em um movimento social, por direitos fundamentais. A luta e a conquista de um direito capacitam as pessoas para outras lutas e os benefícios da melhoria das condições de vida vão se estendendo a outros grupos e lugares. Este é o caminho que muitas mulheres trilharam e continuam trilhando. E é essa caminhada que analisaremos. A partir dessa luta pela casa, que é justamente o espaço onde elas são encerradas para se concretizar sua invisibilização, as mulheres, já conhecendo a vida pública, talvez não fiquem mais apenas restritas às tarefas domésticas e a esse cotidiano. *Seus olhos* já vislumbraram outros lugares e horizontes. Será que elas continuam na vida pública/política ou se retiram novamente para sua vida restrita ao âmbito da casa e da família? Muitas se despertam e querem trilhar ainda outros horizontes, algumas retornam ao seu novo lar e assim permanecem.

O engajamento das mulheres nos movimentos políticos e sociais, como o MCP, possibilita ver que, em todas as áreas da vida, o rompimento das dicotomias, como entre individual e o coletivo, entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre campo e cidade, que envolvem as redes de relações possibilita a criação de novas relações sociais, inclusive de poder e de gênero. São construídas formas de se romper com os mecanismos de controle e de opressão colocados sobre as mulheres quando elas são restringidas ao espaço privado.

As formas de controle das mulheres vão se alterando ao longo da história. A partir do século XX, que é marcado pelo surgimento da psicanálise, pela consolidação das ciências, como a biologia e a medicina, vai se estabelecer uma nova visão de mundo e certa redução do papel da Igreja na sociedade. Dessa forma, os meios de controle, principalmente das mulheres, serão alterados, pois [...] “as mudanças na organização do poder político colocavam a necessidade de redefinir os mecanismos de controle e o próprio sentido da ordem social” (Faria, 1998). A partir deste momento a divisão das esferas pública e privada será mais clara e as mulheres, recolhidas à segunda esfera, apesar de sua entrada no mercado de trabalho ser usada para negar isso e se constituir, na verdade, em um aumento de sua exploração, agora não restrita apenas à família. Para Faria (1998, p.20):

[...] Com a vida nas cidades, a família tornou-se menor e aumentou muito a circulação de informações e das próprias pessoas. É nesse contexto que se consolida a ideia da família como lugar do afeto e da intimidade e se cristaliza a divisão entre uma esfera pública e outra privada. A primeira é considerada dos homens, da produção e da política e a segunda, como lugar adequado para as mulheres. Daí as elites extraem novos mecanismos de fragmentação e controle da sociedade.

A luta das mulheres no MCP é travada no espaço público. Ainda que o espaço público seja considerado de domínio do homem, é nele que as mulheres se fazem presentes, colocando suas reivindicações e causando efeito transformador tanto em suas vidas quanto nas de suas Comunidades. A maioria das mulheres camponesas que participam das lutas, seja em Goiânia, seja em Brasília, nunca tinha saído de suas casas para ações políticas nos espaços públicos. As lutas, encontros e outras atividades do Movimento, permitem as mulheres saírem de suas casas, muitas vezes sem o marido junto, o que até então, não lhes era permitido. Nesse sentido, coloca Faria (1998, p. 34):

Por tudo isso, construir a autonomia pessoal significa reconstruir profundamente a identidade feminina individual e coletiva. Muitas mulheres acham que serão autônomas se forem diferentes de outras mulheres, daquelas que não vão à luta, são medrosas, frágeis e dependentes. Ou seja, negando o ser mulher. Porém o caminho é outro: precisamos criticar os aspectos que queremos mudar dessa construção para a submissão e valorizar a ação coletiva das mulheres, sua rebeldia, sua resistência, seu aprendizado. E, sobretudo, precisamos reconhecer os mecanismos utilizados para a desvalorização feminina e reconstruir a visão do que é ser mulher e ser homem, reconstruir uma visão das relações e práticas sociais.

A participação das mulheres nas diferentes lutas sociais vem diminuindo a sua invisibilidade social e política, porque as tira do isolamento da vida privada e as insere no espaço público como protagonistas. Articular a Geografia aos conceitos de gênero e classe é fundamental para compreender as transformações ocorridas na vida das mulheres camponesas, sua saída do privado para o público e a *tomada* de consciência de classe a partir de sua participação, organização e luta no Movimento Camponês Popular – MCP pela moradia camponesa nos municípios de Orizona, Vianópolis e Silvânia, localizados na Mesorregião do Sul Goiano.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para que serve?

A utopia está no horizonte.

Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos.

Caminho dez passos e o horizonte se distancia dez passos mais além.

Para que serve a utopia? Serve para isso; para caminhar.

(Eduardo Galeano)

O engajamento das mulheres nos movimentos políticos e sociais, como o MCP, possibilita ver que, em todas as áreas da vida, o rompimento das dicotomias, como entre individual e coletivo, entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre campo e cidade, que envolvem as redes de relações possibilita a criação de novas relações sociais, inclusive de poder e de gênero.

As mulheres que canalizam sua luta no MCP lutam no espaço público. Apesar do espaço público ser considerado o espaço do homem, as mulheres estão se fazendo presentes neles, colocam suas reivindicações e causam um *efeito transformador* nas suas vidas e nas suas Comunidades. A maioria das mulheres camponesas que participam das lutas, seja em Goiânia, seja em Brasília, nunca saíram de casa. As lutas, encontros e outras atividades do Movimento permitem que as mulheres saiam de suas casas, muitas vezes sem o marido junto, o que, até então, não lhes era permitido.

A sua inserção nessa luta mostrará quem é essa mulher, que até então, era parte do mundo da reprodução, mas não era reconhecida no mundo da produção, mesmo que ela sustente o mundo da produção, ela era invisível. Essa luta nos mostra ainda que as relações no privado, apesar de invisibilizadas, são muito importantes, pois é a partir dessas relações, da luta por uma moradia, na luta por direitos que as mulheres constroem sua nova consciência.

As políticas públicas por si só não visibilizam as mulheres. Os elementos que visibilizam as políticas públicas são os sujeitos que lutam por ela e fazem com que se concretizem. As mulheres só se tornam sujeitos na política pública porque elas lutam para conquista-la. O nome dela só está no contrato porque ela se organizou, foi atrás, lutou para concretizar seu sonho. A conquista da moradia só foi possível porque cada pessoa, cada mulher e cada homem fez com que essa política pública se concretizasse.

Assim, quem é importante nesse processo são as pessoas que se organizaram e conquistaram sua moradia. O governo cumpre sua parte porque o povo organizado, sabendo do seu direito a moradia, se mobilizou e lutou pelo seu direito, pela sua casa.

Essa nova consciência também se visibiliza no discurso resignificado, já que as mulheres se fazem presentes, elas devem ser consideradas, valorizadas. O discurso não deve ser homogêneo, não deve ser naturalista para não negar a dimensão histórica da mulher.

A participação das mulheres nas diferentes lutas sociais vem acabando com sua invisibilidade social e política, as tira do isolamento da vida privada e as insere nos espaços do Movimento e em diversos espaços que até então lhes eram desconhecidos. É a partir da ação social coletiva que as mulheres conseguem perceber a contradição, assim como sua condição de subordinação, e ir paulatinamente modificando as relações. Conforme aumenta sua participação no espaço público, a partir da organização do Movimento, também se amplia a visão da exploração que elas sofrem enquanto mulheres e camponesas. Segundo Cisne, 2012,

[...] é necessário analisar gênero no bojo da contradição entre capital e trabalho e das forças sociais conflitantes das classes fundamentais que determinam essa contradição. Sendo a contradição o foco das desigualdades sociais, e o conflito a luta entre as classes sociais (o que determina o movimento da sociedade, ou como diria Marx: o motor da história), faz-se imprescindível relacionar a luta das mulheres como um movimento legítimo contra as desigualdades, na e com a luta da classe trabalhadora.

Nesse sentido, o ponto a unir as mulheres deve ser a identidade de classe, uma vez que é da contradição de classe que emergem as desigualdades, opressões e explorações que marcam a vida das mulheres trabalhadoras.

Além disso, a verdadeira emancipação das mulheres só pode ser alcançada com a ruptura com o modo de produção capitalista. (pg. 89-90).

A participação das mulheres no Movimento Camponês Popular – MCP as colocou não apenas no espaço público, na luta de classes, mas também no enfrentamento da questão de gênero. Suas lutas já levaram a conquistas no acesso às políticas públicas e até mesmo no acesso à terra.

Essa situação revela que a luta camponesa exige não apenas a consciência de classe, de mulheres e homens, mas também a construção da consciência de mulheres e homens contra as desigualdades de gênero que foram sendo naturalizadas ao longo da história. As relações desiguais de gênero reproduzem-se na organização familiar e nos movimentos sociais e, principalmente, na organização do modo de produção capitalista. Nesse contexto, responsabiliza-se a mulher camponesa pelo trabalho invisível. Mas, a participação das mulheres camponesas no Movimento Camponês Popular – MCP inicia um processo de tomada de consciência das mulheres.

A luta pela Moradia Camponesa é o início, é o despertar das mulheres, e a sua conquista é o sinal de que há outras lutas a serem lutadas: a luta pela igualdade e contra a

subordinação e a exploração. A mudança dessa realidade, de opressão e exploração das mulheres e do trabalho por elas exercido, só pode ocorrer com a sua saída do espaço privado para o espaço público, pois a partir do momento em que as mulheres se constituem como sujeitos sociais e coletivos e iniciam a luta contra o sistema capitalista estão também lutando contra o sistema patriarcal, machista, parte intrínseca do capitalismo.

A luta das mulheres camponesas pela conquista da moradia as permitiu ver, ouvir e falar a partir de novas perspectivas, assim como ocorreu comigo. Depois dessa caminhada não as enxergo mais da mesma forma, todas mudamos, já não somos as mesmas.

Não sou mais a mesma, depois desse processo de escuta, sobre as mulheres, suas vidas, seus sonhos, suas lutas... Essas mulheres que conheço, tantos sonhos e esperanças que fluem dentro de mim, devo ao exemplo dessas mulheres.

De toda essa caminhada construída na pesquisa, entre as leituras, o mais significativo que carregue comigo foram os diálogos, que mantive com essas sábias mulheres. Não há como não admirá-las. Elas são, de certa forma, a continuação dessa luta, dessa construção de uma nova sociedade, mais justa, mais igualitária. Que se faz pelo sonho de uma vida melhor no campo. Essas mulheres nos ensinam sobre uma geografia da vida, uma geografia que é ser e mente, semente de um novo amanhã.

Como é uma caminhada, essa pesquisa não se fecha, haverá sempre algo a acrescentar; tantos detalhes não foram percebidos, histórias que não foram contadas, muitos segredos a desvelar. A caminhada não termina aqui, há muitos caminhos a serem desvelados por novas leituras e interpretações.

## **TUA CAMINHADA AINDA NÃO TERMINOU**

Tua caminhada ainda não terminou...

A realidade te acolhe  
dizendo que pela frente  
o horizonte da vida necessita  
de tuas palavras  
e do teu silêncio.

Se amanhã sentires saudades,  
lembra-te da fantasia e  
sonha com tua próxima vitória.  
Vitória que todas as armas do mundo  
jamais conseguirão obter,  
porque é uma vitória que surge da paz  
e não do ressentimento.

É certo que irás encontrar situações  
tempestuosas novamente,  
mas haverá de ver sempre  
o lado bom da chuva que cai  
e não a faceta do raio que destrói.

Tu és jovem.  
Atender a quem te chama é belo,  
lutar por quem te rejeita  
é quase chegar a perfeição.  
A juventude precisa de sonhos  
e se nutrir de lembranças,  
assim como o leito dos rios  
precisa da água que rola  
e o coração necessita de afeto.

Não faças do amanhã  
o sinônimo de nunca,  
nem o ontem te seja o mesmo  
que nunca mais.  
Teus passos ficaram.  
Olhes para trás...  
mas vá em frente  
pois há muitos que precisam  
que chegues para poderem seguir-te.

(Charles Chaplin)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENTEJANO, P. **A Questão agrária no Brasil atual:** uma abordagem a partir da Geografia. Revista Terra Livre, n. 36, v. 1, p. 69-95, jan/jun, 2011. In: [http://www.agb.org.br/files/TL\\_N36.pdf](http://www.agb.org.br/files/TL_N36.pdf). Visitado em 20/11/2014.
- ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável:** necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997a. p. 17-26.
- ALVES-MAZOTI, A. J. & GEWANDSZNAJDER, F. O Planejamento de Pesquisas Qualitativas. In:\_\_\_ **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. 2ª. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002, p. 147-176.
- ALVES, N. C. **Geografia e gênero:** relatos de mulheres residentes em áreas de exclusão social. Caderno Prudentino de Geografia, n. 31, v. 2, p. 147-162, jul/dez, 2009. In: <http://agbpp.dominiotemporario.com/doc/CPG31B-8.pdf>. Visitado em 16/03/2014.
- AGUIAR, N. (Org.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina:** análises qualitativas. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANTUNES, C. **A grande jogada: manual construtivista de como estudar.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 101 p.
- ANDRE, I. M. **O Gênero em geografia:** introdução de um novo tema. In: Revista Finisterra, XXV, 50, Lisboa, 1990, pg. 331-348. Acessada em 09/03/2014 em [http://www.ceg.ul.pt/finisterra/números/1990-50/50\\_04.pdf](http://www.ceg.ul.pt/finisterra/números/1990-50/50_04.pdf)
- ARAÚJO, C. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. In: \_\_\_\_\_. **Crítica Marxista**, p. 63 a 69.
- ARENDT, H. **A condição humana.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:** informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- BARREIRA, C. C. M. A. **Goiás em perspectiva:** o espaço e a história. In seminário UFG desafiando o futuro. Goiânia: UFG, 2002.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1987
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- \_\_\_\_\_. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI:** possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. **O camponês no capitalismo atual.** Revista Sem Terra, Ano V nº 19, abril/junho 2003, p.16-19.

\_\_\_\_\_. **Campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social, 2012.** Disponível em: <http://www.mcpbrasil.org.br/biblioteca/agricultura-camponesa>. Acesso em 08 de maio de 2012.

\_\_\_\_\_. **A especificidade camponesa como negação da lógica capitalista, 2011.** Disponível em: <http://www.mcpbrasil.org.br/biblioteca/agricultura-camponesa>. Acesso em 08 de maio de 2012.

\_\_\_\_\_. **Na sombra da imaginação: a recampesinação do Brasil, 2010.** Disponível em: <http://www.mcpbrasil.org.br/biblioteca/agricultura-camponesa>. Acesso em 08 de maio de 2012.

\_\_\_\_\_. **A readequação do Estado aos interesses do capital.** O Crescimento da Pobreza e da Fome no Mundo, 2009. Disponível em: <http://www.mcpbrasil.org.br/biblioteca/agricultura-camponesa>. Acesso em 08 de maio de 2012.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COSTA, C. L. **A presença e ausência do debate de gênero na geografia do ensino fundamental e médio.** In: Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 76-84 ago./dez. 2011.

DUBY, G.; PERROT, M. **História das mulheres no ocidente.** A Antiguidade. Vol. 1, Edições Afrontamento, Porto, 1990.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FARIA, N (Org.). **Sexualidade e gênero: uma abordagem feminista.**

FERNANDES, B. M. **A Questão agrária no Brasil: políticas públicas, debate paradigmático e desenvolvimento territorial.** Ebook do ENANPEGE, Campinas: 2013.

FIORI, J. L. **O vôo da coruja: para reler o desenvolvimento brasileiro.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder.** In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. MICHEL FOUCAULT. Uma Trajetória Filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2ª. Edição Revista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FRASER, N. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUCHINI, C; UNBEHAUM, S. G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

GARCIA, M. F. **Geografia e desconstrução.** In: Revista Pegada, v. 6, n. 1, junho de 2005.

\_\_\_\_\_. **A luta pela terra sob o enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema.** (Tese). UNESP: Presidente Prudente, 2004.

GOHN, M. da G. **História dos movimentos sociais e lutas sociais.** A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GONÇALVES, C.W. P. **A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST.** En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005- ). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis: Vozes, 1990.

HEREDITA, B. M. A.; GARCIA, M. F. & JÚNIOR, A. R. G. O Lugar da Mulher em Unidades Domésticas Camponesas. In: AGUIAR, N. (Org.) **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas.** Petrópolis: Vozes, 1984.

HIRATA, H. & KERGOAT. D. (Tradução: Fátima Murad): **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v.37, n. 132, p.595-609, set./dez. 2007.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.** São Paulo: Cortez, 1994.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução.** São Paulo: EDUC, 2000. 108 p. (Trilhas).

MACIEL, C. A. B. **Políticas públicas e controle social: encontros e desencontros da experiência brasileira.** 2014. Disponível em: <http://revisor10.com.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/112/1184fb6636800a0a.doc>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

MATOS, V. C. S. **Um estudo histórico das relações de gênero e classe.** In: Revista Multidisciplinar da UNIESP – Saber acadêmico – nº 7, Junho de 2009. Acessada em: 09/03/2014. [http://www.uniesp.edu.br/revista/revista7/pdf/6\\_um\\_estudo\\_historico.pdf](http://www.uniesp.edu.br/revista/revista7/pdf/6_um_estudo_historico.pdf)

MARTINS, J.S. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra.** 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária.** O impossível diálogo. São Paulo: Record, 2000.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano.** 2004, 458 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciência e tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. **A questão regional e o campesinato: a alhicultura em Catalão-GO.** 1998. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MESQUITA, H. A. **A modernização da agricultura**: um caso de Catalão. 1993. 180 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1993.

MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. 20.ed.São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, R. S. **Território, Estado e reestruturação produtiva do capital**. In: ANTÍTESE: marxismo e cultura socialista, Outubro de 2005, nº1. ISSN 1808-9194. Editora KELPS, Rio de Janeiro. Pg. 53 a 68.

MOREIRA, R. **O círculo e a espiral**. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1993.

MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR – MCP. **O Movimento Camponês Popular e a luta por Moradia Camponesa**, 2011.

MUNARINI, P. R. **A política de habitação rural brasileira e o desenvolvimento da agricultura familiar no Oeste Catarinense**. 2009. 71 p. Monografia (Curso de Agronomia) - Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó, 2009.

NOGUEIRA, C. M. **As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução**. 2010. In Aurora ano IV número 6.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 2 ed. 1987.

\_\_\_\_\_. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1999.

OKIN, S. M. **Gênero, o público e o privado**. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis, V. 16, maio-agosto de 2008, p.305 a 332.

PAULILO, M. I. S. Movimento das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “Igualdade de Gênero”. In: FERNANDES, B. M. & PAULILO, M. I. S. (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Editora UNESP, Volume II, 2009.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

PINTO, Celi R. J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: OLIVEIRA, Albertina & BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992. p.127-150.

ROJAS, J. E. A. O indivisível e o divisível na história oral. In: MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999. p. 87-94.

ROSSINI, E. R. **Geografia e gênero**: a mulher como força de trabalho no campo. Informações Econômicas, *SP*, v.23 (Supl.1), 1-58, 1993.

\_\_\_\_\_. **A produção do novo espaço rural:** pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 4, n. 8, p. 5-28, ago. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br>. Acesso em 02/01/2014.

\_\_\_\_\_. **A força de trabalho de mulheres e de homens na cana de açúcar e a velocidade das transformações técnicas e científicas (Brasil).** Revista Geográfica de América Central, Número Especial EGAL, Costa Rica, 2011. P. 1-23. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr>. Acesso em 02/01/2014.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica:** a construção do conhecimento. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 166 p.

SANTOS, E. F. **Mulheres entre o lar e a escola:** os porquês do magistério. São Paulo: Annablume, 2009.

SANTOS, M. **Sociedade e espaço:** a formação social como teoria e como método. In: Boletim Paulista de Geografia, Nº 54, Pg. 81. São Paulo, Junho de 1977.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova.** São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: EDUSP, 2004.

SAEZ, CAPEL, H. **Filosofia y ciencia em la geografia contemporanea.** Barcanova, 1981.

SCHWENDLER, S. F. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. In: FERNANDES, B. M. & PAULILO, M. I. S. (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Editora UNESP, Volume II, 2009.

SCOTT, J. G. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 1992.

SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. de F.; FREITAS, N. E. de. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos:** projetos de pesquisa, monografias, dissertações e teses. 5. ed. rev. e ampl. Uberlândia: UFU, 2006. 144 p.

SILVA, J. M. **Espaço, gênero e pobreza como elementos de análise das políticas de desenvolvimento urbano.** Revista Geosul, Florianópolis, v.22, n. 44, pg. 117 a 134, jul./dez. 2007.

TEDESCHI, L. A. **O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas no Brasil:** uma ferramenta necessária. Anuário de Hojas de Warmi nº 15, 2010, p.6. In: <http://revistas.um.es/hojasdewarmi/article/view/158971>. Acessado em 15/03/2014.

TEIXEIRA, E.C. **O local e o global:** limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

THOMPSON. E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Vol. 1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Senhores e caçadores.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VERGÉS, A. B. **Os novos camponeses.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

**Sites consultados:**

<http://www.fjp.gov.br/index.php/indicadores-sociais/deficit-habitacional-no-brasil>.

<http://www.mcpbrasil.org.br>.

<http://www.cidades.gov.br/index.php>